



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES – PPGCTI.

LUIZA RAPHAELA XAVIER

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL
O MOSSOROENSE (1980 - 2000)**

MOSSORÓ/RN
2024

LUIZA RAPHAELA XAVIER

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL
O MOSSOROENSE (1980 - 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Cognição, Tecnologia e Instituições.

Linha de Pesquisa: Experiências Humana, Social e Técnica.

Orientadora: Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

MOSSORÓ/RN
2024

LUIZA RAPHAELA XAVIER

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL
O MOSSOROENSE (1980/ 2000)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Cognição, Tecnologia e Instituições.

Linha de Pesquisa: Experiências Humana, Social e Técnica.

Orientadora: Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

Defendida em: ____/____/ 2____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira, Prof^a. Dra. (Programa de Pós-Graduação
Cognição, Tecnologias e Instituições - PPGCTI)
(Presidente)

Profa. Dra. Maria Ilidiana Diniz (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos
Sociais – UERN)
Examinadora externa

Prof. Dr. André Luiz dos Santos Paiva (Programa de Pós-Graduação Cognição,
Tecnologias e Instituições - PPGCTI)
Examinador Interno

FICHA CATALOGRÁFICA

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

XX3r Xavier, Luíza Raphaela .
 Representações Sociais das Trabalhadoras do
Sexo no Jornal O Mossoroense (1980 - 2000) / Luíza
Raphaela Xavier. - 2024.
 113 f. : il.

 Orientadora: Kyara Maria de Almeida Vieira.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Cognição, Tecnologias e Instituições, 2024.

 1. Trabalho sexual. 2. Mulheres. 3.
Interdisciplinaridade. 4. Jornais. 5. Mossoró. I.
de Almeida Vieira, Kyara Maria, orient. II.
Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

Dedico este trabalho a todas as Mulheres
que encontram no trabalho sexual um meio
de sobrevivência, com a complexidade das
suas trajetórias, repletas de desejos,
desenganos, cicatrizes e resistências.

AGRADECIMENTOS

A escrita de um trabalho de dissertação se traduz em uma tarefa difícil, permeada por momentos de solidão, abdicção, ansiedade, misto de dores (psicológicas e físicas), no entanto, muito rica! Materializo aqui uma caminhada que eu, por inúmeras vezes, tive certeza que não seria capaz de enfrentar e finalizar, mas, descobri que isso seria tão possível... e está sendo.

Talvez esta seja a parte mais desafiadora deste trabalho: fazer os devidos agradecimentos sem ser injusta, e sem esquecer de quem citar neste momento. Mas, primeiramente agradeço ao Criador por me conceder a dádiva de poder realizar tudo isso. Aos meus Orixás que, abaixo de Deus, me guiam com o cuidado que jamais imaginei que teria, mesmo quando as coisas tendem a dar errado, e findam dando certo “num estalar de dedos” (muito bem sabemos do que se trata).

Especialmente à minha família, composta por poucas pessoas, e grandes corações. Meus maiores exemplos de vida, superação, e de cuidados que, apesar dos pesares, foram decisivos para eu estar aqui hoje, escrevendo esse trabalho, e sempre acreditando em um futuro melhor, e talvez mais confortável e menos difícil que a realidade e falta de oportunidade que cada um/uma enfrentou e enfrenta.

À minha Mãe, Maria da Conceição Xavier Filgueira (“Mainha”), minha SUPER coruja, modelo de mãe, a qual um dia, se eu passar pela mesma experiência, espero ser ao menos uma fração do que és pra mim.

À minha Avó Maria Luíza Filgueira Xavier (“mamãe”), da qual herdei o nome (homenagem), e assumo que nunca vi uma velhinha tão forte e dura na queda como esta; e ao meu “*AVOHAI*”, Cícero da Silva Xavier (“papai”), que foi e continua sendo o homem da minha vida, meu paizão, o qual eu não consigo até hoje resumir em palavras o tamanho da sua grandeza. Ao Senhor que tanto se orgulha em falar que tem “uma neta estudando na ESAM”. Certamente, sobre essas pessoas, eu falaria muito, porquê todas são MUITO e valem MUITO.

Em destaque, o meu muito obrigada à Profa. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira, pelo privilégio de termos cruzado nossos caminhos no PPGCTI. Admito que, às vezes até penso que, além de ser alguém que orienta nossos trabalhos, também és uma Mãe para seus/suas orientandos/orientadas, sobretudo quando acreditou no meu potencial enquanto eu mesma duvidava, e desse modo, apesar das “lentes embaçadas” com que eu enxergo a vida,

e os meus processos, tão arrastados, você não permitiu que eu parasse, sempre me respeitou muito, e por fim, foi e continua sendo quem mais lutou por mim neste programa de mestrado. Tenho muito orgulho de ser sua orientanda.

Agradeço, com amor, à minha preciosa amiga Thallita Samia, irmã que a vida me presenteou desde a graduação em Serviço Social. Obrigada pelas parcerias valorosas, há quase uma década de muita cumplicidade e lealdade. Sinceramente, não sei o que seria de mim sem a sua atenção de todos os dias, nos momentos de felicidade, e também de profundas tristezas as quais infortunadamente tivemos que atravessar, embora que individualmente, porém as dores são compartilhadas, e assim, temos fardos menos pesados. Particularmente, até lamento por quem não te conheceu ainda. Que sorte a minha (risos). Minha caixinha de segredos.

Obrigada à minha base forte nesta caminhada na pós-graduação, minhas meninas bonitas: Joelma Linhares, Alcinete Menezes, e Catarina Vitorino, por todo apoio, especialmente em momentos extremamente difíceis, posso dizer que nossas felicidades são compartilhadas. Agradeço também ao meu “parceiro” de orientação, Mikael Gomes Braga, por tamanha dedicação em momentos de descontração, partilha, e até nas angústias da escrita, as quais imagino que ninguém escapou de experimentar (risos).

Ao meu médico psiquiatra Dr. Paulo Rafael Freire de Azevedo, por me acompanhar desde o ano de 2021, e sobretudo me incentivar, com todo seu otimismo, na busca por uma melhor qualidade de vida em diversos aspectos, e dias melhores e mais esperançosos.

Ao meu círculo de grandes pessoas, amigos e amigas de outras cidades: Marcos Paulo, por ser tão presente, amável, companheiro e, da minha extrema confiança; Damião Oliveira, tão agradável, parceiro para todos os momentos, e dono de um coração e caráter que eu ainda não vi igual; Samuel Munhoz, meu *Babalawo*, sempre muito otimista, agradável, e um dos melhores sacerdotes de Candomblé de *Ketu* que já tive o prazer de conhecer em um momento problemático, e necessário da minha vida, quando minha fé esteve bastante abalada não me deixastes cair; e à sua esposa, Elaine, nosso grande sinônimo de companheirismo e dedicação, dentro e fora da religião.

Às pessoas que compõem a equipe do Museu Municipal Lauro da Escóssia, em Mossoró/RN, lugar o qual tive o imenso prazer de realizar a minha pesquisa do mestrado: Francisca, Jair Régis, e Deoclécio Júnior, por toda atenção, dedicação, zelo, e acima de tudo acolhimento em um momento tão crucial desde processo de mestrado, do início ao fim, minha imensa gratidão.

À banca avaliadora deste trabalho de dissertação, Profa. Dra. Maria Ilidiana Diniz, que desde a qualificação fez sugestões importantes; e o Prof. Dr. André Luiz dos Santos Paiva, pelo tempo dedicado à leitura, apontamentos, e contribuições ao que foi construído aqui. O nosso muito obrigada!

Agradeço imensamente à FAPERN/CAPES, pelo suporte financeiro de grande valia nestes 24 meses, permitindo que eu viesse a cursar este mestrado com mais tranquilidade, e oportunidades, haja vista tive a possibilidade de me dedicar com exclusividade às atividades acadêmicas. E, igualmente, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI-UFERSA) que me acolheu, abraçou minha proposta de pesquisa, e aqui chegamos a mais um final de ciclo, ou, mais um final feliz.

RESUMO

Muito se ouve falar do trabalho sexual como um dos mais antigos ofícios já registrados na história das sociedades, caracterizando-se como um fenômeno social incrivelmente diverso e predominante no meio urbano, embora com novas configurações conforme as peculiaridades do crescimento urbano, e subjetividades daquelas/es que a constituem (Rago, 1991). Este trabalho teve como objetivo geral discutir as representações sociais das trabalhadoras sexuais em jornais de Mossoró (1980 – 2000), e como objetivos específicos buscou: 1) analisar as relações de poder entre as trabalhadoras sexuais e as instâncias de controle dos corpos (proprietários/as de estabelecimentos e aparato policial); 2) cartografar o processo de formação de territórios das trabalhadoras sexuais em Mossoró/RN; e por fim, 3) problematizar as identidades de gênero das trabalhadoras sexuais que se configuravam sob a ótica da imprensa. Para este fim, realizamos uma pesquisa qualitativa, documental e hemerográfica nas edições do jornal “O Mossoroense”, publicados entre os anos de 1980 a 2000. Numa perspectiva interdisciplinar, para a construção do marco teórico-conceitual, nos utilizaremos das ideias de autores/as que abordam as temáticas acerca do trabalho sexual, feminismos, formação de territórios, e relações de poder, tais como: Roberts (1998), Ramalho (2012), Butler (2018), Piscitelli (2012), Collins e Bilge (2021), Scott (1995), Perlongher (1987), Foucault (1988; 1999), Rago (1991). Além de aproximarmos essa discussão ao conceito de formação de territorialidades proposto por Néstor Perlongher (1987) na construção da cartografia proposta. Quanto à metodologia, os jornais impressos como fonte de pesquisa socio histórica tornam-se documentos importantes à título de pesquisa, considerando que o discurso da imprensa não se restringe apenas a um conjunto de vocabulários, mas como ferramenta capaz de desvelar as relações sociais entre sujeitos, partindo do princípio de que são registros de acontecimentos de um tempo e espaço (Carneiro, 2014). Como método de análise para este trabalho nos utilizamos da produção dos sentidos a partir das representações sociais de Moscovici (2003; 2012), partindo da dialética entre a ótica coletiva do jornal O Mossoroense, e as particularidades das mulheres envolvidas neste panorama, que podem ser observadas a respeito da temática sobre o trabalho sexual, conforme as pistas entregues pelo periódico. No tocante aos resultados, destacamos que as representações sociais das mulheres trabalhadoras do sexo aparecem nas páginas do Jornal O Mossoroense, em sua grande maioria, como um caso de polícia, e pertencente a um espectro de problemas sociais enquadrados na possibilidade de julgamentos, comentários rasos a respeito de mulheres que precisaram resistir para sobreviver, embora combatidas e condenadas socialmente; que os espaços de trabalho sexual se concentram, predominantemente, na região do Alto do Louvor (Zona de Meretrício localizada no bairro Bom Jardim – Mossoró/RN); e por fim, no tocante às identidades de gênero dessas mulheres, o periódico reproduziu discursos e posicionamentos a partir da desigualdade de gênero, difundindo estereótipos e, sub-representando-as, sobretudo quando falta sensibilidade para destacar a diversidade de experiências que as trabalhadoras sexuais viveram e vivem, incluindo a cultura e o contexto em que estão inseridas, suas trajetórias, perspectivas de futuro, táticas de vivência e sobrevivência.

Palavras chave: Trabalho sexual; Mulheres; Interdisciplinaridade; Jornais; Mossoró.

ABSTRACT

We hear a lot about sex work as one of the oldest trades ever recorded in the history of societies, characterized as an incredibly diverse social phenomenon and predominant in the urban environment, although with new configurations according to the peculiarities of urban growth and the subjectivities of those who make it up (Rago, 1991). The general aim of this work was to discuss the social representations of sex workers in Mossoró newspapers (1980 - 2000), and the specific objectives were: 1) to analyze the power relations between sex workers and the bodies that control them (establishment owners and the police); 2) to map the process of forming sex worker territories in Mossoró/RN; and finally, 3) to problematize the gender identities of sex workers that were configured from the perspective of the press. To this end, we carried out qualitative, documentary and hemerographic research on editions of the newspaper "O Mossoroense", published between 1980 and 2000. From an interdisciplinary perspective, in order to construct the theoretical-conceptual framework, we will use the ideas of authors who address the themes of sex work, feminisms, the formation of territories and power relations, such as: Roberts (1998), Ramalho (2012), Butler (2018), Piscitelli (2012), Collins and Bilge (2021), Scott (1995), Perlongher (1987), Foucault (1988; 1999), Rago (1991). In addition to bringing this discussion closer to the concept of the formation of territorialities proposed by Néstor Perlongher (1987) in the construction of the proposed cartography. As for the methodology, printed newspapers as a source of socio-historical research become important documents for research, considering that the discourse of the press is not restricted to a set of vocabularies, but as a tool capable of revealing social relations between subjects, based on the principle that they are records of events of a time and space (Carneiro, 2014). As a method of analysis for this work, we used the production of meanings based on Moscovici's (2003; 2012) social representations, starting from the dialectic between the collective perspective of the newspaper O Mossoroense and the particularities of the women involved in this panorama, which can be observed in relation to the theme of sex work, according to the clues provided by the newspaper. With regard to the results, we highlight that the social representations of female sex workers appear in the pages of the newspaper O Mossoroense, for the most part, as a police case, and belonging to a spectrum of social problems framed in the possibility of judgments, shallow comments about women who had to resist in order to survive, even though they were fought against and socially condemned; that sex work spaces are concentrated predominantly in the Alto do Louvor region (a meretricious zone located in the Bom Jardim neighborhood - Mossoró/RN); and finally, with regard to the gender identities of these women, the newspaper reproduced discourses and positions based on gender inequality, spreading stereotypes and under-representing them, especially when it lacked the sensitivity to highlight the diversity of experiences that sex workers have lived and are living, including the culture and context in which they are inserted, their trajectories, future prospects, living and survival tactics.

Keywords: Sex work; Womens; Interdisciplinarity; Newspapers; Mossoró.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	JUSTIFICATIVA:	14
1.2	OBJETIVOS:	16
1.2.1	OBJETIVO GERAL:	16
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	16
2	PERCURSOS METODOLÓGICOS	17
2.1	TABULAÇÃO E REFINAMENTO DAS REPORTAGENS.	20
2.2	LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS.	33
2.3	JORNAIS IMPRESSOS COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA.	44
3	DISCUSSÕES CONCEITUAIS.....	47
3.1	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.	47
3.2	PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO SEXUAL FEMININO NO BRASIL.....	51
3.3	TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO SEXUAL NO BRASIL	54
3.4	TRABALHO SEXUAL, FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE.	59
3.5	O TRABALHO SEXUAL E A INFLUÊNCIA DA QUESTÃO ECONÔMICA.	68
4	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL O MOSSOROENSE.....	73
4.1	TERRITÓRIOS DO TRABALHO SEXUAL EM MOSSORÓ/RN.	73
4.2	RELAÇÕES DE PODER: O TRABALHO SEXUAL COMO UM CASO DE POLÍCIA.....	78
4.3	PROBLEMATIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO DAS TRABALHADORAS SEXUAIS NAS MANCHETES DO JORNAL O MOSSOROENSE.	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	72
	ANEXOS	79
	APÊNDICE	81

LISTA DE ABREVIATURAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações.
CPP	Código de Processo Penal
DP	Delegacia de Polícia
DDTM	Delegacia de Defraudações e Tóxicos de Mossoró.
FAPERN	Fundação de apoio à pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte.
GEFE	Grupo de Estudos Feministas
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PIC	Projeto Interdisciplinar Comunitário.
PPGCTI	Programa de Pós-Graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições.
PT	Partido dos Trabalhadores.
PSOL/RJ	Partido Socialismo e Liberdade – Rio de Janeiro.
PPB/DF	Partido Progressista Brasileiro – Distrito Federal.
TRS	Teoria das Representações Sociais.
UBS	Unidade Básica de Saúde.
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido.
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
USP	Universidade de São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

- 1 – Mapa do centro da cidade de Mossoró/RNp. 76
2 – Mapa da região do Alto do Louvor – Mossoró/RNp. 77

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tabulação das reportagens catalogadas.....	p.21
QUADRO 2 – Tematização específica das reportagens.....	p.22
QUADRO 3 – Seleção das reportagens para análise e discussão.....	p.31
QUADRO 4 – Resultados do catálogo de teses e dissertações – CAPES.....	p.34
QUADRO 5 – Resultados dos periódicos – CAPES.....	p.37
QUADRO 6 – Resultados SCIELO.....	p.37
QUADRO 7 – Resultados Google Acadêmico.....	p.38
QUADRO 8 – Resultados do repositório institucional de Teses e Dissertações da UFRN.....	p.39
QUADRO 9 – Resultados do banco de teses e dissertações da UERN.....	p.41
QUADRO 10 – Resultados do repositório de teses e dissertações da UFERSA.....	p.42
QUADRO 11 – Resultados da Biblioteca digital de teses e dissertações da USP.....	p.43

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática central as mulheres trabalhadoras do sexo, sobretudo no que condiz às suas representações sociais nas páginas do periódico “O Mossoroense”. Introdutoriamente, consideramos a partir de Perlongher (1987) que dentro das chamadas “minorias sociais” ou “grupos desviantes”, as trabalhadoras sexuais são alvos recorrentes de pesquisa de sociólogos/as, historiadores/as, antropólogos/as, assistentes sociais, e sobretudo alvo da própria imprensa jornalística.

Além do mais, pesquisar sobre a temática do trabalho sexual feminino e os seus desdobramentos exprime uma tarefa que envolve as subjetividades da vida de sujeitos, onde a realidade de um ou mais indivíduos pertencentes a todo este panorama imprime diferentes particularidades a serem interpretadas dentro do que foi projetado para este trabalho. Deste modo, para dissertar acerca desta problemática, falo a partir do lugar de quem admira, pesquisa, estuda e discute acerca deste universo pertencente às trabalhadoras do sexo, muito embora eu não o exerça como trabalho.

Primeiramente, é necessário apresentar que a motivação para pesquisar sobre as mulheres trabalhadoras sexuais foi gradativamente construída desde o início da minha¹ graduação no curso de Serviço Social (2014) na Universidade Potiguar, campus Mossoró/RN, que por sua vez me possibilitou reflexões em torno de problemáticas como: preconceito, pobreza, exploração sexual, submissão da mulher ao homem e aos padrões patriarcais culturalmente impostos, violências contra as mulheres, e assim sucessivamente.

Minha aprovação no mestrado Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI-UFERSA), confesso ter sentido necessidade e liberdade de mudar e redimensionar a ideia do projeto submetido, este que estava focado nas categorias de trabalho sexual, e saúde. Desse movimento resultou o distanciamento com a temática da saúde, gradativamente, porém, o diálogo com os estudos da prostituição mantiveram-se preservados.

¹ Preliminarmente, consideramos importante citar que ao longo de toda a escrita deste trabalho será utilizada a flexão verbal em primeira pessoa do singular para as passagens que contém minhas considerações pessoais enquanto pesquisadora; e em primeira pessoa do plural, haja vista que, além do diálogo com autores/as que darão suporte ao trabalho, e sugestões da banca de qualificação, também terá a participação ativa da minha orientadora que também é pesquisadora, tanto na operação da pesquisa, quanto nas correções e orientações na escrita.

Em seguida, frente à primeira orientação, com a Professora Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira (orientadora desta dissertação), expressei o meu desejo de não mais pesquisar na área da saúde, momento em que a mesma propôs trabalharmos com jornais, dada a sua relevância como fonte de pesquisa histórica e social, bem como a ideia de explorarmos temáticas como identidade de gênero, formação de territórios, e cotidiano do público a ser pesquisado, conforme suas afinidades de pesquisa, resultando na ideia de trabalharmos as representações sociais das trabalhadoras sexuais em jornais impressos da cidade de Mossoró/RN. Posteriormente, definindo o periódico a ser pesquisado, e iniciando a construção do projeto de pesquisa.

Considero imperativo destacar aqui que nasci e cresci em uma realidade (família, escola, e demais meios sociais) que julga pejorativa a prática do trabalho sexual feminino, demonizando-o, criminalizando-o, e quebrando a sua legitimidade enquanto trabalho possível. Posições estas não são muito distantes das práticas de nossa sociedade, calçada culturalmente nas raízes do machismo estrutural, da misoginia.

Para Cisne (2015), o estigma socialmente construído em torno das mulheres, e consequentemente dos seus corpos, promove o sentimento de obrigação sexual que torna o corpo da mulher uma propriedade do homem para seu usufruto, ainda que contrarie a vontade e/ou o desejo desta. No entendimento de Guillaumin (2014), a apropriação sexual do corpo da mulher, ou “obrigação sexual”, se configura como uma das mais fortes expressões do patriarcado, este que, para Saffioti (2015), pode ser entendido como um sistema social, tendo por base a violência, e baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco e heterossexual.

Logo, este recorte de raça e gênero, nos permite afirmar que estes mesmos sujeitos detém direitos sexuais sobre as mulheres, seja na prática do trabalho sexual, seja no exercício do matrimônio, evidenciando-se a dominação masculina cisheteronormativa, que, para Sá e Szyllit (2021), configura-se como uma série de normas estabelecidas culturalmente e socialmente, onde os padrões heterossexuais e cisgêneros são essenciais e postos em um patamar de superioridade, ao passo que, pessoas não-cisgênero e/ou não heterossexuais são estigmatizadas e punidas pelo mesmo sistema.

Em contraste a isso, consideramos a autonomia das trabalhadoras do sexo como uma forma de resistência, uma vez que essas mulheres passaram a ocupar espaços naturalmente destinados aos homens, substituindo o ambiente familiar para ocupar as ruas e prostíbulos,

e consequentemente, no entendimento de Saraiva (2012), dando início ao processo de produção de territorialidades em conjunto com outros sujeitos do mesmo nicho e espaço

A partir a problematização sobre a noção de “territórios”, nos inspirando do método da cartografia aplicado por Néstor Perlongher em sua obra “O negócio do Michê: Prostituição Viril em São Paulo” (1987), de modo a questionar sobre como as trabalhadoras sexuais produziam seus territórios na experiência da cidade contemporânea, não se reduzindo em espaços fixos e geográficos, e sim a partir da produção das formações subjetivas entre grupos, onde seus indivíduos se entrecruzam na complexidade da experiência urbana (Saraiva, 2012).

No cerne da pesquisa buscamos problematizar a sua relevância para o conhecimento acadêmico, e social, respondendo inclusive algumas reflexões que nortearam a pesquisa: Como se davam as relações entre as trabalhadoras sexuais e os demais sujeitos envolvidos neste panorama? É possível observar a autonomia dessas mulheres no exercício da sua profissão? A partir das manchetes, o trabalho sexual feminino pode ser interpretado de fato como forma de trabalho, ou mera estratégia de sobrevivência ilegal e marginalizada?

1.1 JUSTIFICATIVA:

Pesquisas voltadas à historicidade das memórias de grupos sociais estigmatizados, principalmente em se tratando de mulheres, mostram-se essenciais quando o assunto é problematizar seu cotidiano, costumes, relações sociais e profissionais, suas identidades de gênero, e os locais/espacos em que estas ocupavam, trazendo à tona questões “postas para debaixo do tapete” e, diga-se de passagem, pouco visibilizadas em face dos códigos morais de nossa sociedade.

Se discutir a problemática que envolve as trabalhadoras sexuais é desafiador, refletir acerca dessa realidade a partir da ótica de jornais impressos traz outros desafios, já que não estaremos cara a cara com o público alvo, e sim “atravessados” pela opinião de terceiros, sendo eles indivíduos múltiplos com visões próprias da realidade e de mundo que não necessariamente imprime a imparcialidade ao reportar e publicar notícias e relatar fatos do cotidiano, haja vista vestem-se das devidas interpretações sobre o que fora escrito e posto através da imprensa escrita enquanto veículo de comunicação em massa utilizado em uma determinada época.

A análise dos aspectos envolventes na temática do trabalho sexual evidencia, inclusive, a maneira como o/a pesquisador/pesquisadora aborda e compreende um documento de comunicação em massa, possibilitando o conhecimento de vários aspectos do presente, assim como desvelando as sociedades do passado (Carneiro, 2014). Outrossim, é preciso destacar a importância da produção do conhecimento histórico, em que o resultado da pesquisa é produzido, difundido e publicado para a população que consome este conteúdo.

Além de propor a construção da memória das trabalhadoras sexuais atuantes na cidade há mais de quatro décadas, esta dissertação também possibilita valorização da cultura historiográfica local baseada em fontes relativamente pouco exploradas, a exemplo dos jornais impressos, propondo, modestamente, preencher este vácuo nos periódicos de bases de dados a nível Rio Grande do Norte, e mais especificamente em Mossoró, acerca de fontes passíveis de serem exploradas posteriormente, e a quem interessar, nos arquivos do Museu Municipal Lauro da Escóssia.

Vale lembrar que este trabalho se vincula ao Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), de natureza interdisciplinar, tendo como uma de suas linhas de pesquisa a linha “Experiências humana, social e técnica”, a qual está enquadrado este projeto, e além do mais:

Ao distinguir duas dimensões da experiência (experiência de vida e experiência ontológica ou pré-refletida), a linha está comprometida com processos humanos, sociais e técnicos envolvidos em diferentes contextos nos quais construímos modos de explicar e produzir o mundo em que vivemos. A linha sustenta uma forte vocação interdisciplinar, privilegiando o diálogo das ciências humanas e sociais com as ciências que se encarregam da invenção técnica (UFERSA, PPGCTI – Linhas de pesquisa, 2016).

Ademais, esta dissertação também está vinculada à Fundação de apoio à pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vez que o Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições (PPGCTI – UFERSA) foi contemplado e integra a linha de Desenvolvimento e Preservação do Semiárido proposta no Edital FAPERN 012/2021.

Por fim, consideramos pertinente afirmar que este trabalho de dissertação, parafraseando Collins e Bilge (2020), trata-se de “um roteiro de descoberta, não o retrato de um produto acabado”, haja vista que ao término, almejamos identificar elementos, para a

posteridade, passíveis de serem explorados por pesquisadoras/pesquisadores, de modo a contribuir ricamente para a historiografia local e comunidade acadêmica e social.

1.2 OBJETIVOS:

1.2.1 OBJETIVO GERAL:

Discutir as representações sociais das trabalhadoras do sexo no jornal O Mossoroense (1980 - 2000).

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Analisar as relações de poder entre as trabalhadoras sexuais e as instâncias de controle dos corpos (aparato policial e proprietários/as de estabelecimentos).
- b) Cartografar o processo de formação de territórios das trabalhadoras do sexo em Mossoró/RN.
- c) Problematicar as identidades de gênero das trabalhadoras sexuais que se configuravam sob a ótica da imprensa.

2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Este trabalho de pesquisa caminhou sob métodos de natureza qualitativa, com delineamento na pesquisa bibliográfica, documental e hemerográfica (consulta direta a jornais impressos), desenvolvidas as buscas em meio às manchetes dos jornais impressos do periódico O Mossoreense preservados no acervo do Museu Municipal Lauro da Escóssia na cidade de Mossoró/RN.

Para que a operacionalização desta pesquisa fosse possível, e alcance dos objetivos projetados sobre as representações sociais das trabalhadoras do sexo, foram consultados os arquivos do jornal “O Mossoroense”, periódico de circulação diária, com abrangência local, sendo o material selecionado no período entre 01 de janeiro de 1980 a 31 de dezembro de 2000, totalizando 20 anos de material pesquisado.

O tempo de pesquisa idealizado para a coleta de dados foi de 03 meses, sendo julho, agosto e setembro de 2022, respeitando a disponibilidade do museu, o qual encontrava-se em reforma na época da pesquisa, tendo o seu horário de funcionamento reduzido em virtude da sua reforma, funcionando apenas administrativamente, e a visitação do local destinou-se, por determinação da Secretaria Municipal de Cultura, apenas para pesquisas de mestrado e doutorado através de ofício solicitando permissão para pesquisa enviado à Secretaria Municipal de Cultura (ANEXO I), e em resposta recebemos, também via *e-mail*, a confirmação de liberação da pesquisa (ANEXO II). Salientando que nossa pesquisa teve duração de aproximadamente 6 meses, em virtude de questões de saúde em que precisei me ausentar, sendo então finalizada no dia 10 de fevereiro de 2023.

O processo de pesquisa hemerográfica junto ao acervo do museu Lauro da Escóssia foi iniciado na manhã do dia 30 de junho de 2022, em conjunto as respectivas pesquisadoras, (orientadora e orientanda) contando com a presença de um funcionário, e uma funcionária, ambos efetivos da instituição a qual realizamos a pesquisa.

Tivemos que lidar com a ausência de algumas brochuras², uma vez que, uma quantidade delas estavam, naquele momento, sob responsabilidade da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) para digitalização (pausada desde o início da pandemia do Covid-19).

² Ao falar em brochura, referimo-nos ao conjunto de jornais acomodados em forma de livros, separadamente, onde cada uma destas foram aleatoriamente organizadas por mês, trimestre, quadrimestre ou semestre. Não sabemos os critérios utilizados para este método de confecção.

A pesquisa consistiu na observação de cada uma das edições do periódico dentro do recorte temporal proposto, coletando informações relevantes registradas em quaisquer um deles que façam referência ao tema abordado neste projeto, posteriormente dando seguimento à análise de dados, e excluindo as edições que não se enquadrarem neste critério.

Sobre a escolha do recorte temporal, deu-se prioridade a um período em que não encontramos trabalhos sobre esta temática nos periódicos de bases de dados acadêmicos, haja vista que sobre os anos de 1950 e 1960 já foi desenvolvido um trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Espaços (mal)ditos: Representações dos bordéis Mossoroenses as décadas de 1950 e 1960”³, de autoria da historiadora Sonni Lemos Barreto, a qual também se utilizou de jornais como fonte de pesquisa histórica, instigando-nos a pesquisar por décadas mais recentes, e de preferência alcançando também o fim da ditadura civil-militar que assolou o Brasil entre os anos 1964-1985, a fim de que pudéssemos, possivelmente, visualizar nuances da realidade vivida nessa passagem da história, conforme visualizadas através do periódico.

Quanto à escolha pelo jornal O Mossoroense, esta decisão se deu pela sua relevância histórica na indústria jornalística, criação de Jeremias da Rocha em 17 de outubro de 1872, sendo o mais antigo da cidade de Mossoró/RN, e um dos mais antigos em circulação no Brasil, e América Latina (Jornal O Mossoroense, 2012). Além disso, o museu municipal possui um largo acervo com todas as edições deste jornal desde o ano de 1872 (Severiano, 2021), segundo o que fora divulgado pela mídia, apesar das ausências das brochuras para consulta pública, sem estimativa de retorno, segundo a atual direção do museu que afirma já ter se deparado com esta realidade desde que assumiu sua gestão.

Recorremos também à pesquisa documental e bibliográfica, de caráter exploratório com levantamentos da temática em livros, periódicos diversos, dissertações, e teses, por sua vez aportes teóricos advindos dos estudos e produções científicas sobre trabalho sexual feminino, representações sociais, controle dos corpos, feminismo, identidade de gênero, formação de territórios de trabalho sexual no espaço urbano, e interseccionalidade, sendo indispensável a dimensão investigativa neste processo, para capturar os fenômenos escamoteados na realidade em sua totalidade concreta, bem como, as referências teóricas para abordar a realidade e seus/suas protagonistas os quais foram investigados/as.

³ Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2011. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/16948/1/SonniLB_DISSERT.pdf. Acesso em: 29 jun. 2022.

Amplamente utilizada no ato do levantamento e revisão de livros e artigos que tratam das categorias mencionadas, a pesquisa bibliográfica também será adotada para o enriquecimento de aspectos que envolvem este estudo, e construção de quadro de referenciais teórico-analíticos-reflexivos (Minayo, 2001).

Referindo-se ao método de análise dos dados da pesquisa, utilizar-se-á meios qualitativos de forma a decodificar com mais clareza os fenômenos sociais desta pesquisa, uma vez que se trata de um público já especificado. Para isso, nos apropriaremos das informações contidas nos periódicos acerca do trabalho sexual, analisando-o criticamente de acordo com a perspectiva da produção dos sentidos, a partir das representações sociais de Serge Moscovici (2003; 2012), partindo da dialética entre a ótica coletiva do jornal O Mossoroense, e as particularidades vivenciadas pelas mulheres envolvidas neste panorama, que podem ser observadas a respeito da temática sobre o trabalho sexual, conforme as evidências encontradas no periódico

Cabe-nos aqui a compreensão de que, para Scoz (2007), as pessoas produzem sentidos no decorrer das suas trajetórias de vida ao passo que suas subjetividades vão sendo construídas a partir da maneira como se relacionam com o meio social. Assim, a autora considera que as experiências humanas são constituídas por elementos de sentido de diferentes esferas da experiência, determinando assim, em sua integração, o sentido subjetivo da atividade atual desenvolvida pelo sujeito, seja individual ou coletivamente.

Logo, entendemos que as escolhas feitas por um indivíduo não são apenas decisões simples no contexto imediato de suas ações, mas, também tem um impacto mais amplo tanto na sua própria subjetividade, quanto na coletividade em geral, ou seja, ações de uma pessoa não ocorrem em um “vácuo”, mas vão além de si mesmas, possibilitando que suas identidades sejam moldadas/ transformadas, bem como o ambiente social em que vivem (Scoz, 2007).

Portanto, nossa intenção concentrou-se em pensar analiticamente como os discursos presentes nas manchetes do jornal O Mossoroense entre os anos de 1980 a 2000, possibilitaram a produção de sentidos em torno das experiências das trabalhadoras do sexo, partindo de quem os redigia/ proferia/ diagramava, na época em que foram publicados, questionando, assim, como este veículo de comunicação expressou suas verdades, seja de forma explícita, ou implícita, de acordo com as peculiaridades do periódico/material a ser analisado (Ferreira; Traversini, 2013).

Sobre a utilização de materiais imprescindíveis durante o processo de coleta de dados em jornais impressos, utilizamos luvas descartáveis de látex sintético a fim de manusear os jornais com mais cuidado, e preservando-os de maneira mais cuidadosa, de modo a estabelecer plena relação de responsabilidade para com o acervo, respeitando suas condições de longevidade; máscaras descartáveis, uma vez que, primeiramente estivemos em um órgão público que, em virtude da pandemia do Covid-19 requereu a utilização de medidas de segurança, e segundo, estaremos lidando com artigos seculares e de papéis frágeis, que por sua vez são suscetíveis ao acúmulo de poeira e fungos.

A fim de catalogar os dados coletados utilizamos papel e lápis grafite para registrar, em fichas catalográficas (Apêndice: FICHA CATALOGRÁFICA UTILIZADA NA PESQUISA HEMEROGRÁFICA) impressas em folha A4, as informações relevantes encontradas sobre a temática, frisando sobretudo: acervo pesquisado, nome do jornal, autor, assunto, data, edição, título, página, e um breve resumo da reportagem.

Para captar e coletar possíveis imagens e conteúdos que julgamos relevantes nos periódicos, utilizamos câmera fotográfica Cyber-shot DSC – W800 (SONY), e um aparelho celular através de aplicativo *Tiny Scanner*, haja vista a impossibilidade de escanear os jornais a partir de equipamentos tecnológicos mais adequados, e desde a pesquisa, segundo informações coletadas com um colunista do jornal O Mossoroense o qual entrei em contato previamente, não há arquivos digitais dos periódicos em banco de dados próprios, tampouco em hemerotecas digitais espalhadas pelo país; ainda se tem a estimativa, ainda, da UERN disponibilizar os periódicos digitalizados para a comunidade.

2.1 TABULAÇÃO E REFINAMENTO DAS REPORTAGENS.

Ao término da pesquisa, construímos um quadro intitulado de “Tabulação das reportagens catalogadas”, com o objetivo de indicarmos as brochuras disponíveis, à época da pesquisa no acervo do museu, e aquelas inexistentes. Por sua vez, o quadro detalha o ano das brochuras, a quantidade por ano, e os meses com mais unidades, e os meses com menos quantidades, cada um destes indicando-as conforme os seus meses (uma vez que é desta maneira que as brochuras são nomeadas/identificadas):

QUADRO 1: Tabulação das reportagens catalogadas.

ANO	TOTAL	MÊS/MAIS	OBS	MÊS/MENOS
1980	12	Mar e Jul - 2 reportagens em cada mês.	Jan, Fev, Abr, Mai, Jun, Set, Out, Nov – 1 reportagem em cada mês. Todas as brochuras completas – 4 brochuras trimestrais.	Ago e Dez/ 0
1981	1	Junho – 1 única reportagem.	Todas as brochuras completas – 4 brochuras trimestrais.	-
1982	2	Jul e Set - 2 em cada.	3 brochuras constam no acervo – 1) Jan, Fev, Mar; 2) Abr, Mai, Jun; 3) Jul, Ago, Set. A quarta brochura não consta.	-
1983	0	-	Jan e Fev não constam no acervo. Brochuras de mar, abr e mai: consta. Brochura (quadrimestre) de set, out, nov e dez: consta. Sem achados.	-
1984	0	-	Sem brochuras no acervo.	-
1985	1	Agosto/1	1º semestre (Jan a Jun) sem brochuras. Jul, ago e set: consta. Out, nov e dez: consta.	-
1986	1	Julho/1	Todas as brochuras completas – 4 brochuras trimestrais.	
1987	0	-	1) Jan/ Fev/Mar: consta. Os meses de abr e mai não constam no acervo. 2) Jun/ Jul/ Ago: Consta. 3) Set/ Out/ Nov/ Dez: Consta.	-
1988	0	-	Inexistente no acervo.	-
1989	0	-	Inexistente no acervo.	-
1990	1	Fevereiro/1	Todas as brochuras completas – 4 brochuras trimestrais.	
1991	0	-	1) Jan, Fev, Mar: Consta. 2) Abr e Mai: Consta. 3) Jun e Jul: Consta. 4) Ago, Set e Out: consta. 4) Nov e Dez: Consta.	-
1992	0	-	Todas as brochuras completas – 6 brochuras bimestrais.	-
1993	0	-	Inexistente no acervo.	-

1994	1	Novembro/1	Todas as brochuras completas – 6 brochuras bimestrais.	
1995	10	Julho/5 Agosto/2	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês. Jan: 1. Mar: 1. Set: 1.	Fev;Abr;Mai;Jun; Out;Nov;Dez / 0
1996	1	Set/1	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês.	-
1997	3	Fev/Mar/Jul: 3 - 1 em cada mês.	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês.	-
1998	0	-	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês. Sem nenhum achado.	-
1999	2	Jun e Ago: 2 – 1 em cada mês.	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês.	-
2000	1	Dezembro / 1	Todas as brochuras completas – 12 brochuras - 1 para cada mês.	-
	36			

Fonte: Autoria própria, 2023.

Dando continuidade, o próximo passo centrou-se no processo de “tematização específica das reportagens”, onde construímos um quadro (de mesmo nome), que contém todas as reportagens catalogadas seguidas de: ano/edição; cartografia (localização onde ocorreram os fatos, conforme pistas que o periódico nos indicava em suas manchetes); nomeação (forma como as Mulheres eram qualificadas pelo jornal O Mossoroense); tema central (o que era abordado de modo genérico); detalhamento (observações que achamos cabíveis acrescentar acerca do que fora exposto):

QUADRO 2: Tematização específica das reportagens.

ANO/ EDIÇÃO	CARTOGRAFIA	NOMEAÇÃO	TEMA CENTRAL	DETALHAMENTO
			Pedofilia;	Descaso na investigação de mortes de prostitutas;

12/01/1980 5.585	Estados Unidos (Times Square)	Prostitutas	Exploração sexual de adolescentes; Relações familiares fragilizadas; Violência doméstica;	Naturalização do machismo (Culpabilização da mulher – seduzir o juiz);
07/02/1980 5.602	Marrom Glacê – Casa noturna de Toinho Rodrigues. Também categorizada como um restaurante.		Divulgação.	Inauguração da Casa noturna. Sem muitas informações.
22/03/1980 5.626		Prostitutas	Sexualidade feminina; Glamourização da prostituição.	Banalização da sexualidade feminina, e dos corpos femininos em prol da satisfação masculina. Prostituição como referência a um imaginário social de liberdade sexual, e realização de fantasias sexuais.
27/03/1980 5.629	Zona de Meretrício. Bairro Bom Jardim. Proximidades do escritório da CAERN.	Mundana	Tráfico de drogas.	Não há informações sobre a intimação de “Dedo Duro” – outra pessoa envolvida – para prestar esclarecimentos
27/04/1980 5.648	Marrom Glacê			Reportagem citando a presença do colunista no local, na presença de conhecidos/as. Provavelmente trata-se do restaurante, e não do prostíbulo (sem mais informações com elementos que o especificaria).
17/05/1980 5.661	Um dos muitos cabarés do bairro bom Jardim (não especificado).	Mundanas	Roubo; Racismo (Nêga da Peruca); Insalubridade dos cabarés;	O mecânico não precisa “provar” e as acusa – elas são presas. Comum roubar clientes = Naturalização do roubo pelas trabalhadoras sexuais.

			Exposição das mulheres;	
25/06/1980 5.684	Boate Marrom Glacê.	Mulher violenta e arruaceira.	Lesão corporal. Ciúmes de um suposto cliente.	Naturalização da prostituta como uma mulher violenta, arruaceira, e hóspede constante da 2ª delegacia de polícia.
09/07/1980 5.695	Alto do Louvor. Zona de Meretrício. Bairro Bom Jardim	A criminosa.	Lesão corporal por esfaqueamento (motivo: difamação).	Diferença de idade entre as mulheres (29 e 18 anos). Exposição da imagem da mulher na reportagem.
31/07/1980 5.709	Cabaré de Zé Ticó. Bairro Bom Jardim.	Amante	Lesão corporal por lâmina de barbear e faca peixeira.	Companheiro mais novo (18 anos), ela: na faixa dos 20 anos (ilegível no jornal). Problema como desentendimento entre casal – naturalização.
03/09/1980 5.733	Rua Nilo Peçanha. Bairro Bom Jardim. Zona de Meretrício.	A criminosa.	Lesão corporal entre mulheres (ciúmes do amante).	Racismo - Nêga da Peruca. (Segunda reportagem, no ano de 1980, sobre a mesma mulher).
26/10/1980 5.770	Alto do Louvor. Zona de Meretrício. Bairro Bom Jardim. Residência 150.	Mulher	Suicídio por enforcamento	30 anos, solteira. E sem mais informações.
23/11/1980 5.789	Natal	Prostitutas	II encontro do Mobral com 800 prostitutas.	Assistencialismo, através do Mobral, ao tentar alfabetizar e cuidar da saúde das prostitutas. Ações paliativas/pontuais. Surge questionamento na reportagem sobre quantas mulheres encontraram meios para sair da prostituição, e o quê o Mobral estaria fazendo para isso.
27/06/1981 5.923	Natal	Prostitutas	Reunião com as prostitutas – II Diretoria Regional de Saúde.	Segue o questionamento acerca do posicionamento que a regional de saúde adota diante ações educativas com as prostitutas, sobretudo acerca de métodos anticoncepcionais. As prostitutas como pessoa de livre decisão sobre seus corpos e a maternidade.

				Assistencialismo do Mobral o qual não adota estratégias de alfabetizá-las e promove-las ao mercado de trabalho.
04/07/1982 6.150	Rio Grande do Norte		Denúncia à prostituição infantil	Exposição de problemas que gerariam a prostituição infantil: desemprego, habitação e educação.
02/09/1982 6.187	Brasil	Prostitutas	Discussão sobre avanços nas leis, gênero, e o avanço da prostituição.	Exemplo que citam a desigualdade de gênero. Os relativos avanços do judiciário nas leis voltadas à tentativa de igualdade de direitos para as Mulheres. Prostituição como forma de autonomia, e livre escolha, porém adentra a uma discussão de cunho mercantilista, bem como o moralismo nas relações com o cliente – de compra e venda, e consequentemente a consideração acerca da prostituta como um produto.
23/08/1985 6.543	Mossoró/RN Casa de Drinks	Moças	Inauguração de nova casa de drinks na cidade.	Coisificação das Mulheres. Naturalização da prostituição. Mulheres trazidas de Fortaleza/CE.
15/07/1986 6.754	Alto do Louvor. Zona de Meretrício. Bairro Bom Jardim.	Mundana; Amásia.	Violência contra a mulher	Diferença de idade (Ele/Acusado: 23 anos; Ela/Vítima: 38 anos).
16/02/1990 7.757	Restaurante às margens da BR-304. Mossoró/RN.		Aliciamento de Menores e Prostituição.	Este caso envolve pessoas (supostos clientes) da alta sociedade da cidade de Mossoró/RN, inclusive do meio jurídico, e os seus nomes foram preservados.
01/11/1994 9.034	Brasília	Meninas Bonitas	Prostituição no Congresso Nacional	Comércio de Mulheres (Coisificação da Mulher); Cafetinagem no Congresso – a cafetina é exposta, bem como a informação de que esta fazia parte do PT.
				Críticas severas ao descaso dos órgãos públicos sobre esta problemática.

06/01/1995 9.089	Mossoró/RN		Prostituição infantil	A reportagem cita alguns outros locais de prostituição infantil, como: casas noturnas, casas de recursos, cabarés, motéis espalhados pela cidade. Afirma-se que o fenômeno da prostituição se confunde com o turismo sexual, bem como, também cita a disseminação da AIDS.
08/03/1995 9.124	Mossoró/RN	Prostitutas	Prostituição infantil	Considerações acerca do fenômeno da prostituição, e sobre os papéis socialmente atribuídos às mulheres. Causas/consequências que induzem a entrada para a prostituição na infância ou adolescência.
11/07/1995 9.218	Mossoró/RN		Prostituição infanto-juvenil	Notícia acerca de reunião de órgãos da justiça acerca de estratégias de erradicação da prostituição infantil.
15/07/1995 9.220	Mossoró/RN		Prostituição infantil Definição do lançamento da campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil em Mossoró.	Reunião de órgãos da justiça e outros segmentos sociais sobre estratégias de erradicação da prostituição infantil.
29/07/1995 9.234 (Matéria 1)	Mossoró/RN	Prostitutas	Combate à exploração sexual infanto-juvenil.	Urgência de chamar a atenção, dos órgãos públicos em rede, para um problema (exploração sexual infantil) que tende a crescer caso não seja erradicada desde a sua raiz. Destaque sobre pontos geográficos, estratégicos que favorecem a atividade prostitucional. Combate à prostituição e exploração infanto-juvenil, e não contra quem está se prostituindo.
				Papel social da Universidade para além dos muros físicos, atuando em militância contra problemáticas

29/07/1995 9.234 (Matéria 2)	Mossoró/RN (Universidade do Estado do RN)		Atuação da URRN (UERN) mediante o problema da prostituição infantil.	sociais, e a nível de análise e crítica aos sistemas políticos municipais. Crianças prostituídas: 11 anos. Prostituição infanto-juvenil como um problema estrutural, de toda sociedade, não restrito apenas à vida particular destas crianças e suas famílias. Reconhecimento desta problemática como algo que não poderá ser resolvido do dia pra noite, no imediatismo.
30/07/1995 9.235	Alto do Louvor. Zona de Meretrício. Bairro Bom Jardim.	Prostitutas	Declínio da Zona de Meretrício do Alto do Louvor, e algumas narrativas de prostitutas.	Levanta questões voltadas para a resistência das Mulheres que se prostituíam, à época da reportagem, na luta pela sobrevivência. Violência, dependência química, maternidade, relações familiares conflituosas, prostituição e processo de envelhecimento.
01/08/1995 9.235 (Obs.: Esta matéria está com o número da edição repetida em relação à do dia 30/07/1995).	Mossoró/RN		Campanha contra a Prostituição infantil – Com ênfase na participação da Vice-prefeita Sandra Rosado.	Assinatura de “carta de adesão” por representantes engajados na campanha de combate à prostituição infantil em Mossoró/RN – durante lançamento da campanha. Sandra Rosado expõe o interesse, inclusive pessoal, em atuar no combate à prostituição infantil haja vista enquanto mulher, mãe e representante legislativa (na matéria não é exposto acerca de outros motivos para além destes já esperados enquanto vice-prefeita). Chamada àqueles que ainda não aderiram à campanha – porém, não especifica isto implica em pessoas da sociedade civil, sem atuação política).
	Mossoró/RN			Três adolescentes apreendidas (as quais estavam se prostituindo). Uma no prostíbulo Ilza Drinks, e duas em Dar’c Lanches.

27/08/1995 9.254	(Ilza Drinks. Rua projetada, s/n, abolição III) (Dar'c Lanches – Av. Presidente Dutra –ao lado da 1ª delegacia de polícia).		Prisões durante a campanha contra a exploração infanto-juvenil	Não fica claro sobre quais “produtos que provocam dependência física” seriam estes – comercializados por Joana Dar'c. Não há o depoimento, para a imprensa, dos pais das adolescentes apreendidas.
24/09/1995 9.275	Mossoró/RN	Menina puta.	Prostituição infantil	Aborda, a prostituição infanto-juvenil como resultado de problemas estruturais (como os citados na coluna), bem como, renegados socialmente.
18/09/1996 9.570	Pendências/RN. Cabaré - Zona do baixo meretrício situada no bairro do Inferninho.	Prostitutas	Homicídio	Não envolve assassinato de prostitutas, porém cita uma localidade na cidade de Pendências específica da zona de meretrício. Na matéria cita que as mulheres (as quais estavam brigando), eram companheiras, respectivamente, do acusado e vítima. Porém, na capa as nomeia como prostitutas.
14/02/1997 9.687	Mossoró/RN		Prostituição infantil	Descrença sobre o fim da erradicação da prostituição infanto-juvenil em Mossoró/RN. Importância do trabalho em conjunto, sociedade em geral, não apenas a atuação do magistrado. Circunstâncias que levam a “garotada” a se prostituir, tais como: desagregação da família, desemprego, fome, desnutrição e alcoolismo. A prostituição existe, independente da passagem de caminhoneiros em Mossoró.
04/03/1997 9.702	Mossoró/RN. Bar da Bilica (Bairro Liberdade II, saída pra Natal).	Prostituta	Tentativa de assassinato	Exposição das mulheres; A prostituta tentou matar a atual companheira do seu Ex – ciúmes; insatisfação por ter perdido a competição.

31/07/1997 9.827	Brasília – DF.		Regulamentação da prostituição	Projeto de lei apresentado na câmara dos deputados, pelo deputado e radialista Wigberto Tartuce (PPB-DF), o qual faz considerações irrelevantes, baseando-se na experiência pessoal que teve com prostitutas (a exemplo de ter contraído IST'S tratáveis). Além do mais, a regulamentação da prostituição não se resume às estratégias de orientação de prevenção de doenças pelo sistema público. Fora isso, expõe-se acerca da prostituição infantil que seria coibida – considero exagero – seria um vasto processo, de cunho estrutural, que também não se resumiria a regulamentar a profissão.
27/06/1999 10.424	Mossoró/RN		Prostituição infantil, e a sua persistência na cidade.	Devido ao baixo poder aquisitivo de suas famílias, leva meninas e adolescentes a caírem no conto da boa conversa, de modo a naturalizar a prostituição, e tornando como parte do seu dia a dia. Vender corpos: objetificação das mulheres. Para a época, o valor monetário dos programas chegou a custar R\$ 2,00. O projeto que estava à frente na campanha de erradicação da prostituição infantil admite a incapacidade ao atuar sozinho, sem a participação da sociedade e outros segmentos públicos. Alta incidência de adolescentes muito jovens - 14, 16 anos; bem como, da gravidez precoce e sem planejamento. Criança de 08 anos de idade na prostituição infantil.

				Recusa das adolescentes em aderirem às orientações do projeto, uma vez que isso não renderia dinheiro, mas a prostituição sim.
26/08/1999 10.476	Assú/RN Bar do Tico. Comunidade Rural do PANON I.	Prostituta	Prisão por atentado ao pudor	Reportagem sobre a prisão da prostituta Neném, porém sem quaisquer depoimentos desta.
03/12/2000 10.830		Garota de programa; Prostitutas; Cortesã.	Artigo de opinião pautado em considerações gerais da prostituição – desde o seu advento, até a sua disseminação atualmente.	Elementos bíblicos e religiosos a fim de exemplificar a antiguidade da prostituição. Autonomia feminina em fazer e atuar na profissão que preferir. Questões que estas mulheres enfrentam frente a monogamia, de sérias hostilidades advindas de esposas. Elementos da prostituição em personagens de novela brasileira dos anos 2000.

Fonte: Autoria própria, 2023.

A última fase de refinamento dos dados, deu-se em um processo nominado de seleção final das reportagens, definindo quais seriam analisadas e discutidas na dissertação, conforme suas temáticas e categorias. No decorrer da coleta de dados junto aos jornais impressos, decidimos por registrar todas e quaisquer matérias relativas à prostituição, dentre elas localizamos artigos de opinião, e reportagens de sessões específicas, a exemplo das páginas policiais, para então no final da pesquisa selecionarmos as reportagens de acordo com os objetivos específicos projetados para este trabalho.

Neste processo de seleção estabelecemos alguns critérios de inclusão como: a) reportagens referentes ao trabalho sexual no município de Mossoró/RN; b) reportagens que tratam da prostituição feminina adulta em Mossoró/RN; c) reportagens que citam territórios de trabalho sexual em Mossoró/RN; d) reportagens que abordam a identidade de gênero das trabalhadoras do sexo em Mossoró/RN. Como critérios de exclusão, estabelecemos como: a) Reportagens referentes à outras cidades do Brasil, senão Mossoró/RN; b) reportagens

referentes à exploração sexual e prostituição infantil; c) artigos de opinião sobre a temática do trabalho sexual que não envolvem a cidade de Mossoró/RN.

Nesse processo de escolha fizemos uma ressalva e exceção para a reportagem de número. n. 9.827; 1997; p.2, a qual se trata de um artigo de opinião sobre a questão da legalização da prostituição, como sendo uma das temáticas discutidas aqui desde o projeto de qualificação, e por sua vez, mostrou-se pertinente a debate, logo, decidimos, excepcionalmente, por mantê-la no quadro de matérias a serem analisadas e discutidas neste trabalho.

Após as escolhas, construímos um quadro demonstrativo das 33 reportagens coletadas e registradas em fichas catalográficas, dividido por: reportagem (data e edição); critério de exclusão (totalizando 23 matérias), e por critérios de inclusão (total de 10), a seguir:

QUADRO 3: Seleção das reportagens para análise e discussão.

REPORTAGEM (DATA E EDIÇÃO)	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO
12/01/1980 5.585	(c)	x
22/03/1980 5.626	(c)	x
27/03/1980 5.629	x	(a), (b), (c)
27/04/1980 5.648	x	(a), (b), (c)
17/05/1980 5.661	x	(a), (b), (c)
25/06/1980 5.684	x	(a), (b), (c)
09/07/1980 5.695	x	(a), (b), (c)
31/07/1980 5.709	x	(a), (b), (c)
03/09/1980 5.733	x	(a), (b), (c)
23/11/1980 5.789	(a), (c)	x
26/07/1981 5.923	(a), (c)	x
04/07/1982 6.150	(b)	x

02/09/1982 6.150	(c)	x
15/07/1986 6.754	x	(a), (b), (c)
16/02/1990 7.757	(b)	x
01/11/1994 9.034	(a), (c)	x
06/01/1995 9.089	(b)	x
08/03/1995 9.124	(b)	x
11/07/1995 9.218	(b)	x
15/07/1995 9.220	(b)	x
29/07/1995 9.234 (artigo de opinião)	(b); (c)	x
29/07/1995 9.234 (reportagem)	(b)	x
30/07/1995 9.235	x	(a), (b), (c); (d).
01/08/1995 9.235	(b)	x
27/08/1995 9.254	(b)	x
24/09/1995 9.275	(b); (c)	x
18/09/1996 9.570	(a)	x
14/02/1997 9.687	(b)	x
04/03/1997 9.702	x	(a), (b), (c)
31/07/1997 9.827	(c)	x
26/07/1999 10.424	(b)	x
26/08/1999 10.476	(a)	x
03/12/2000 10.830	(c)	x

Fonte: Autoria própria, 2023.

2.2 LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES ACADÊMICAS.

Outra etapa da pesquisa consistiu no levantamento de trabalhos acadêmicos, relacionados à mesma temática aqui trabalhada, nos acervos das Universidades do Rio Grande do Norte como UERN, UFRN, UFERSA, além da Biblioteca Digital da USP⁴ (Teses e Dissertações). Nesta etapa da pesquisa cabe destacar que encontramos poucas referências sobre a temática do trabalho sexual na cidade de Mossoró/RN. Assim, realizamos buscas de produções acadêmicas nos bancos de dados dos portais da CAPES, *SciELO*, *Google Acadêmico*, sobre trabalhadoras sexuais na cidade de Mossoró por meio de palavras-chave: “trabalho sexual”, “prostituição”, e “Mossoró”, destacando as pesquisas sobre o “trabalho sexual em Mossoró/RN”.

Para filtrar os resultados obtidos estabelecemos alguns critérios de inclusão como: (a) trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas; (b) trabalhos que abordem a questão do trabalho sexual na cidade de Mossoró, ou no Estado do Rio Grande do Norte; e (c) trabalhos disponibilizados gratuitamente e no idioma Português, independentemente de conter ou não, em seus títulos, um dos termos mencionados na busca, levando em consideração as palavras chaves dos trabalhos supracitados.

E como critérios de exclusão foi estabelecido que serão excluídos: (a) trabalhos que não sejam relacionados às trabalhadoras sexuais adultas; (b) trabalhos que relacionam a temática de gênero, porém não apresentam questões relacionadas ao trabalho sexual na cidade de Mossoró, ou no Estado do Rio Grande do Norte.

Como resultado dessa pesquisa, construímos alguns quadros, devidamente numerados, os quais intencionamos detalhar o que localizamos sobre as produções acadêmicas, separando-os por pesquisas dos sucessivos bancos de dados acima indicados e abaixo descritos, identificando as produções e pesquisas já existentes sobre o trabalho sexual em Mossoró, e Rio Grande do Norte, os quais foram disponibilizados em algumas fontes gratuitas disponíveis na internet, a seguir:

⁴ Para além do levantamento de dados dos trabalhos das Universidades pertencentes ao Estado do Rio Grande do Norte, realizamos também a mesma pesquisa à biblioteca digital da Universidade de São Paulo (USP), em razão da sua excelência nas produções de trabalhos das Ciências Humanas e Sociais, como também pela formação de cientistas de outras regiões nesta universidade, quando ainda era escassa a oferta de programas de pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais no Nordeste.

QUADRO 4: Resultados do catálogo de teses e dissertações – CAPES.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações - CAPES.

Data de busca: 18/04/2023

Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte.

Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró.

Lista de trabalhos encontrados: 16. Apenas 09 dialogam com a temática.

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
Prostituição Viril em Mossoró: Segredo, Fachada e Sexualidade. (PPGCISH-UERN)	Gledson Carlos Xavier Peixoto.	Setembro de 2017.	Biblioteca da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.	(a); (b); (c)	x	Nesta dissertação, o autor observa como os michês (garotos de programa) percebem sua própria sexualidade a partir dos fatores de segredo e fachada. Para isso, realizou cinco entrevistas, duas online e três presenciais.
“Melhor tá aqui que matar e roubar”: Discursos e tensões do processo de regulamentação da prostituição. (PPGD-UFERSA).	Vinícius Efraym Siqueira Lopes Soares	Fevereiro de 2023.	Repositório institucional da UFERSA (Universidade Federal Rural do Semi-árido).	(a); (b); (c)	x	O autor analisa discursos sobre a regulamentação da prostituição a partir de narrativas de Mulheres trabalhadoras do sexo da cidade de Iguatu-CE.
E se a puta fosse você? O debate da prostituição feminina no Brasil - Entre autonomia e Violência. (PPGSSDS-UERN)	Elbenia Neris da Silva Bento.	Abril de 2017.	Biblioteca da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.	(a); (b); (c)	x	A autora analisa a compreensão de 25 mulheres trabalhadoras do sexo acerca da regulamentação da prostituição em cidades da Paraíba e Rio Grande do Norte.

Espaços (mal)ditos: Representações dos bordéis Mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960. (PPGH-UFRN)	Sonní Lemos Barreto.	Agosto de 2011.	Repositório institucional UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).	(a); (b); (c)	x	A autora discute como os espaços Mossoroenses foram ganhando forma em lugares de lascívia e maldição, e em territórios marcados pelo mercado do sexo.
Os filhos da prostituição: desvendando a relação mãe-prostituta, filho e sociedade. (PPGPSI-UFRN)	Fernanda Avelino Bezerra Silva	Julho de 2016	Repositório institucional UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).	(a); (b); (c)	x	A autora analisa como a prostituição índice na vida dos/as filhos/as das trabalhadoras do sexo, constatando que o estigma e o pré-julgamento se revelam pertinentes através de situações e discursos intolerantes na vida destes.
A praça, de novo, volta a ser do povo - Um estudo etnográfico do espaço e da prostituição na Praça Gentil Ferreira. (PPGAS-UFRN)	André Luiz Santana Marinho.	Abril de 2003.	Repositório institucional UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).	(a); (b); (c)	x	Este trabalho traz a prostituição enquanto uma prática social desenvolvida na praça Gentil Ferreira, espaço-lugar objeto de etnografia pelo autor a partir da antropologia urbana.
Silenciosas e silenciadas: Descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN.	Maria Ilidiana Diniz.	Julho de 2009.	Repositório institucional UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).	(a); (b); (c)	x	A autora analisa de que forma a prostituição potencializa diferentes formas de violência no cotidiano de mulheres trabalhadoras do

QUADRO 5: Resultados dos periódicos CAPES.

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 6: Resultados SCIELO.

Fonte: SCIELO
Data de busca: 17/04/2023
Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte.
Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró.
Lista de artigos encontrados: 0

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADOS
Justificativa: Nenhum artigo foi localizado nesta busca.						

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 7: Resultados do Google acadêmico.

Fonte: Google acadêmico. Data de busca: 18/04/2023. Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte. Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró. Lista de trabalhos encontrados: 1.						
NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADO
A relação entre gênero, sexualidade e prostituição.	Maria Ilidiana Diniz; Fernanda Marques de Queiroz.	Junho de 2008.	Divers@: Revista eletrônica interdisciplinar da UFPR. (ISSN 1983-8921).	(a); (b); (c)	x	As autoras realizaram uma pesquisa qualitativa em Mossoró/RN, entrevistando cinco mulheres entre 20-60 anos, com enfoque na relação entre prostituição e prazer na percepção das entrevistadas.
Justificativa: Nesta busca, apenas um trabalho foi localizado dentro das palavras chaves, o qual atendeu aos critérios de inclusão, como sendo: (a) inclusão de trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas, (b) inclusão de trabalhos que abordem a questão do trabalho sexual na cidade de Mossoró, ou no Estado do Rio Grande do Norte; e (c) inclusão de trabalhos disponibilizados gratuitamente e no idioma Português.						

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 8: Resultados do repositório institucional de teses e dissertações da UFRN.

Fonte: Biblioteca digital de teses e dissertações da UFRN.

Data de busca: 20/04/2023.

Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte.

Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró.

Lista de trabalhos encontrados: 733 trabalhos localizados, onde 06 trabalhos foram selecionados.

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADOS
Silenciosas e silenciadas: Descortinando as violências contra a mulher no cotidiano da prostituição em Natal-RN. (PPGSS-UFRN)	Maria Ilidiana Diniz.	10 de julho de 2009.	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	X	A autora analisa de que forma a prostituição potencializa diferentes formas de violência no cotidiano de mulheres trabalhadoras do sexo de Natal-RN.
Prostitutas entendidas: O que entender? (PPGCS-UFRN)	Danieli Machado Bezerra	20 de março de 2009.	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	x	Nesta dissertação, a autora aborda acerca das trabalhadoras do sexo entendidas, como sendo mulheres que praticam sexo com homens a partir de uma relação de trabalho, e com mulher a partir da relação de afeto.
Os filhos da prostituição: desvendando a relação mãe-prostituta, filho e sociedade. (PPGPSI-UFRN)	Fernanda Avelino Bezerra Silva	29 de julho de 2016	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	x	A autora analisa como a prostituição índice na vida dos/as filhos/as das trabalhadoras do sexo, constatando que o estigma e o pré-julgamento se revelam

						pertinentes através de situações e discursos intolerantes na vida destes.
Experiências urbanas de mulheres profissionais do sexo	Anderson de Andrade Silva	22 de janeiro de 2019.	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	x	Nesta dissertação o autor discute e desenvolve uma etnografia acerca das experiências urbanas e relações de trabalho de mulheres cisgênero profissionais do sexo que trabalham nas ruas em territórios localizados na cidade de Natal/RN.
Rodando a bolsinha: dinheiro e relações de prostituição. (PPGCS-UFRN).	Gláucia Helena Araújo Russo	07 de julho de 2006.	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	x	Neste trabalho de tese, a autora discute sobre a relação entre dinheiro e prostituição para além de aspectos econômicos, imprimindo a sua completude enquanto fenômeno social, econômico e histórico, envoltos de toda uma estrutura social que os compreende.
Espaços (mal)ditos: Representações dos bordéis Mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960.	Sonní Lemos Barreto.	19 de agosto de 2011.	Repositório institucional – Biblioteca Digital de Teses e dissertações - UFRN.	(a); (b); (c).	x	A autora, a partir do método de pesquisa hemerográfica, discute como os espaços Mossoroenses

(PPGH-UFRN)						foram ganhando forma em lugares de lascívia e maldição, e em territórios marcados pelo mercado do sexo.
Justificativa: Nestes resultados de busca, em sua totalidade 05 dissertações e 01 tese foram localizadas. Todos os trabalhos atendendo aos critérios: (a) inclusão de trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas, (b) inclusão de trabalhos que abordem a questão do trabalho sexual na cidade de Mossoró, ou no Estado do Rio Grande do Norte; e (c) inclusão de trabalhos disponibilizados gratuitamente e no idioma Português.						

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 9: Resultados do banco de teses e dissertações da UERN.

Fonte: Banco de teses e dissertações da UERN. Data de busca: 19/04/2023 Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte. Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró. Lista de trabalhos encontrados: No Programa de pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) 02 trabalhos foram localizados; e no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS), 01 dissertação.						
NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADOS
O cotidiano dos trabalhadores de Natal: moradia, trabalho, lazer, prostituição, casamento, família e namoro (1900-1930). (PPGCISH-UERN)	Gileno Câmara de França	2017	Programa de pós-graduação em ciências sociais e humanas – PPGCISH-UERN.	(a); (b); (c).	x	A partir do projeto modernizador implantado em Natal-RN e da introdução de novos padrões comportamentais, o autor discute alguns temas advindos deste processo de modernização urbanística, sendo um deles a prostituição.

A construção da identidade de acompanhante sexual de luxo a partir da relação entre sexo pago, capital erótico e intimidade romântica. (PPGCISH-UERN).	José Evaristo de Oliveira Filho.	2014	Programa de pós-graduação em ciências sociais e humanas – PPGCISH-UERN.	(a); (b); (c).	x	O autor analisa o processo de construção de identidade da mulher acompanhante de luxo, através da aplicação de questionário online aplicado à 13 mulheres de várias localidades do Brasil.
E se a puta fosse você? O debate da prostituição feminina no Brasil – Entre autonomia e violência.	Elbênia Neris da Silva Bento.	2017	Programa de pós-graduação em Serviço Social e Direitos Sociais (PPGSSDS-UERN).	(a); (b); (c).	x	A autora analisa a compreensão de 25 mulheres trabalhadoras do sexo acerca da regulamentação da prostituição em cidades dos Estados da Paraíba, e do Rio Grande do Norte.

Justificativa: Ao todo, três dissertações foram localizadas, sendo duas no programa de pós-graduação em ciências sociais e humanas (PPGCISH-UERN), e uma no programa de pós-graduação em serviço social e direitos sociais (PPGSSDS-UERN), todas atendendo aos protocolos de pesquisa: (a) inclusão de trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicos ou em versões impressas, (b) inclusão de trabalhos que abordem a questão do trabalho sexual na cidade de Mossoró, ou no Estado do Rio Grande do Norte; e (c) inclusão de trabalhos disponibilizados gratuitamente e no idioma Português.

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 10: Resultados de teses e dissertações da UFERSA.

Fonte: Banco de teses e dissertações da UFERSA. Data de busca: 22/04/2023 Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte. Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró. Lista de trabalhos encontrados: 1						
NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADOS

“Melhor tá aqui que matar e roubar”: Discursos e tensões do processo de regulamentação da prostituição.	Vinícius Efraym Siqueira Lopes Soares	?	Programa de Pós-Graduação em Direito – UFERSA.	(a); (b); (c).	x	Ao analisar os discursos das trabalhadoras do sexo de 05 bordéis em Iguatu (CE) acerca da regulamentação profissional, o autor concluiu que estas mulheres estão apartadas dos espaços de debate político e acadêmico, além de desconhecerem as pautas legislativas sobre a temática.
---	---------------------------------------	---	--	----------------	---	---

Justificativa: Na pesquisa, identificamos uma dissertação, intitulada: “Melhor tá aqui que matar e roubar”: Discursos e tensões do processo de regulamentação da prostituição, do autor Vinícius Efraym Siqueira Lopes Soares – Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD-UFERSA) defendida em 2023, porém, ainda não se encontra disponível no repositório institucional de teses e dissertações da UFERSA. Tivemos acesso ao texto completo através da Coordenação do PPGD-UFERSA, que, gentilmente, nos enviou a dissertação.

Fonte: Autoria própria, 2023.

QUADRO 11: Resultados da biblioteca digital de teses e dissertações da USP

Fonte: Biblioteca digital de teses e dissertações da USP.

Data de busca: 17/04/2023

Palavras-chave utilizadas: Prostituição; Trabalho sexual; Mossoró; Rio Grande do Norte; Mulheres.

Strings de busca utilizadas: Trabalho sexual em Mossoró.

Lista de artigos encontrados: 0

NOME DO TRABALHO	AUTOR(A)	DATA DA PUBLICAÇÃO	VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO	CRITÉRIO DE INCLUSÃO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	RESULTADOS

Justificativa: Nenhum artigo foi localizado nesta busca.

Fonte: Autoria própria, 2023.

De modo geral, os trabalhos localizados aqui neste levantamento de produções, em sua maioria tratam de dissertações de mestrado que compreendem pesquisas acerca de narrativas de mulheres trabalhadoras do sexo, sobretudo no tocante às suas experiências de vida, e estigmas que permeiam este universo nos quais vivem e fazem história. Trabalhos atravessados pela discussão da regulamentação da profissão junto ao Estado de Direito brasileiro, que, na nossa percepção, tem sido uma pauta que se amplia, principalmente quando o assunto é trazer notoriedade para o trabalho sexual que há muito tem sido mantido às margens da criminalidade. Assim, mostra-se pertinente acompanhar o que vem sendo pesquisado e publicado, bem como suas lacunas, para que surjam ideias promissoras de futuros trabalhos, seja à nível de publicação em periódicos, ou em pós-graduação.

2.3 JORNAIS IMPRESSOS COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA.

Vivemos em uma sociedade em que a busca e o repasse de notícias midiáticas possuem um papel fundamental no cotidiano das pessoas, onde o jornalismo é parte neste meio de transmissão em massa, na produção de conteúdos econômicos, políticos, sociais, e de entretenimento para o grande público.

Deste modo, podemos inferir que a utilização dos jornais impressos como fonte de pesquisa histórica e social, e até como objeto de pesquisa, mostra-se como referência no universo de historiadores/as, cientistas sociais, antropólogos, jornalistas, e áreas afins provenientes das ciências sociais e humanidades.

Nas palavras de Leite (2015), a expansão das pesquisas nos últimos anos por meio da imprensa tem como um dos principais fatores a restauração e preservação de periódicos das mais diversas épocas, e classificações em bibliotecas, museus, editoriais de jornais/órgãos de imprensa.

Visto isso, o emprego das tecnologias adentra também na digitalização desses periódicos disponibilizados em hemerotecas digitais, bancos e assemelhados, com o objetivo de viabilizá-los ao grande público. Assim, Leite (2015, p. 4) defende que:

Com uma quantidade extensa de impressos, desde o século XIX até o nosso século atual, que variam entre jornais locais, regionais, nacionais, especializados, militantes, alternativos ou de humor, os periódicos podem ser estudados por meio de seus editoriais, colunas sociais, sessões econômicas, políticas, informativas,

artigos, cartas dos leitores, crônicas, noticiários, dentre diversos outros campos que permitem ao historiador elaborar uma análise por um viés social, político, econômico e/ou cultural.

Os estudos voltados às pesquisas em jornais têm se disseminado cada vez mais quando o assunto é produção acadêmica, tanto em projetos de pesquisa, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, quanto em jornais de grande circulação, jornais locais, e até mesmo no contexto do *webjornalismo*, este que é o jornalismo realizado na *web/internet*, fazendo com que a sua atualização contínua permita que o produto jornalístico seja uma constante, e suas notícias recebam *feedback* quase instantâneo do público leitor, facilitando a comunicação, e exigindo das empresas jornalísticas novas capacidades para cobrir notícias por todo o globo (Cavalcanti, 2013).

A pesquisa hemerográfica, como método qualitativo indicado para este trabalho de pesquisa, é comumente utilizada na consulta a periódicos de circulação geral e local a fim de obter notícias e dados a respeito de uma comunidade ou grupo social; para além de informações sobre a temática, traz à tona a relevância dessas matérias jornalísticas e o seu impacto na sociedade (Zucherato; Freitas, 2014).

Com o avanço das tecnologias informacionais e eletrônicas, os noticiários tendem a ser viabilizados através de *webjornais*, *blogs*, e outras opções de plataformas sociais na medida em que possuem um longo alcance, inclusive em termos geográficos e gratuitos. No entanto, o jornalismo impresso permanece como um gigante no processo de compreensão da sociedade e dos fenômenos políticos.

Baseando-se nas palavras de Vieira (2013), não podemos esquecer que, sobretudo o jornal, é uma empresa a qual tem como uma de suas finalidades a venda de jornais e publicidade, e os seus conteúdos são formulados, escritos, editados e publicados por indivíduos comuns da sociedade que têm seus posicionamentos políticos e sociais, tornando-se contramão afirmar que há imparcialidade no conteúdo dos jornais.

Visto isso, reitera-se a precaução ao lidar e analisar os dados coletados em fontes jornalísticas, sejam impressas, seja no contexto do *webjornalismo*, pois será pesquisada uma realidade sob a ótica de terceiros (jornalistas, críticos, colunistas) com suas formas particulares de enxergar o mundo. Assim, entendo que os materiais impressos não devem ser considerados como meios dotados de neutralidade, pelo contrário, são construídos sob bases político-ideológicas.

O periódico impresso escolhido como fonte de pesquisa deste trabalho, como dito antes, é o Jornal “O Mossoroense”, que conforme o seu site oficial define:

O jornal que traz no nome a identidade de sua terra guarda em suas páginas momentos de todo um povo. A trajetória do O Mossoroense se confunde com essa história. Idealizado por Jeremias da Rocha, que tinha como companheiros de aventura o padre português José Damião de Souza Melo e Ricardo Vieira do Couto, o outrora semanário de apenas quatro páginas, fundado aos 17 de outubro de 1872, estampou notícias que marcaram Mossoró e o Rio Grande do Norte, reunindo – em todas as épocas – grandes nomes da intelectualidade e do jornalismo do Estado. Sempre pioneiro, o jornal traz como marca o jornalismo sério, feito de forma ética, consciente de sua função social e comprometido com o leitor (Jornal O Mossoroense, [2012?⁵]).

O mesmo periódico conta hoje com colunistas de diversas áreas do saber: política, economia, segurança, esporte, teologia, direito, cultura, educação e afins. Atualmente segue a sua trajetória na internet desde 01 de janeiro de 2016 através do endereço eletrônico <https://www.omossoroense.com.br>, época em que foram encerradas as impressões de periódicos, permanecendo apenas no *webjornalismo*.

Por fim, os jornais como fonte de pesquisa, bem como outros meios de comunicação, tornam-se documentos importantes para o trabalho do/a pesquisador/a, considerando que o discurso da imprensa não se restringe apenas a um conjunto de vocabulários, também se apresentando como ferramentas capazes de desvelar as relações sociais entre sujeitos (Carneiro, 2014).

⁵ Não há como ter precisão no ano da publicação desse artigo no site do jornal O Mossoroense. Porém, o motivo do “2012” na citação é devido à edição especial dos 140 anos ser do ano de 2012, motivo pelo qual lançaram esta matéria. O ano seguido da interrogação corresponde à regra da ABNT para essas situações.

3 DISCUSSÕES CONCEITUAIS.

3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.

Ao falarmos em representações sociais, como uma das categorias a serem trabalhadas no percurso deste trabalho, faz-se imperativo a situarmos para além de um mero conceito no campo da cognição humana, onde o seu precursor, o psicanalista Serge Moscovici debruçou-se sobre o estudo do que ele batizaria de teoria das representações sociais, a fim de compreender como emergem, e quais são os seus papéis, tanto para a esfera da psicanálise, quanto das ciências sociais e humanas, e largamente outras áreas do conhecimento, dado o seu carácter interdisciplinar.

A teoria das representações sociais na vida cotidiana dos indivíduos parte genuinamente da construção social entre as pessoas através da comunicação entre os/as atores/atrizes sociais, referindo-se a objetos e/ou temáticas alvo de observação e exploração, mais especificamente atitudes e comportamentos, uma vez que a partir desta ótica teremos possíveis subsídios para pensar e compreender esses aspectos que nos são apresentados no dia a dia (Moscovici, 2003).

As representações sociais, enquanto formas de conhecimento prático, inserem-se entre as correntes que estudam o conhecimento do senso comum, sendo que tal privilégio já pressupõe a ultrapassagem com as vertentes tradicionais das teorias do conhecimento científico enquanto uma forma de saber engessado (Spink, 1993).

Desse modo, o autor argumenta que esta teoria se caracteriza como “uma modalidade de conhecimento particular tendo a função de elaboração dos comportamentos e da comunicação entre os indivíduos” (Moscovici, 2012, p. 27). Além do mais, tratamos aqui sobre gente, que pressupõe interações humanas, advindas entre duas pessoas, ou entre dois grupos, resulta diretamente em representações sociais, oriundas de acontecimentos provenientes do cotidiano e suas subjetividades. Um exemplo disso é a familiaridade entre os indivíduos, sempre e em todos os lugares, em um encontro entre duas pessoas, se há ligação, estreiteza e intimidade, há representações (Moraes, *et.al*, 2018).

O que não implica afirmar que essa familiaridade é de carácter permanente, onde a natureza da mudança é um ponto importante a ser situado, uma vez que as representações também são produtos das nossas ações e comunicações com o meio, as quais “uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem,

e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto as velhas representações morrem” (Moscovici, 2003, p. 41).

Logo, é possível pensarmos as representações sociais enquanto possibilidades de nomear expressões proeminentes do cotidiano, ou seja, para Bertoni e Galinkin (2017), uma vez que interagimos e nos comunicamos com outros indivíduos costumeiramente, emerge a necessidade de nominar ou tornar concreto aquilo que ainda não se tornou habitual aos nossos respectivos cotidianos. Moraes *et.al* (2018, p. 19), complementa que “a teoria das representações sociais é uma opção para descrição e explicação dos fenômenos sociais, pois reproduzem pensamentos e comportamentos comuns a um grupo de indivíduos.”

Segundo Jodelet (2005), essas representações sociais mesclam-se no cotidiano e trazem consigo expressões que manifestam os saberes e as práticas das pessoas, que por sua vez demanda uma compreensão de que o simbolismo dessas expressões emerge não apenas uma percepção sobre a realidade, mas igualmente sobre a identidade dos indivíduos, suas culturas e modos de viver. Não é à toa que estamos comumente envolvidos/as por imagens, códigos sociais e corporais, linguagens, e cultura, substancialmente advindos por representações dos grupos os quais pertencemos e nos identificamos. Complementa Moscovici (2003, p. 35) que “nós pensamos através de uma linguagem, nós organizamos nossos pensamentos, de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura”. Spink (2010, p. 27), por sua vez complementa que:

É importante pontuar que embora a análise das práticas discursivas dê-se, em última instância, num nível micro, a noção de contexto é abordada em vários níveis. Por exemplo, o contexto da produção da fala constitui um dos focos da análise. Partindo do pressuposto que as pessoas podem expressar-se de maneiras diversas (dependendo de onde estão, com quem estão falando, o que foi dito e qual a forma da interação) buscamos entender por que as pessoas falam certas coisas num determinado momento.

Por conseguinte, dado o seu vetor social, as representações sociais não emergem como criações pertencentes ao imaginário particular do cotidiano dos indivíduos, e sim como fruto de criações coletivas, mas para que isso se torne mais claro, faz-se necessário voltarmos à percepção sobre a representação que a originou no passado, e em que momento tornou-a familiar para um dado grupo de pessoas em questão (Moscovici, 2003).

Assim, as representações sociais poderiam intervir em nossa atividade cognitiva, ou até que ponto a determinam, assim sendo, abre margem para discussão sobre a sua influência nas nossas percepções sobre o mundo: se entendemos que existe certa quantidade, tanto de autonomia, quanto de condicionamento nos lugares que fazemos parte - natural ou social - é

possível afirmar que as representações sociais têm duas funções que serão discutidas a seguir.

A primeira função, a de “convencionalizar”, tanto os objetos, quanto as pessoas, e por sua vez seus acontecimentos, de tal modo que, ao lhes representar, atribuem uma forma, localizando-as como um modelo a ser seguido e partilhado por um grupo de pessoas. Diz Moscovici (2003, p. 34):

Todos esses novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. Assim, nós passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação com o decréscimo do valor do dinheiro. Mesmo quando uma pessoa ou objeto não se adequam exatamente ao modelo, nós o forçamos a assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros, sob pena de não ser nem compreendido, nem decodificado (Moscovici, 2003, p. 34).

Esses exemplos mostram de que maneira cada experiência, ou no caso deste trabalho, cada pessoa, é associada a uma realidade pré-determinada por convenções capazes de indicar suas particularidades, bem como cada característica sua, direcionando cada pessoa em uma categoria própria e distinguindo-a das demais, muitas vezes generalizando-as. Simplificando, a função da convenção nos possibilita identificar e conhecer o que representa o quê, assim como, nas palavras do autor:

Esse significado em relação a outros depende ainda de um número de convenções preliminares, através das quais nós podemos distinguir se um braço é levantado para chamar a atenção, para saudar um amigo, ou para mostrar impaciência. Algumas vezes é suficiente simplesmente transferir um objeto, ou pessoa, de um contexto a outro, para que o vejamos sob a nova luz, e para sabermos se eles são realmente os mesmos (Moscovici, 2003, p. 34/35).

Por sua vez, cabe-nos indicar que, dada a subjetividade do nosso lado humano, não estamos imunes, nem tampouco livres de migrar nossa forma de enxergar o mundo, não estando nenhuma mente livre das influências anteriores que aquela pessoa ou objeto traz consigo por imposição das suas representações, linguagem ou cultura.

A segunda função social das representações sociais é que elas são “prescritivas”, ou seja, têm o poder de se impor ao meio com uma força imperiosa, a qual é resultado da combinação de uma estrutura social presente antes da nossa existência, e antes mesmo de começarmos a pensar, e de toda uma cultura responsável por determinar o que deve ser pensado, e por quê deve ser pensando.

A partir disso, Moscovici (2003) exemplifica que uma criança nascida hoje em qualquer lugar do globo, encontrará uma estrutura social e cultural permeada por

representações pré-estabelecidas, tais como, os gestos de sua mãe, a afeição a qual cercará para enfrentar as intempéries da vida, os padrões culturais próprios e impostos pela comunidade, nos discursos políticos que terá que ouvir, e assim por diante.

Por fim, o autor defende que “enquanto essas representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, elas não são pensadas por eles; melhor, para sermos mais precisos, elas são re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas” (Moscovici, 2003, p. 37). No mesmo caminho, Spink (1993, p. 300) articula que “as representações são, essencialmente, fenômenos sociais que, mesmo acessados a partir do seu conteúdo cognitivo, têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção. Ou seja, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam”.

E é a partir do entendimento das representações como fenômenos sociais, que recorremos a Chartier (1991), o qual defende que estas são determinadas, em suma, pelos grupos e ou/indivíduos que a criam, por sua vez, faz-se imperativo analisar o universo das representações e posteriormente relacionar os seus discursos a partir da posição de quem a utiliza, por exemplo, através da imprensa, uma vez que não se constituem de discursos neutros.

Chartier (1991) também dialoga com Émile Durkheim e Marcel Mauss a fim de apresentar a dicotomia presente nas representações, uma vez que, por um lado nos possibilita que seja perceptível algo ou alguém que esteja ausente, dada a sua clara diferenciação entre o que representa e o que está sendo representado; e por outro lado, as representações podem ser entendidas como “um instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é” (Chartier, 1991, p. 184).

Portanto, compreende-se que, pensar o trabalho sexual a partir de suas representações sociais possibilita a percepção sobre algo, ou alguém, que se encontra ausente, neste caso, através das matérias jornalísticas e da ótica de quem as idealizou, escreveu e publicou em uma determinada época (Chartier, 1998).

Além disso, Simoneou e Oliveira (2014), concluem que ao pensar na relação representações sociais X mídia, é possível afirmar que isto responde, basicamente, a dois argumentos: primeiro, a mídia desenvolve um papel importante na construção e disseminação das representações sociais, e conseqüentemente produção dos sentidos, uma vez que é capaz de fabricar, e divulgar uma grande quantidade de informações, reconhecidas como representações; e segundo, e mídia tem a função e capacidade de formar e orientar os

pensamentos e as atitudes dos seres humanos, influenciando, assim, a maneira como a sociedade se entende, uns aos outros, e por sua vez assumindo um papel importante no comportamento e formação de grupos sociais.

A partir disso, torna-se viável pensar as representações sociais das trabalhadoras do sexo, por sua vez construída, e descrita por indivíduos que detêm o poder através da produção do discurso e dos sentidos presente no Jornal O Mossoroense, de modo defini-las e qualifica-las conforme seus interesses, ou possíveis interesses dos/das leitores/as para quem o periódico se voltava.

3.2 PERCEPÇÕES SOBRE O TRABALHO SEXUAL FEMININO NO BRASIL.

O trabalho sexual é considerado uma das profissões mais antigas já registradas na história das sociedades, dos primórdios à contemporaneidade, tendo em vista que por se tratar de um panorama constituído de fatores sociais, históricos e econômicos, merece ser problematizado, considerando que alguns o veem como um trabalho qualquer, e outros como uma forma de exploração do corpo feminino (Rago, 1991).

Para Roberts (1998), o trabalho sexual é uma prática que acompanha a história da humanidade de tal maneira que nenhuma civilização foi excluída da sua convivência. Nas sociedades greco-romanas, ou “no período do tempo que os homens rotularam de “pré-história” (“pré-patriarcado” para sermos mais precisas) a mulher é que era associada à criadora da força da vida. Ela era adorada como a Grande Deusa e como tal, estava no centro de toda atividade social”) (Roberts, 1998, p. 19), de modo a controlar sua sexualidade. Sendo que, neste mesmo período, tanto a cultura, quanto a religião, e sexualidade estavam interligadas, tendo como fonte a Grande Deusa, conhecida inicialmente como *Inanna* e mais tarde como *Ishtar*.

Quanto aos homens, não eram obsessivos pela paternidade, sendo apenas mais tarde o surgimento das sociedades patriarcais, com a submissão da mulher ao homem, por volta de 3.000 a.C., após verificar a maneira como bovinos se reproduziam, grupos nômades tomaram consciência do papel masculino na reprodução. Diante disso, as sociedades matriarcais da deusa começaram então a ser subjugadas, e novas formas de casamento foram introduzidas, especificamente destinadas a controlar a sexualidade das mulheres (Roberts, 1998).

Na Grécia antiga a grande Deusa continuou a ter sua importância, e suas sacerdotisas participavam de rituais sexuais religiosos, nos quais as pessoas buscavam ser abençoadas e por isso as sacerdotisas possuíam certo status na sociedade da época, as quais se constituíam como as primeiras prostitutas da História (cerca de 2.000 a. C.). Daí começou-se a diferenciação moral entre as mulheres que eram esposas, consideradas, de fato, morais e superiores, e ao contrário disso, as prostitutas, imorais. Portanto, a independência sexual e econômica da prostituta tornou-se uma ameaça ao sistema patriarcal daquela época. Por isso, a imagem da Deusa passou a ser combatida pelos sacerdotes hebreus e, aos poucos, suprimida. Os rituais sexuais viraram pecados graves e as sacerdotisas, pecadoras (Roberts, 1998).

A representação social da trabalhadora sexual varia consideravelmente de acordo com a época e cultura em que elas vivem. No entanto, o estigma da mulher prostituta ainda é tão forte nas sociedades modernas de modo a formar um padrão pelo qual a “reputação” e a “honra” das mulheres são disciplinadas socialmente a partir deste estigma. Por exemplo, quando uma mulher foge dos padrões sociais aderindo à prática do sexo casual corre o risco de ser rotulada de prostituta, ou ser automaticamente associada à promiscuidade (Rago, 1991).

A passagem de prostituta para “trabalhadora sexual” marcou o início de um vasto processo de redefinição voltado para a defesa dos direitos dos trabalhadores do sexo (Ramalho, 2012). Ao se falar em *trabalho sexual* não nos referimos tão somente à prostituição enquanto cobrança de dinheiro para o fornecimento de atos sexuais, e sim, em sentido amplo, considerando toda e qualquer forma de trabalho em que a pessoa é remunerada para fornecer serviços sexuais, por exemplo: danças eróticas, *striptease*, massagem erótica, venda de pacotes de fotos e vídeos via internet em *sites* específicos, e a própria produção de pornografia.

A mulher trabalhadora sexual e a mulher que não exerce essa função são diferenciadas pelo imaginário social, de modo que para a primeira é atribuída a função de realizar fantasias e de ser paga em prol de satisfação sexual, e para segunda é atribuída a função de mulher em sentido moral, para se construir uma família (Pasini, 2000).

Silva (2011, p. 3) defende que falar em trabalho sexual é falar sobre ambiguidades. Ou seja, “não é possível definir suas causas e consequências com apenas um dado, ao contrário, são vários os pontos para que possamos compreendê-la”. Assim, a prostituição forma uma categoria, entre outras, estigmatizada e logo colocada à margem da sociedade,

onde em cada região, culturalmente falando, constrói suas interpretações de maneiras múltiplas, de acordo com os significados sexuais que estruturam o imaginário coletivo da população.

Para Prada (2018), o trabalho sexual tornou-se não somente um tema pertinente, mas passível de discussão, suscitando o debate em torno da própria construção da identidade do “ser” trabalhadora sexual, a qual se utiliza do seu corpo como meio de trabalho e veículo de prazer, por sua vez assumindo novas reconfigurações no trabalho sexual conforme cada época vivida, a exemplo da utilização da internet como um espaço que possibilitou a reivindicação de lugares comumente negados às prostitutas, mudanças possibilitadas através dos movimentos sociais feministas (ou não) organizados a partir da sua emergência nos anos de 1970/1980 (Prada, 2018).

Assim, Piscitelli (2012), no trato com a antropologia feminista, faz um paralelo com as discussões dos estudos sobre as prostituição, expondo que no Brasil não há um consenso nítido nas relações entre esses dois assuntos em questão de posicionamentos, e que “levando em conta depoimentos de diversas ativistas, durante as décadas de 1970 e 1980, a prostituição não parece ter integrado o leque de principais inquietações no movimento” (Piscitelli, 2012, p. 14).

Época em que a ativista Gabriela Leite, fundadora da primeira organização de prostitutas no Brasil e da Rede Nacional de Prostitutas, passou a integrar os movimentos sociais em meados de 1980⁶, e segundo a mesma, os primeiros contatos com feministas em atividade na época através dos principais meios de comunicação (como jornais), foram positivos, estendendo-se aos anos 1990 o debate com feministas que negam o trabalho sexual como uma forma de trabalho, e sim como exploração do corpo feminino pelo patriarcado; ao mesmo tempo “percebiam posições como as de Gabriela Leite, que afirma o exercício da prostituição como escolha e como direito, como inquietante, pois era a expressão de um conceito caro ao feminismo: a autonomia” (Piscitelli, 2012, p. 15).

Estas questões remetem-nos ao que Rodrigues (2009) aborda sobre a incorporação até mesmo da terminologia “trabalho sexual” advinda destas novas reconfigurações adotadas com o passar dos anos 1980/1990, e consequentemente “trabalhadores e trabalhadoras sexuais” para referir-se às pessoas que desenvolvem tal ofício, em sentido amplo, não apenas

⁶ Época também citada por Piscitelli (2012) como “segunda onda dos movimentos sociais”, vinculando-se à oposição contra o regime ditatorial militar, violência contra as mulheres, e direito ao prazer.

restringindo-se à prostituição, de modo a incluir demais modalidades de trabalho que surgiram ou se reconfiguraram e se reinventaram com o passar do tempo.

Além disso, Rodrigues (2009) complementa outro ponto relevante da discussão citando um dos pequenos avanços neste campo, a exemplo da CBO⁷ (Classificação Brasileira de Ocupações), ao inserir o trabalho sexual na tipologia “ocupação”, título de “profissional do sexo” (garota de programa, garoto de programa, meretriz, messalina, michê, mulher da vida, prostituta, trabalhador do sexo) indexado com o número 5198-05 (Brasil, 2017). Por sua vez, nota-se o início do processo de ressignificação do exercício do trabalho sexual em aspectos legais, hoje constando em documentos públicos do governo federal, embora sem a nomenclatura trabalhador/trabalhadora sexual, o qual faria menção à terminologia como um trabalho.

3.3 TENTATIVAS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO SEXUAL NO BRASIL.

Em diálogo com os dados da pesquisa, no tocante aos aspectos jurídicos-legais que discutem a regulamentação da prostituição, temos o artigo de opinião no O Mossoroense, publicado na edição n. 9.827 datado de 31 de julho de 1997, intitulado “A prostituição legal”, de autoria de Fernando Rodrigues, com vistas a tratar da iniciativa do deputado Wibgberto Tartuce (PPB-DF), este que idealizou um projeto de lei (PL 3436/97) ainda em discussão a época da reportagem sobre um tema, considerado “pra lá de polêmico” pelo periódico, do qual apresentamos a seguinte passagem:

Com um atraso que já é a sua marca, a câmara dos deputados deu início ao debate sobre um tema para lá de polêmico: a regulamentação da prostituição no país. O autor do projeto que propõe a legalização da prostituição, apresentado na semana passada, é o deputado malufista Wigberto Tartuce (PPB-DF), um famoso radialista do Centro-Oeste, mais conhecido em Brasília pelo apelido Wigão (pronuncia-se “vigão”) [...] Para o deputado, se o seu projeto for transformado em lei, “as prostitutas, e os prostitutos poderão receber orientação sexual e tratamento preventivo nos centros públicos de saúde de cada cidade”. Isso, palpita Wigão, reduziria os riscos de transmissão de doenças. “Sobre prostituição, só há duas coisas a fazer: tentar coibir ou legalizar. Coibir, como todos sabem, não adianta nada. Então, eu estou tomando a iniciativa de iniciar o debate sobre a legalização”, diz Wigão [...] (Jornal O Mossoroense, n. 9.827; 1997; p.2).

⁷ A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento do Ministério do Trabalho e Emprego que tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares, sendo constantemente atualizado com base no dinamismo das profissões, e foi instituído com base legal na Portaria nº 397, de 10.10.2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

A priori, o que nos chama atenção a título de escolha por este artigo de opinião é o seu conteúdo quanto ao que é destacado pelo deputado, ao versar e defender a ideia de um projeto de lei, ainda em sua fase de discussão ante elaboração, que se volta inicialmente aos próprios interesses do Deputado que idealizou este objeto de discussão, enquanto homem e enquanto cliente em uma determinada época da sua vida, reforçando o viés machista e patriarcal que permeia o universo do trabalho sexual.

Haja vista que em nenhum momento apresentou propostas prioritárias e específicas sobre a saúde das trabalhadoras do sexo, e, tão somente, a ideia de orientação deste público, supostamente através de equipes da atenção básica em saúde, voltadas à trabalhadoras e trabalhadores do sexo. Santos (2016, p. 7) complementa que basicamente este projeto de lei não visava melhorias nas vidas das pessoas prostituídas, e que “fica claro na própria justificativa que a motivação era simplesmente sanitarista”.

Logo, permanece em evidência a sua experiência pessoal ao ter vivenciado o lugar de cliente que, segundo a sua narrativa trazida pelo periódico, afirmava: “Eu estive com prostitutas quando era jovem. Peguei doenças simples e me curei com antibióticos. Tive sorte porque naquela época não havia Aids”, diz Vigão, que tem 50 anos, é casado há 26, e tem três filhos (Jornal O Mossoroense, n. 9.827, 1997, p. 2).

Sua narrativa possibilita a compreensão, aqui, de que este projeto de lei em discussão, foi idealizado visando a proteção dos homens clientes das trabalhadoras do sexo, assim como na experiência de Vigão, sendo as infecções sexualmente transmissíveis (IST's) repassadas pelas mulheres trabalhadoras sexuais, situando-as enquanto agentes de transmissão das infecções em questão.

Outro aspecto também apontado na reportagem, expõe a preocupação quanto à prostituição infanto-juvenil:

No caso de virar lei, esse projeto prevê que apenas quem for maior de 18 anos poderá se prostituir. Isso leva Wigão a dizer que a prostituição infantil estaria sendo coibida – o que é uma conclusão apressada, no mínimo. É difícil tomar posição sobre a legalização da prostituição no Brasil. Mas, não há como negar que é uma discussão relevante. E que o deputado tem razão quando afirma que se trata de um problema “de fato”. Pelo sim ou pelo não, vale dizer que um país só se moderniza quando enfrenta para valer suas mazelas. O projeto ainda vai amargar uma longa tramitação no congresso. Nesse período, Wigão aceita receber sugestões [...] (Jornal O Mossoroense, n. 9.827; 1997; p.2).

Certamente é sabido que a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes implicaria em um vasto processo de cunho estrutural e social, que não se resume tão somente em regulamentar o trabalho sexual a partir dos 18 anos. Para Ribeiro e Dias (2009), a prostituição infanto-juvenil configura-se numa condição social de existência e sobrevivência num meio violento, não sendo apenas um fenômeno individual, mas um fenômeno que se delinea em fatores psicossociais, econômicos e históricos. Haja vista que, a criança ou adolescente prostituída, nessa sociedade patriarcal/racista/capitalista, sofre múltiplas opressões, por ser, em sua grande maioria, do gênero feminino, por não ser adulta ainda, e muitas vezes vivendo nas ruas, finda tendo seus direitos sociais básicos negados.

Passados 06 anos desta tentativa de regulamentação, nos anos de 2003 e 2004 foram apresentados ao senado dois projetos de lei com vistas a regulamentar a prostituição, sendo eles, o PL 98/2003 idealizada por Fernando Gabeira, Deputado Federal na época pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado do Rio de Janeiro; e o PL 4244/2004 por Eduardo Valverde, Deputado Federal também pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado de Roraima.

Fernando Gabeira incitou um projeto de lei com basicamente dois artigos em sua redação, que, em suma, pautava-se inicialmente na exigibilidade do pagamento monetário pelos serviços de natureza sexual prestados por trabalhadoras do sexo, o qual tão somente só poderia ser exigido pela própria pessoa que prestaria esse serviço, ou seja, a própria trabalhadora do sexo, e não a figura do/a cafetão/cafetina, ou quaisquer outras pessoas que estivessem agenciando a pessoa prostituída; e em seu art. 2º, a revogação dos artigos 228, 229, e 231 do código penal brasileiro. Como justificativa central, Gabeira argumentou que:

Com efeito, a prostituição é uma atividade contemporânea à própria civilização, embora tenha sido, e continue sendo reprimida inclusive com violência e estigmatizada, o fato é que a atividade subsiste porque a própria sociedade que a condena, a mantém. Não haveria prostituição se não houvesse quem pagasse por ela. Houve, igualmente, várias estratégias para suprimi-la, e do fato de que nenhuma, por mais violenta que tenha sido, tenha logrado êxito, demonstra que o único caminho digno é o de admitir a realidade e lançar as bases para que se reduzam os malefícios resultantes da marginalização a que a atividade está relegada. Com efeito, não fosse a prostituição uma ocupação relegada à marginalidade – não obstante, sob o ponto de vista legal, não se tenha ousado tipificá-la como crime – seria possível uma série de providências, inclusive de ordem sanitária e de política urbana, que preveniriam os seus efeitos indesejáveis (Brasil, Câmara dos Deputados, PL 98/2003, p.2).

Apesar das coerentes palavras do deputado quando se refere à prostituição enquanto uma atividade marginalizada e alvo de violências para quem a exerce, muito embora não

seja crime no Brasil, a justificativa não foi suficiente para que o projeto obtivesse êxito, sendo arquivado, conforme sua ficha de tramitação⁸ disponível no portal da Câmara dos Deputados.

Em seguida, no ano de 2004, o deputado Federal Eduardo Valverde lançou o projeto de lei que somaria a terceira tentativa de regulamentação, numerado de 4.244 de 07 de outubro de 2004, este com oito artigos em sua redação, e consideravelmente mais detalhado que o anterior proposto por Gabeira.

O que nos chama a atenção é que Valverde, no artigo 2º do projeto de lei, resumidamente, utilizou-se do termo “trabalhadores da sexualidade” para qualificar as pessoas que se utilizavam da prostituição como trabalho (“a prostituta, e o prostituto”), e ainda listando: A dançarina e o dançarino que prestam serviço nus, seminus ou em trajes sumários em boates, *dancing’s*, cabarés, casas de “*strip-tease*”, prostíbulos e outros estabelecimentos similares onde o apelo explícito à sexualidade é preponderante para chamamento de clientela; a garçonete e o garçom ou outro profissional que presta serviço em estabelecimentos específicos desta natureza, e similares; atriz ou ator de filmes ou peças pornográficas; massagistas que tenham como finalidade principal o sexo; e por fim, gerente de casa de prostituição (Brasil, Câmara dos Deputados, PL 4.244/2004).

No artigo 5º do PL, a referida proposta instituía a obrigatoriedade de registro profissional destas pessoas trabalhadoras e trabalhadores do sexo, devidamente expedido sob responsabilidade da Delegacia Regional do Trabalho, bem como deveria ser renovado anualmente, mediante apresentação do que ele nomeou de “atestado de saúde sexual” (Brasil, Câmara dos Deputados, PL 4.244/2004⁹).

Como justificativa, Valverde afirmou que em um país onde milhares de pessoas exercem a prostituição, seria ideal regulamentar a atividade, estabelecer, e garantir os direitos destas pessoas, inclusive os previdenciários. Estabelecendo ainda o acesso gratuito aos programas e ações de saúde pública preventiva de combate às doenças sexualmente transmissíveis. No ano seguinte à sua proposta, este projeto foi arquivado, conforme ficha de tramitação.

Passados oito anos, no ano de 2012, foi apresentado ao Senado Federal o projeto de lei nº 4.211, de 12 de Julho de 2012, também conhecido por “Lei Gabriela Leite”, nome este

⁸ Ficha de tramitação do Projeto de Lei nº 93/2003 do deputado Fernando Gabeira (PT/RJ). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em: 03 mar. 2024.

⁹ Ficha de tramitação do Projeto de Lei nº 4.244/2004 do deputado Eduardo Valverde (PT/RO). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>. Acesso em: 05 mar. 2024.

em homenagem à trabalhadora sexual e ativista pelos direitos da categoria (já falecida), e criado pelo jornalista e político brasileiro Jean Wyllys (Ex-deputado federal pelo PSOL/RJ), com o intuito de reduzir os riscos danosos da atividade, e combater a exploração sexual no Brasil, além de prever em seu texto direitos previdenciários como a aposentadoria especial para quem o exerce após 25 anos de trabalho, a fiscalização em casas de prostituição, e a obrigação do Estado em fiscalizá-las.

Porém, esse projeto não obteve aprovação no senado, e encontra-se atualmente arquivado, conforme consta na ficha de tramitação da câmara legislativa¹⁰, permanecendo como uma categoria desassistida em aspectos jurídicos-legais que viriam a regulamentá-la, e sem previsão de um novo projeto de lei com a mesma perspectiva e reivindicações semelhantes aos que até o momento foram aqui apresentados, entre os anos de 2003 a 2012. Um intervalo de nove anos sem avanços jurídicos-legais para a categoria, a qual se vale unicamente das suas pautas e mobilizações políticas, nos moldes do possível, nas ruas ou no âmbito da internet, no entanto, sem suporte à nível de regulamentação e segurança jurídica.

Portanto, entendemos que o que se espera frente ao debate e criação de um projeto de lei, é que seja evidenciado e priorizado o seu caráter coletivo enquanto instrumento legal, de modo a atender aos interesses inerentes à população, ou aos grupos em questão que, neste caso, deveria priorizar as pessoas atuantes no trabalho sexual, a exemplo das mulheres prostituídas, e, não menos importante, os/as demais sujeitos/as envolvidos/as neste contexto, a exemplo de clientes dos referidos serviços, de modo a reduzir, mutuamente, os possíveis danos envolvidos nestas relações, bem como a sua disseminação. Caso siga outras propostas, vai de encontro ao que realmente seria motivo de pauta no tocante às pessoas que estão inseridas neste escopo da atividade prostitucional. Santos (2016), faz uma crítica que se coaduna com o panorama do que analisamos até o momento a respeito da indiferença do Estado de Direito:

Quer dizer, os parlamentares preferem fechar os olhos à realidade, agem como se as pessoas que se prostituem não existissem, como se essa questão não merecesse atenção. O congresso é covarde e demonstra apatia com essa parcela da população quando ignora a possibilidade de examinar pautas que visem a efetivação de direitos às prostitutas. [...] é imprescindível que os eleitos pelo povo atentem aos interesses das pessoas que comumente são postas de lado (Santos, 2016, p.6).

¹⁰ Ficha de tramitação do projeto de Lei 4.211/12 - Gabriela Leite. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 22 jun. 2022.

Portanto, frente às tentativas fracassadas de regulamentação do trabalho sexual, o qual permanece na seara na clandestinidade, sem a devida cobertura de direitos previdenciários, trabalhistas e direitos sociais básicos, qual o suporte e cobertura que as mulheres trabalhadoras do sexo recebem do Estado brasileiro de direito? Seguimos sem respostas, uma vez que a bancada congressista, em pleno ano de 2024 é majoritariamente conservadora e alheia às mobilizações da categoria em questão, assim como, até o momento, as reivindicações destas pessoas, por algum motivo, não conseguiram avançar no congresso nacional.

3.4 TRABALHO SEXUAL, FEMINISMOS E INTERSECCIONALIDADE.

A reflexão sobre o trabalho sexual exige compreender seu papel estruturante no patriarcado, nas relações econômicas e nas hierarquias entre as mulheres, marcadas no Brasil pela desigualdade racial. Precisamos entender como a prostituição foi se consolidando em nossa sociedade, o que ela representa e a quem ela serve (Faria, Coelho, Moreno, 2013), que por sua vez imprime também a compreensão em torno da discursão de um dos principais pilares deste trabalho, como sendo a tríade de categorias: gênero, feminismo e trabalho sexual, sobretudo quando o grupo de mulheres a ser analisado envolve um periódico massivamente construído por homens.

Ao introduzir a discussão sobre as categorias aqui propostas, percebe-se, previamente, que se trata de um debate há muito realizado entre teóricos/as destes temas, no entanto, consideramos como um universo permeado por impasses sobre posicionamentos diversos e sem consenso, sobretudo quando nos referimos ao trabalho sexual quando debatido por feministas das mais diversas correntes, partindo de muitas facetas a respeito da legalização da prostituição, bem como da sua continuidade na sociedade enquanto um trabalho legitimado e legalizado.

Tomando o Feminismo enquanto uma das categorias centrais a serem discutidas tanto neste trabalho quanto nos estudos relativos ao mercado do sexo, Barreto (2022) defende que a discussão sobre o trabalho sexual se trata de uma questão que se enquadra em duas contrastantes perspectivas centrais dentre os diálogos feministas, sendo elas, desde a corrente abolicionista, e proibicionista, até o feminismo libertário, este que faz a defesa da

prostituição, imprimindo uma acirrada falta de consenso nos estudos envolvidos com as categorias “prostituição” e “estudos feministas”.

A priori, para Piscitelli (2012), caracteriza-se por feminismo abolicionista a corrente ideológica do movimento feminista que luta contra quaisquer expressões advindas do sistema patriarcal-racista-sexista o qual promova a difamação das mulheres, como, por exemplo, o trabalho sexual e a pornografia, seguindo a bandeira do fim da exploração comercial e sexual do corpo feminino. Fazendo um paralelo com o trabalho sexual, este se apresenta como mera exploração do corpo feminino em face do patriarcado, dialogando diretamente com as divergências existentes nas correntes feministas, onde umas reconhecem como um trabalho digno de respeito e regulamentação legal, ao passo que outras correntes condenam a prática de modo a considerá-la uma forma de escravidão, e negando-a enquanto modalidade de trabalho.

Assim, uma das pautas do movimento feminista abolicionista, defende a erradicação da prostituição por considerá-la uma das formas de exploração do corpo feminino em face do sistema de opressão patriarcal-racista-sexista, de forma que o próprio exercício do trabalho sexual também abriria portas para a própria exploração sexual citada anteriormente, onde as trabalhadoras sexuais são vítimas, e os demais envolvidos devem ser penalizados. Enquanto o feminismo proibicionista penaliza também a figura da trabalhadora sexual, considerando-a delinquente e criminosa (Piscitelli, 2012).

Para além disso, Piscitelli (2005) defende que os debates em torno dos significados e a função do sexo foram mais complexos, mas a questão é que neste âmbito, a pornografia e a prostituição operaram como temáticas centrais e como um divisor de águas nos estudos acerca do universo da sexualidade.

Nessas discussões a mulher trabalhadora do sexo passa a ocupar a posição tanto da escrava sexual como a do agente mais subversivo dentro de uma ordem social sexista, onde a vinculação das mulheres com o sexo é percebida como a raiz de sua opressão e abuso. Portanto, “a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é percebida como inerentemente vítima de violência. Nessa visão, a prostituta é um objeto sexual, um ser passivo e carente de poder” (Piscitelli, 2005, p. 13).

Portanto, as correntes do feminismo abolicionista e proibicionista, ambas avessas ao exercício do trabalho sexual, desconsideram e desqualificam a pluralidade de um feminismo para todas as mulheres no exercício das liberdades sobre seus corpos (Mayaorga *et al.*, 2013)

enquanto uma livre escolha, onde a mulher sai do papel de vítima, e passa a ocupar o lugar de sujeito de direitos e de decisões sobre suas vidas nas mais diversas esferas sociais e políticas. Opinião semelhante ao que defendia Gabriela Leite (1992), ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais, já falecida, a qual considerava a prostituição enquanto escolha, direito de vivência e identidade das mulheres que vivem do trabalho sexual, autonomia e livre exercício da sexualidade feminina.

Em continuidade às pautas defendidas por Gabriela, Monique Prada (2018, p. 68-69) na obra *Putafeminista*, de seu lugar de fala, enfatiza que:

O fato é que o feminismo convencional não chega ao prostíbulo e, quando chega, é ou na forma de salvacionismo, ou na de discurso de ódio. Chega, muitas vezes, na forma de passeatas contra a prostituição – e, sim, contra as prostitutas [...] Chega na forma de agressão, de pichações violentas que nos dizem que os corpos delas, das outras mulheres, não são mercadoria – como se nossos corpos fossem mercadoria e nossa existência nos puteiros representasse algum tipo de ameaça ou convite [...] O feminismo chega ao puteiro, então, como algo que quer nos tirar a fonte de renda, o trabalho – aquele que muitas vezes é nossa única ou melhor opção de sustento –, e nunca como um aliado na busca por melhores condições de vida. Chega como um discurso moralista e moralizante, nunca empoderador (Prada, 2018, p. 68-69).

Monique Prada, enquanto trabalhadora sexual em atividade, ativista pelos direitos da categoria, e uma das fundadoras da Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores do Sexo (CUTS) no Brasil, pensou em uma nova forma de discutir sua profissão: em seu livro nomeado “*Putafeminista*”, a autora defende que esta vertente tem sua utilidade pautada na importância de apresentar e pensar um novo olhar sobre as prostitutas, bem como seus direitos, e a maneira como estas decidem conduzir suas vidas.

Além de apresentar sua trajetória no mercado do sexo, seja na prostituição, seja sob novas configurações de trabalho (através da internet), Prada manifesta o processo de ressignificação da profissão, ao passo que também se posiciona ao revelar os embates presentes em contrapartida às demais correntes do feminismo, como uma querela que divide opiniões e não há um consenso fechado acerca do trabalho sexual (Prada, 2018).

A narrativa da autora expõe os interesses e conflitos que movimentam os feminismos contemporâneos, os quais podem reforçar os estigmas sobre as trabalhadoras do sexo, e enfraquecer a luta pela liberdade da mulher sobre seu próprio corpo. Ressaltando também a grande contribuição das redes sociais para dar espaço e potencializar as narrativas das prostitutas, e como um novo espaço de trabalho para quem vê no mercado do sexo uma oportunidade de emprego, e se identifica com isso (Sulz; Cardoso, 2019).

Concordamos com Prada (2018) quando afirma que a sociedade brasileira aparenta não atribuir a devida importância a assuntos concernentes a outros trabalhos precários, e predominantemente exercidos pela figura feminina, a exemplo das trabalhadoras domésticas, função ainda bastante exercida em muitos lares brasileiros, e com direitos sociais e conquistas não tão bem consolidadas, assim como das trabalhadoras do sexo. Afinal de contas, quais seriam as maiores diferenças entre o trabalho precarizado de mulheres que desenvolvem o ofício do trabalho sexual, e aqueles desenvolvidos por outras mulheres em profissões menos valorizadas e de baixa remuneração? A quem interessaria a erradicação da prostituição? Outras profissões que também são responsáveis pela exploração de corpos femininos em face do capitalismo também seriam abolidas?

Esses questionamentos também possibilitam a visualização da crescente onda de discursos machistas, religiosos e moralistas da extrema direita, a partir dos quais o entendimento sobre corpo, gênero e sexualidade corre o risco de retroceder, de forma ainda mais severa, como algo a ser censurado, evitado e repudiado. Dessa forma, Sulz e Cardoso (2019) complementam que

Para o grupo de retrógrados políticos e líderes religiosos, pouco importa de fato a exploração do trabalho de mulheres em todas as profissões, como mostram os escândalos que denunciam os trabalhos análogos à escravidão, por exemplo. Na linha de frente desse grupo estão os ataques às trabalhadoras sexuais e à sua organização por direitos e políticas públicas capazes de lhes atender. Ataques ao que essas mulheres significam, mulheres interessadas no combate à violência, atuantes na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e no acolhimento de pessoas em risco de vulnerabilidade social, no ativismo pelo controle do tempo de seu trabalho e por sua justa remuneração. Para além dessas questões, seriam ainda pautas do movimento putafeminismo as questões referentes à previdência social, por exemplo (Sulz; Cardoso, 2019, p. 4).

Prada (2018) é enfática que o feminismo tem chegado, de fato, aos puteiros, e isso jamais deveria incomodar tanto às militantes feministas que defendem a ultrapassagem do trabalho sexual, o qual é exercido em sua maioria por mulheres que têm igualmente seus direitos de exigir respeito às suas decisões, e justa remuneração. Para a autora, é por este feminismo que as trabalhadoras do sexo estariam e/ou deveriam estar lutando: de todas, e para todas as mulheres, onde a perspectiva do “salvacionismo” teria de ser superada, haja vista que as putafeministas não precisam ser salvas, e sim ouvidas, lidas e legitimadas.

A publicação da obra de uma Putafeminista nos traz a sensação de dar um passo à frente ao atribuir a devida notoriedade às trabalhadoras do sexo, falando diretamente sobre a experiência e representatividade de Monique Prada a partir de seu lugar de fala. Além

disso, a obra intersecciona a discussão da prostituição com questões acerca do moralismo religioso quando trata de temáticas concernentes ao corpo, gênero e sexualidade.

Portanto, é inegável que o cenário feminista frente às discussões sobre o trabalho sexual é bastante heterogêneo, e porque não citá-lo como um campo minado, uma vez que percebidas as suas disparidades quando o assunto é chegar a um consenso a respeito de regulamentar ou coibir, e sobretudo quem são essas Mulheres, e quais suas trajetórias até chegarem à prostituição.

Ainda sobre esta discussão, Galíndo (2021, p. 2), salienta que “sem trabalhadoras sexuais não há feminismo. Não se referindo de forma caritativa ou com vistas a salvá-la, mas justamente o contrário, ela, a puta, tem o poder de sacudir as sexualidades de todas as mulheres e, por isso, é um sujeito imprescindível”, seja ao debate, seja no enriquecimento das produções científicas, e consequentemente na resolução de problemáticas sociais pertinentes e específicas deste e de outros grupos de mulheres.

Para Piscitelli (2005, p. 13-14), é no feminismo libertário, que também compõe a retórica feminista em suas discrepâncias de opinião, onde há posições que consideram a vinculação das mulheres com a sexualidade enquanto fonte de poder e autonomia, ao passo que,

A prostituta seria um símbolo da autonomia sexual das mulheres e, como tal, uma ameaça potencial ao controle patriarcal sobre a sexualidade das mulheres [...]. Estas linhas de pensamento reconhecem a existência de uma ordem sexista, mas consideram que ela não é inteiramente determinante. O sexo é visto como uma tática cultural que pode tanto desestabilizar o poder masculino como reforçá-lo. As práticas de prostituição, tais como outra forma de mercantilização e consumo, devem ser lidas de maneiras mais complexas que apenas uma confirmação da dominação masculina: em certas circunstâncias, elas podem ser espaços de resistência e de subversão cultural. Por este motivo, estas linhas consideram que a posição da prostituta não pode ser reduzida à de um objeto passivo utilizado na prática sexual masculina, mas como um espaço de agência no qual se faz um uso ativo da ordem sexual existente (Piscitelli, 2005, p. 14).

Ademais, para além dessas divergências acerca do debate sobre o trabalho sexual em meio às teóricas feministas e suas correntes de pensamento, principalmente quando a pauta está centrada em ser ou não ser uma forma de trabalho, e logo ser regulamentada ou proibida no Brasil, Piscitelli (2005) complementa também que está “longe de existir um acordo, o pensamento feminista apresenta diferenças significativas no que se refere ao significado concedido à sexualidade” (Piscitelli, 2005, p. 12-13).

A busca pela eliminação da prostituição aparece repetidas vezes nos escritos das teóricas feministas, ao passo que ganhou aceitação com a ascensão do movimento antipornografia, como uma das pautas do feminismo radical no final da década de 1970 (Roberts, 1998). Salientando que este movimento estreou como um braço forte do radicalismo extremista, os quais suas principais mentoras eram mulheres cisgênero, estadunidenses, brancas, e acima de tudo de classe média e alta.

Trata-se, portanto, de uma questão cultural, e não meramente individual. Muito se fala em empoderamento como uma construção individual, mas que se distancia de sua proposta quando essa construção perde de vista o seu poder coletivo, logo sua capacidade transformadora ao incentivar a autonomia umas das outras é potencialmente revolucionário, e um dos caminhos possíveis para produzir alguma mudança nas relações entre trabalhadoras sexuais e outras mulheres, e a sociedade brasileira em geral. Para Sardenberg (2012), o empoderamento, sob uma perspectiva feminista pode ser entendido como o processo de conquista da autonomia, e libertação das amarras da opressão de gênero, e opressão patriarcal, que também alcança o trabalho sexual, sendo seu objetivo principal romper com as amarras que controlam nossos corpos e nossas vidas.

Desse modo, Roberts (1998) complementa que o estigma da trabalhadora sexual não vai desaparecer da noite para o dia quando as leis forem efetivadas. Segundo a autora, todas as feministas, sem exceções, deveriam estar conscientes dos ganhos a serem conseguidos a partir da destruição do estigma da prostituta, bem como propõe o ativo engajamento em apoio a este grupo de mulheres, já que “quanto mais apoio às trabalhadoras sexuais tiverem na comunidade mais ampla, mais difícil será para os reacionários morais molestá-las, uma vez que as leis tenham sido consignadas ao lixo da história” (Roberts, 1998, p. 416).

A dicotomia que divide as mulheres entre puta/decente, ou boa/má e suas variantes, perdura sem tantas modificações. Porém, enquanto ser chamada de puta for uma ofensa, enquanto a puta for “a outra” do feminismo (o hegemônico), seguiremos atravancadas por essa divisão que nos foi imposta como uma forma de controle dos nossos corpos e do que fazemos com eles. A solidez dessa divisão depende de que a prostituta siga à margem, como se não existisse, embora se saiba, efetivamente, que ela existe. Quem não existe, não pode falar e, portanto, não pode revelar segredos (Valdez, 2021, p.3).

Além disso, trazer à tona o trabalho sexual feminino não se restringe à heteronormatividade, definida por Louro (2009) como uma norma compulsória à heterossexualidade, apoiando-se no entrecruzamento das categorias sexo, gênero e

expressões da sexualidade, baseada no modelo dual masculino x feminino. Dizemos isto porque segundo dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) apontam que cerca de 90% das mulheres Trans e Travestis Brasileiras sobrevivem do trabalho informal, encontrando na prostituição a sua única possibilidade de subsistência, mediante condições precárias de trabalho, expostas aos perigos da rua mediante a violência que há nesses espaços¹¹ (Valdez, 2021).

Embora esta dissertação não se volte especificamente ao trabalho sexual ligado às mulheres transexuais trabalhadoras do sexo, cabe-nos apontar que aqui não restringimos às mulheres cisgênero (que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer), uma vez que a prostituição é capaz de perfurar as mais diversas bolhas no tocante às pessoas que compõem o ofício, a exemplo daquelas que não respondem aos padrões da heteronormatividade, uma vez que, caso encontrássemos reportagens referentes à trabalhadoras sexuais Mulheres Trans, igualmente incluiríamos em meio aos dados a serem analisados, embora isso não tenha acontecido, reconhecemos a sua pertinência em meio à análise dos dados. Permanecendo, então, em unanimidade, os dados coletados voltados para mulheres cisgênero, uma vez que foi o que o periódico nos proporcionou em meio às matérias relativas ao trabalho sexual.

Para Bagagli (2021), a despeito da cisgeneridade, pauta-se usualmente como uma terminologia voltada a designar o antônimo de transgênero, e decorrendo o seu entendimento como “a posição a partir da qual a enunciação da própria identidade de gênero é autorizada como legítima e verdadeira. Em função disto, a cisgeneridade é pensada conjuntamente com noções analíticas como normatividade ou normas de gênero e sexismo” (Bagagli, 2021, p.4). Assim, a cisgeneridade emerge como uma condição política, e basicamente funciona com o seu teor de normatividade, o que por sua vez implica em posição de privilégio para pessoas cisgênero.

Bagagli (2021) pontua ainda que uma das principais celeumas quando o assunto é cisgeneridade é quando o uso do seu conceito na teoria feminista alega de que ela prescreveria que o alinhamento entre identidade de gênero, e o que a sociedade espera quanto ao entendimento de gênero seria algo absoluto e sem falhas, ao passo que os gêneros das

¹¹ Ao ler a obra da Valdez, descobrimos o livro-reportagem da autora Paloma Vasconcelos, intitulado “Transresistência: Histórias de pessoas trans no mercado formal de trabalho” (2018), e do mesmo recolhemos os dados apresentados acerca da posição do Brasil enquanto líder do tráfico sexual, e da informalidade em que pessoas Trans se encontram, estando apenas 10% inseridas no mercado formal de trabalho. No entanto, não localizamos o ano de referência relativo a esses números.

peçoas cisgênero escapam da possibilidade de críticas, uma vez que são considerados socialmente como normais, ou como diz a autora, uma condição neutra e não marcada, em relação aos gêneros das peçoas transexuais.

Neste panorama, para além da discussão em torno da transexualidade, outros grupos são igualmente mencionados na literatura em torno do trabalho sexual, sendo a ótica da interseccionalidade uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, *status* de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais passíveis de discussão e interligados em uma determinada realidade, individual ou coletiva. (Collins; Bilge, 2020). De forma mais explícita,

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das peçoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020, p. 16).

Esta definição da interseccionalidade destaca que em determinada sociedade e período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias funcionam de maneira imbricada. Além disso, “apesar de geralmente pouco destacadas, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins; Bilge, 2020, p.17).

De tal modo que, enquanto ferramenta metodológica e analítica, a interseccionalidade se torna tema central em círculos acadêmicos e militantes, enquanto lente para explorar como as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidades e etnia se moldam mutuamente (Collins; Bilge, 2020).

Mediante os dados coletados no decorrer da pesquisa, apontamos que o vetor de raça foi um dos primeiros a serem observados, principalmente na reportagem n. 9.235, do dia 30 de julho de 1995, de título “Mulheres marcadas pelo destino”, do jornalista Toinho Rodrigues, a qual apresenta a narrativa da prostituta, à época da reportagem, Severina Antônio, presente no subtópico “Vida humilhante aos 12 anos”, que relata sempre ter “se sentido discriminada por sua cor morena”. Assim, além da questão de gênero, também é perceptível a interseção de raça, uma vez que se trata de uma mulher negra, adulta, e mãe de

dois filhos, nitidamente marcada pela criminalidade, e pela realidade em que se encontrava, como experiência de drogadição.

Nota-se que Severina tem consciência do preconceito ao qual foi submetida (racismo), que por sua vez nem sempre é possível devido a nossa sociedade ser demasiadamente calçada no racismo estrutural. Assim, tem-se a interseccionalidade entre dois fortes sistemas de opressão, como sendo, o racismo, e o machismo estrutural (Moreira, 2022), ambos notoriamente se materializam nas falas de Severina Antônia, indicando os níveis de violência vivenciados ao mesmo tempo em que são praticados pela sociedade na qual convive, muito embora ela não tenha especificado se essa discriminação era praticada por clientes, ou familiares ou demais indivíduos que a cercam.

Para além do vetor de raça, Piscitelli (2005), e Collins e Bilge (2020), em seus respectivos estudos sobre o gênero no mercado do sexo, e sobre a análise interseccional, corroboram para a ideia de que pensar as marcas de gênero que perpassam o dia a dia de mulheres trabalhadoras do sexo é um desafio que envolve inúmeras questões. Portanto, decidimos dialogar com a perspectiva da interseccionalidade de modo a possibilitar uma percepção mais ampla da realidade das mulheres conforme a fonte de pesquisa dispõe, considerando a força analítica, e caráter político na abordagem interseccional em relação a importantes questões sociais, a exemplo do trabalho sexual feminino.

Para Collins e Bilge (2020, p.18), “em geral as pessoas usam a interseccionalidade como ferramenta analítica para resolver problemas que elas próprias ou gente próxima a elas têm de enfrentar”. Por exemplo, supõe-se, neste momento de discussão, que as mulheres trabalhadoras do sexo trazidas para esta dissertação, em sua grande maioria, adentraram para a prostituição por uma questão econômica e social que condiz com a sua necessidade fulcral de sobrevivência.

A partir disso, foi perceptível no decorrer das matérias jornalísticas pesquisadas, a presença de elementos de gênero (mulheres trabalhadoras do sexo e clientes, cisgênero). Com efeito, torna-se importante frisarmos que quando falamos em gênero, referimo-nos ao que Scott (1995) traduz como um elemento crucial e constitutivo de relações sociais baseado nas disparidades expressas entre os sexos, ou seja, uma forma de significar as relações de poder.

Para Joana Maria Pedro (2005, p.78), “o uso da palavra “gênero”, como já dissemos, tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e

lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos, enfim, igualdade e respeito”.

Além do mais, também podemos perceber forte influência do viés econômico no quesito sobrevivência; idade (ao passo que na grande maioria das reportagens cita a idade deste público, como sendo de mulheres com idades entre 18 e mais de 50 anos), o que também implica na discussão sobre envelhecimento e prostituição; raça, por indicar a discriminação sofrida por mulheres negras vítimas de racismo; condições de moradia e habitação, por expor as condições em que vivem e trabalham, entre outros elementos que o periódico permite a percepção. Nesse contexto, a interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e problematizar sobre quem são essas mulheres trabalhadoras do sexo, e o seu construto social na história que fizeram e fazem mediante suas trajetórias de vida, assim como a maneira como as relações de poder se interconectam.

Não apenas isso, a interseccionalidade reconhece que a percepção de pertencimento a um determinado grupo social pode tornar as pessoas vulneráveis a diversas formas de preconceito, mas como somos simultaneamente membros de muitos grupos, nossas identidades complexas podem moldar as maneiras específicas como vivenciamos esse preconceito. Logo, a análise interseccional lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber de imediato, mas, que podem se tornar perceptíveis ao passo que visualizamos acontecimentos envolvendo pessoas, ou grupos de pessoas, que encontram-se atravessadas por questões que, por inúmeras razões, possam estar além do que se possa ser visto a olho nu por quem não faz parte da mesma realidade (Collins; Bilge, 2020). Portanto, enquanto ferramenta metodológica mostra-se capaz de fornecer elementos possíveis à análise e à discussão sobre as categorias referentes ao trabalho sexual e suas nuances.

3.5 O TRABALHO SEXUAL E A INFLUÊNCIA DA QUESTÃO ECONÔMICA.

As definições correntes do que seria o trabalho sexual no Brasil contribuem para pensar nos diversos tipos de inserção em um jogo de oferta e demanda de sexo e sensualidade que, marcado pelo viés mercadológico, não necessariamente assume a forma de um contrato explícito de intercâmbio entre sexo (fisicamente falando) e seu pagamento em dinheiro. Em outras palavras, a inserção no mercado do sexo está longe de restringir-se à realização do que, no Brasil, é popularmente conhecido como “programas”, configurando-se também sob

as modalidades de trabalhos desempenhados em bordéis, boates, bares, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através de sites no meio virtual, casas de massagem, serviços de acompanhantes, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornô, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua, e assim por diante (Piscitelli, 2005).

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, o trabalho sexual é um negócio incrivelmente diverso (Silva; Blanchette; 2011), tanto por questões econômicas, uma vez que se trata de um território marcado por sérias desigualdades de má distribuição de renda e desemprego, quanto por questões histórico-sociais-raciais. Desse modo, Ramalho (2012, p. 168), em suas considerações sobre a expansão e dimensão do trabalho sexual defende que:

(...) o mercado do sexo ampliou-se e expandiu-se de tal forma na sua diversificação de quantidade, preços, tipos de consumidores e profissionais, em estrita ligação com a economia nacional e internacional, capaz de gerar capital e funcionar como um mecanismo utilizado por determinados segmentos populacionais para lidar com os problemas gerados pela “nova questão social” do desemprego ou emprego.

As mulheres que ingressarem na indústria do sexo no século XX são as mesmas de sempre, em que as principais motivações são e serão o dinheiro e as condições de trabalho, seguindo o “padrão eterno” de que poderão ganhar tanto ou mais em um dia do que podem ganhar em uma semana de trabalho duro; também o fato de que os salários das mulheres em todos os setores ainda são menos de dois terços daqueles trabalhos desenvolvidos por homens (Roberts, 1998). Além do mais, outros estudos confirmam que: “para a grande maioria das mulheres, seja qual for a sua classe, educação e perspectivas de carreira, a prostituição ainda representa a opção mais lucrativa. Nem toda mulher pode se tornar uma primeira-ministra” (Roberts, 1998, p. 383).

A partir disso, cria-se uma ponte entre as discussões em torno do trabalho sexual, e o debate em torno de outra categoria, central e analítica, pertinente para a construção deste trabalho, qual seja o gênero, que nas palavras de Judith Butler (2018), traduz-se na forma como se expressa o indivíduo, considerando-o em suas mais variadas facetas, social e cultural, abrangendo tanto a orientação sexual, quanto o campo da identidade de gênero.

Assim, Pereira (2014, p. 322) acrescenta que:

Em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira, em que há inúmeras desigualdades de gênero quanto ao acesso a postos de trabalho, bem como aos valores pagos pelo mesmo serviço, a prostituição pode representar uma das poucas opções de se obter dinheiro de maneira imediata, utilizada para o auxílio em momentos difíceis, como no caso do adoecimento de familiares ou na falta de recursos para o pagamento de contas.

A exemplo disto, no Jornal O Mossoroense, tem-se exemplos de mulheres trabalhadoras do sexo que adentraram na prostituição enquanto um meio de sobrevivência, onde o fator econômico se situa como um dos principais motivos determinantes para o ingresso no trabalho sexual, muito embora não regulamentado e precarizado. Na reportagem “Mulheres marcadas pelo destino” (nº 9.235, Caderno 2, p.1) de 30 de julho de 1995, de autoria do jornalista Gilberto de Souza, há algumas entrevistas que têm como objetivo retratar, mesmo que de maneira breve e pontual, como vivem algumas mulheres prostituídas na grande região do Alto do Louvor, situado no município de Mossoró/RN.

A matéria em questão contém cinco narrativas de mulheres as quais se dispuseram a participar das entrevistas, dentre estas, há trabalhadoras do sexo, ex trabalhadoras do sexo, e uma testemunha da região do Alto do Louvor que lá residia na época das entrevistas. As narrativas são distribuídas ao longo da reportagem em colunas com os seguintes subtópicos: “Vida humilhante aos 12 anos”; “Marcas profundas de um cabaré”; e “Da prostituição ao caminho da droga”.

A primeira dessas mulheres é a trabalhadora sexual Severina Antônia, de 35 anos de idade, a qual estava na prostituição desde os 12 anos, e em conversa com o jornalista relatou sobre a sua entrada neste universo, sendo algumas passagens do seu depoimento resumido nas palavras do jornalista da seguinte maneira: “ela brigou com os pais e conseguiu vir para Mossoró com a ajuda de uma amiga, que a levou direto para um cabaré” (Jornal O Mossoroense, n. 9.235, caderno 2, 1980, p.1).

Severina, muito embora atravessada por terceiros, ao ingressar por meio de uma amiga, que no passado a direcionou para a prostituição, apresentando-lhe um meio de vida, acessível para o momento. Severina encontrava-se fora do seio familiar, e de frente para uma vida diferente da que vivia com sua família primária, e tendo que encarar uma realidade a partir da necessidade do próprio sustento, prostituindo-se para se manter.

Esse ofício surgiu como opção financeira oferecendo iguais ou melhores condições econômicas se comparado a qualquer outro tipo de trabalho constitutivo de profissões majoritariamente femininas. Silva e Blanchette (2011, p. 14), em sua pesquisa com narrativas das trabalhadoras sexuais, afirmam: “O dinheiro é maior, o horário mais flexível e as violações dos direitos das trabalhadoras não são piores do que em qualquer outra profissão feminina no universo urbano”.

Logo, é possível a percepção do trabalho sexual como uma alternativa, mesmo que pequena e incerta (autônoma), de gerar mobilidade socioeconômica e certa independência. Outro exemplo apresentando na reportagem de edição 9.235, 30 de julho de 1995, Caderno 2, trata-se de Rita Ramos, que, segundo o jornal:

Rita Ramos veio de um casamento desajustado. Sofreu muito do marido, e ao ser abandonada com três filhos menores, não encontrou outra opção a não ser se prostituir. A exemplo de Fátima Oliveira, diz que também sofreu muito, mas por ser uma pessoa já adulta, soube como se livrar de muita coisa. “Ainda aparecem rapazes novos que querem morar comigo para eu sustentar, mas disso eu estou fora”, afirmou, acrescentando que atualmente vem tentando conseguir montar uma venda para comercializar com frutas e variedades. Rita tem 52 anos, os filhos estão criados e moram em outras cidades. Ela também frequenta o Centro Social Mãe do Salvador. (Jornal O Mossoroense, n. 9.235, caderno 2, 1980, p.1).

A partir da entrevista, é perceptível nas palavras de Rita Ramos, a resistência de uma mulher que perpetua o desejo de se levantar após a saída da prostituição, e que segue com o objetivo de se estruturar financeiramente, pondo em prática seus projetos futuros, ainda em planejamento, desta vez atuante no comércio, neste contexto como uma área distinta da que trabalhava antes.

Também torna-se pertinente trazer à discussão que, adentrar numa atividade majoritariamente clandestina e não regulamentada legalmente com vistas à considerável rapidez nos ganhos econômicos, pode acometer uma das faces perigosas do trabalho sexual feminino – a exploração sexual, vez que atualmente não há legislação vigente no Brasil que a regule, nem tampouco que inspecione com mais cautela os estabelecimentos como casas de prostituição, permanecendo as mulheres expostas aos riscos de um trabalho precário, e desmoralizante enquanto classe trabalhadora, somando mais uma problemática social que permeia este universo.

Retomando o problema da exploração sexual, esta pode ocorrer de várias formas, seja através do tráfico internacional de mulheres, seja através das instâncias de controle dos corpos, a exemplo de agenciadores/as; assim como a própria indústria sexual pornográfica, extremamente poderosa e lucrativa. Por fim, é pertinente reconhecer os riscos da profissão em voga, sem romantizá-la, assim como em diversos outros ofícios, no entanto, sem ferir o livre arbítrio e legitimidade de quem a executa.

Parafraseamos Silva e Blanchette (2017, p. 2): “falar sobre o negócio do trabalho sexual não se traduz em falar sobre defender a violência patriarcal, a *objetificação* dos corpos femininos, e a commodificação da mulher cidadã brasileira”, e sim, sobre a sua legitimidade e

representatividade, oferecendo elementos para analisar os processos de subalternização e de resistência destas mulheres.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL O MOSSOROENSE.

4.1 TERRITÓRIOS DO TRABALHO SEXUAL EM MOSSORÓ/RN.

A experiência das cidades contemporâneas propicia a formação de uma complexa arquitetura de territórios, bem como lugares e não lugares, repletos de subjetividade os quais se traduzem na formação de espaço-temporais mais efêmeros (Arantes, 2000 *apud* Saraiva, 2012), que por sua vez nega a visão tradicional da geografia considerando o território apenas em termos espaciais, passando a considerá-lo em seu dinamismo vivo a partir de seus/suas habitantes, aqui especificamente às trabalhadoras sexuais.

Torna-se mais compreensível o entendimento do “espaço urbano como um cenário onde os lugares se entrecruzam na complexidade da experiência urbana de seus habitantes” (Saraiva, 2012, p. 22), de modo a não isolá-los em espaços fechados, fixos e homogêneos, ao mesmo tempo propondo um olhar crítico sobre o desenho das cidades a partir dos sujeitos que nela vivem, em suas mais variadas condições e dimensões.

Para Perlongher (2008) isso pode ser entendido a partir do pressuposto de que as relações dos indivíduos com a cidade são constituídas por processos de subjetivação mutáveis em corpos que se deslocam e circulam, a exemplo do nomadismo (ou sociabilidade nômade), onde há o estabelecimento de localizações, porém sem parar de circular, inclusive por outros lugares e espaços.

O autor indica que a ideia de territorialidade não se limita ao espaço físico e nem se remete a lugares vazios e individualizados, guiando o entendimento ao conceito de um processo que emerge na instantaneidade e no acaso dos encontros. Dessa maneira, as territorialidades são flutuantes, ou seja, um determinado grupo, a exemplo das trabalhadoras sexuais, leva consigo um “código-território”¹² e/ou “código social”, definindo-se no corpo, nos gestos, nas palavras, e nas afinidades com os demais sujeitos envolvidos nos fluxos dos processos em que estão inseridas. Perlongher (2008, p.152) explana que

Pode acontecer, ainda, que os sujeitos “ocupem” sucessivamente diversos lugares do código, isto é, se desloquem mais ou menos intermitentemente pelas várias casinhas classificatórias, mudando de classificação conforme o local e a situação. Frequentemente, é um mesmo sujeito que vai assumido e recebendo várias

¹² Nomenclatura igualmente utilizada por Deleuze e Guattari (1997), utilizado para dar atribuir significação, principalmente na comunicação social entre indivíduos, de um determinado território, e por sua vez atribuir significado e sentido na relação entre as pessoas.

nomenclaturas classificatórias em diferentes momentos do seu deslocamento. Poder-se-ia falar, então, de um deslocamento do sujeito pelas redes do código.

Um dos exemplos dessa relação entre os territórios e os corpos, amplamente citados na literatura (mas, não o único), é o *trottoir* (prostituição exercida nas ruas) explorada por Néstor Perlongher¹³, a partir da experiência vivenciada pelo próprio autor nas regiões em que se dedicou a pesquisar, observar e dissertar a respeito em sua obra. Sobre isto também se posicionam Silva e Blanchette (2011, p. 39):

Os pontos de rua são regiões morais específicas e não mistas de prostituição. São considerados por nós como pontos abertos, porém, porque são extremamente visíveis ao público em geral. É justamente essa visibilidade, enquanto combinada com o estigma da prostituição, que expõem as mulheres que trabalham nesses lugares a uma carga de perigo ainda maior que o normal.

No Brasil, o exercício do trabalho sexual na rua, de todas as modalidades, é a que as próprias trabalhadoras sexuais agenciam de modo mais livre, ou se “auto agenciam”, sem “exploradores diretos”, como os/as proprietários/as de casas de “shows”, e/ou bordéis (Adriana Piscitelli *apud* Pereira, 2014).

O ser da cidade surge e forma seus territórios através de processos humanos e vivos, cujas complexidades são focos de observação das ciências sociais e humanas, sendo neste espectro que mulheres que vivem da prestação de serviços de natureza sexual nas ruas estão expostas aos mais diversos tipos de violências no meio urbano, inclusive ao feminicídio (Saraiva, 2012). Logo, não há segurança física, nem tampouco jurídica para aquelas que exercem suas atividades nas ruas.

Por esse motivo, Fonseca (1996, p.19) não considera o trabalho sexual como um “trabalho como qualquer outro”, uma vez que as profissionais estão expostas às violências da rua, ao próprio *status* estigmatizado e alvo de repressão policial, sem esquecer da censura adotada pelo censo comum no imaginário coletivo, quando esse público é frequentemente posto em posição de marginalidade a partir do momento que assumem a identidade de trabalhadoras sexuais.

Na visão de Pereira (2014), o fator geográfico serve para reforçar o “papel social” que as trabalhadoras sexuais desempenham, delimitando as práticas por elas estabelecidas a

¹³ Para fins de aprofundamento, ver a obra do autor: O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo (2008). Diferente de nossa pesquisa, realizada num acervo físico e em jornais, Perlongher viveu, morou no território que pesquisou e conviveu com as pessoas que colaboraram com seu trabalho. Ainda assim, esse seu livro inspirou, a partir de seu método cartográfico, o desenvolvimento desta pesquisa, com vistas a apreender o processo de produção das territorialidades em relação direta com as formações subjetivas das trabalhadoras sexuais em Mossoró/RN através dos jornais impressos.

um espaço. A expectativa que clientes e frequentadores/as têm, ao caminharem por determinados territórios, é de estabelecer intercursos sexuais nessas relações mercadológicas de compra e venda de tais serviços. De uma forma ou de outra, se os estudos de prostituição se atêm ao local em que a prática ocorre é porque nos centros urbanos brasileiros a prática é demarcada e delimitada espacialmente, seja no escopo do trabalho sexual feminino, ou masculino.

Em Mossoró também houve territórios específicos para a prostituição no recorte temporal de 1980-2000. A referida cidade, segunda maior do Rio Grande do Norte, é nacionalmente conhecida pelos seus atrativos culturais e, pelos grandes resultados econômicos que tem alcançado ao longo dos últimos anos, a exemplo da comercialização salineira, partindo daí sua alcunha “cidade do sal”. A sua origem se remete aos povos indígenas da tribo “Monxorós”, motivo pelo qual anos mais tarde foi batizada de Mossoró (Cascudo, 2010).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)¹⁴, até o ano de 2022, Mossoró contava com uma população estimada em 264.577 habitantes, e uma economia baseada na produção salineira, fruticultura, um ampliado setor terciário, e extração petrolífera, estando, na última década, em meio a um crescimento exponencial do setor imobiliário em razão da demanda por habitação, haja vista a pujança econômica da mesma, onde os investimentos se deram, sobretudo, em seu bairro mais nobre, o Nova Betânia, o qual conta com os principais investimentos em construções, estes, em sua grande maioria voltados para a classe média e alta (Lima, 2017).

No município de Mossoró, o território de prostituição não surgiu no centro da cidade, mas, próximo deste, numa região conhecida por Alto do Louvor. A existência de atividades voltadas para a extração do sal em cidades vizinhas, como Grossos e Areia Branca, e a presença da ferrovia na cidade, compôs certa fluidez econômica, uma vez que a renda dos homens que lá trabalhavam os possibilitava noitadas nos bares, nas casas de jogos e na zona do meretrício (Barreto, 2011).

O Alto do Louvor, neste trabalho de dissertação, emerge com destaque quando o assunto são os territórios de prostituição na cidade, sendo palco da maior parte das matérias que foram selecionadas para análise. Sobre sua historicidade, Rocha (2007), ao dissertar sobre a expansão urbana em Mossoró/RN, cita que a região do Alto do Louvor iniciava-se

¹⁴ Informação encontrada no portal do Instituto de pesquisa econômica e aplicada (IPEA) referente ao ano de 2022. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/mossoro. Acesso em: 23 jan. 2024.

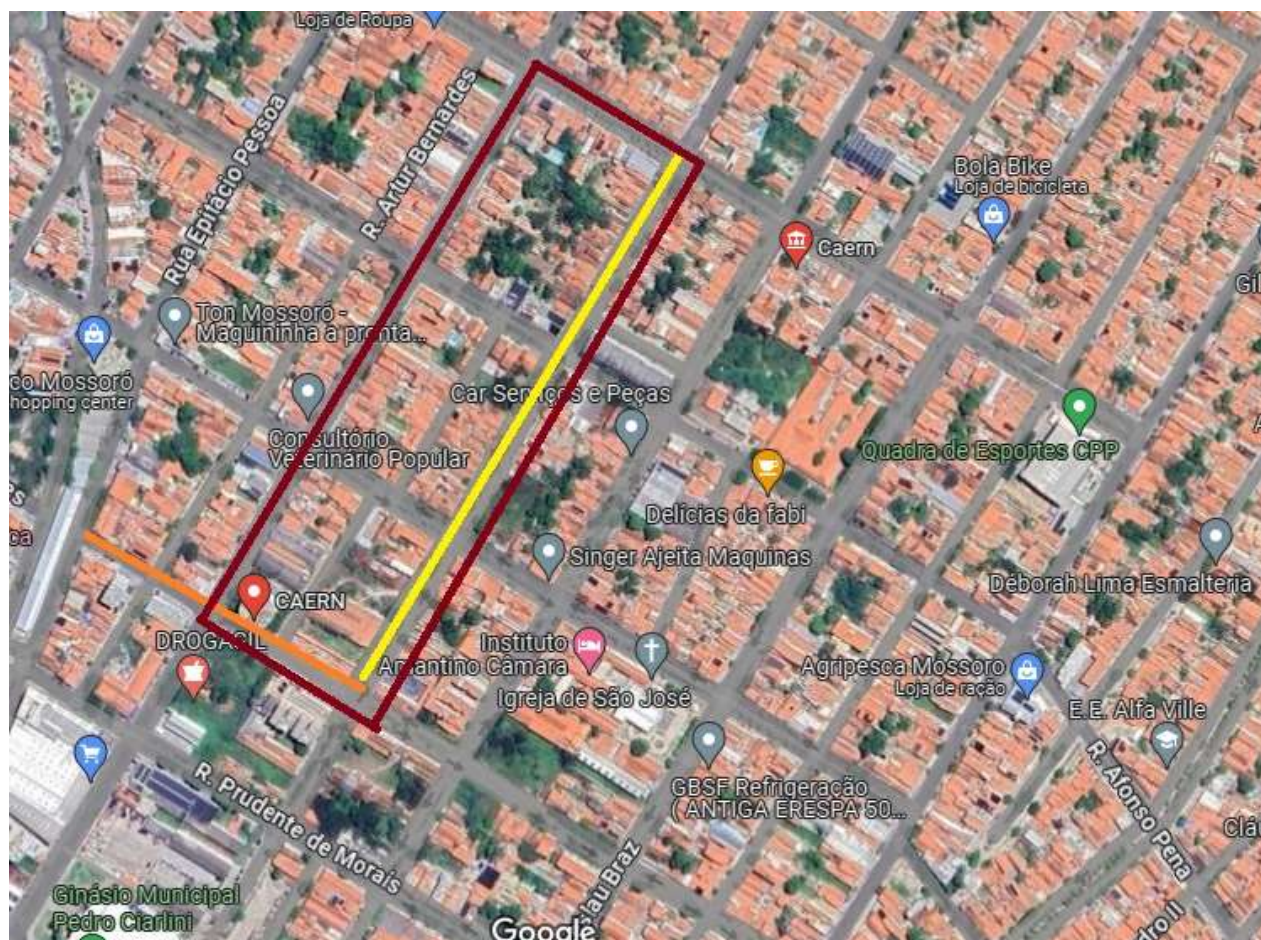
na rua Nilo Peçanha e se estendia até a avenida Alberto Maranhão, no bairro Bom Jardim, e destaca-se como sendo, em suas raízes, um lugar de boemia e lazer na cidade, onde as casas noturnas mais frequentadas eram: Copacabana, Brasília, Coimbra, Casablanca, Pernambucana, Ideal, Las Vegas, Arperge, Brahma, e Diacuí, todas estas fazendo referências a nomes de filmes, lugares e bebidas, o que na época era sinônimo de requinte e sofisticação. Segue abaixo mapas indicando o centro da cidade de Mossoró/RN (Figura 1), e um segundo mapa (figura 2) representando a região do Alto do Louvor:

Figura 1: Mapa do Centro da Cidade de Mossoró/RN:



Fonte: Google Maps, 2024.

Figura 2: Mapa da Região do Alto do Louvor – Mossoró/RN.



Fonte: Google Maps, 2024.

Quanto a origem do nome Alto do Louvor, Rocha (2007), cita que tudo começou quando um Senhor por nome de Eduardo Santos, inaugurou uma casa de lanches com o nome de “*Art Nouveau*” na data de 04 de novembro de 1928. E isso fazia referência às linhas arquitetônicas de origem francesa que compunha as casas e estabelecimentos na época. Aos poucos, o *Art Nouveau* foi ganhando contornos e vizinhos, sendo algumas casas construídas ao seu redor, inclusive com a chegada de mulheres na região que ali foram se fixando em busca de emprego, onde posteriormente solidificou-se o bar “Alto do Louvor”, trazendo alguma relação fonética aproximada com *Art Nouveau*.

Diante a nossa pesquisa nas páginas do Jornal O Mossoroense, majoritariamente a região do Alto do Louvor é citada em meio aos feitos, e noticiários das páginas policiais, como um lugar violento, decadente e marginalizado, visto que não estamos tratando à década de 1920-1930 em que este lugar vivia seus anos de ouro, e sim do recorte temporal de 1980

a 2000. Rocha (2007) cita brevemente que determinada realidade da zona de meretrício mais conhecida da cidade não resistiu aos efeitos da mecanização das salinas e transferência dos ferroviários, consequentemente vindo a fechar as casas noturnas as quais entraram em decadência, frente à diminuição do poder aquisitivo de muitos de seus frequentadores.

4.2 RELAÇÕES DE PODER: O TRABALHO SEXUAL COMO UM CASO DE POLÍCIA.

A priori, ao se falar em relações de poder, reportamo-nos diretamente à discussão sobre controle dos corpos e suas instâncias através do saber e do poder, tendo como referência as reflexões de Michel Foucault (1999), o qual discute a “*docilização*” dos corpos¹⁵ e a forma como estes produzem subjetividades, abrindo para questionamentos de tais naturezas: quais são as práticas, os saberes e os discursos mais pertinentes e passíveis de problematização na contemporaneidade?

Por sua vez: “o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 1999, p. 163). Assim, não necessariamente essas relações se sustentam através da violência, logo tais instâncias tornam suas ações mais efetivas quando se valem de extrair o máximo de *docilidade* e de *utilidade* dos corpos, os quais são sujeitos à adequação de normas, sejam elas jurídicas, sejam culturais, sociais ou morais, e conforme Fernandes e Maluf-Souza (2013, p.76), isto resulta na “tentativa de controlar o ser humano através do corpo, através do trabalho, suprime a sexualidade, exacerba as regras, faz funcionar valores morais e apaga no homem a primitividade”.

Falar em controle dos corpos também é falar em controle das sexualidades com base nas relações de poder, sendo uma dessas instâncias a moral cristã, a educação sexual e a legislação. Além do mais, produz-se a norma: a família heterossexual monogâmica, estando a heteronormatividade como um dispositivo de controle, e consequentemente uma sociedade com condutas politicamente conservadoras (Foucault, 1994 *apud* Ramalho, 2012), pondo o corpo humano como uma máquina a ser domesticada (Elian, 2013).

¹⁵ “Vigiar e punir: história da violência nas prisões”, do filósofo Michel Foucault (1999). Salientando que maior parte da análise deste tópico é com base nesta obra, em seu capítulo 1 - “os corpos dóceis”, uma vez que aborda o controle massivo do Estado em face de grandes massas sociais, e o corpo como objeto e alvo de poder.

E dado o caráter repressivo e regulador das instâncias de controle dos corpos pela sociedade, a exemplo do próprio Estado, Foucault (1988) atribui que a prática do poder sobre o exercício da livre sexualidade está em toda a parte, de modo que a verdade se institucionaliza e se torna uma regra, estando suas instâncias na posição de normalizadoras da sociedade, que para Ramalho (2012, p.179) “trata-se, afinal, de relações entre o poder a sua incidência sobre o sexo e os corpos, compreendendo-o como uma construção política, histórica e social resultante das lutas de forças que os sujeitos estabelecem consigo e com o meio”.

Por conseguinte, Ramalho (2012) levanta questionamentos pertinentes acerca do poder exercido sobre trabalhadores e trabalhadoras sexuais, inferindo que perante este discurso, e face a/aos trabalhadores/as da indústria do sexo, é necessário questionar: de que forma poderão eles/as criar estratégias de resistência ao poder institucionalizado que os oprime, os vê e os determina como indecentes e imorais? Como poderão eles ser pontos de contra poder neste campo de relações de força e de violência (in)visível praticada rotineiramente sobre os corpos e o sexo (esperando obediência)? Como transformar corpos domesticados em sujeitos livres?

Para Foucault (1988) o sexo no discurso vai além de um mecanismo de exclusão e rejeição, uma vez que está em jogo uma forma discreta e sutil de controle da sexualidade dos sujeitos. Sendo assim, para o autor, a história da sexualidade deveria ser feita a partir de uma história também dos discursos.

Para o autor, a sexualidade humana não deve ser concebida como um dado da natureza que o poder tenta reprimir, deve ser encarada como produto do encadeamento da estimulação dos corpos, da intensificação dos prazeres; da incitação ao discurso, bem como da formação dos conhecimentos e do reforço dos controles e das resistências. Sendo assim, podemos concluir que a sexualidade é socialmente construída, bem como designa relações de poder. Portanto, ao concordarmos com Foucault (1988), entendemos que a sexualidade estaria relacionada com poder, como um dispositivo social de controle do Estado, e mais especificamente, sobre as mulheres trabalhadoras do sexo.

Desta forma, “a questão do poder deve ser pensada como uma correlação de forças múltiplas, móveis, desiguais e instáveis, que se chocam e que se contrapõem” (Ramalho, 2012, p. 170). Assim, relações sociais implicam em correlações de forças, estando o poder em todas as partes, e não se integrando em um único ponto, e sim em rede – famílias, escolas, política, organizações privadas, e o Estado, com ênfase no aparato policial – órgão público

subordinado mais próximo da população civil, e consequentemente daquelas pessoas, múltiplas, que desenvolvem suas atividades nas ruas, a exemplo do exercício da prostituição. E sobre as pessoas trabalhadoras do sexo, Silva e Blanchette (2011) afirmam que, como o trabalho sexual é uma atividade culturalmente estigmatizada e, pertencente à esfera da ilegalidade, sob aspectos jurídicos, é esperado que estes grupos não contem com pleno suporte das forças de segurança pública, ou de outras autoridades que estão à disposição do Estado.

Freitas (*apud* Pereira, 2014), ao estudar diversos ambientes de prostituição, demonstrou o quanto a trabalhadora sexual de rua sofre represálias dos policiais e estão a mercê do uso abusivo do poder destes. As trabalhadoras sexuais atuantes nas ruas, por lidarem diretamente com os clientes e não possuírem vínculos e nem estarem submetidas ao controle do contexto de bordel – como a supervisão estabelecida por cafetinas e cafetões – e a segregação espacial, estão mais expostas à inspeção policial e, consequentemente, a “mal-entendidos”. Já que há a relação quase harmoniosa entre donos de bordéis, e outros estabelecimentos de prostituição/trabalho sexual, com o aparato policial. Justo o agente que, segundo a lei brasileira, deveria ser reprimido – as pessoas que exploram e lucram com a prática da prostituição de outrem, os donos das casas de shows, bordéis, e semelhantes – são os que realizam seus trabalhos livremente.

A partir do momento em que o poder não é algo maciço, e sim construído, modificado e transformado pelas forças que lhes são impostas, estas relações de poder encontram-se em uma posição consideravelmente mutável a partir das resistências efetuadas, e as mudanças que afetam o exercício da sexualidade são sempre revolucionárias (Giddens, 2001 *apud* Ramalho, 2012). Assim, é a partir desta linha de raciocínio acerca do exercício do poder de agências de controle dos corpos, através do Estado (agentes de segurança pública/aparato policial), e demais agentes envolvidos/as no mesmo panorama, como proprietários/as de estabelecimentos, e inclusive a própria imprensa jornalística da época em questão, que buscaremos analisar como se davam estas relações com as Mulheres trabalhadoras do sexo que exerciam o ofício do trabalho sexual na grande região do Alto do Louvor (Mossoró/RN).

As reportagens a seguir, totalizam um número de oito matérias pertencentes à sessão policial, expostas e discutidas aqui, não por ordem cronológica, e sim agrupadas por critério de semelhanças entre suas devidas temáticas passíveis de serem abordadas neste subtópico, tais como conflitos entre trabalhadoras do sexo, violência contra a Mulher, e delitos praticados a exemplo de roubo, e lesão corporal.

Portanto, primeiramente analisaremos as informações a seguir reconhecendo que existe o que está posto explicitamente, e aquilo que não está posto diretamente no periódico, marcando os limites do conhecimento acerca do universo do trabalho sexual, suas experiências, identidades, conflitos e relações entre demais atores e atrizes sociais. Juntamente com o dito e o não dito, estão os mecanismos de atuação dos discursos, que segundo Foucault (1988) funcionam como um entrelaçamento sutil de saberes, prazeres e poderes.

Primeiramente, trazemos a matéria de número 5.629, datada de 27 de março de 1980, página 8, intitulada “Francisca presa vendendo maconha”, redigida em quatro parágrafos, e finalizada com um registro fotográfico de uma mulher de cabelo curto e cacheado, aparentemente de corporatura magra, a qual olha fixamente para a câmera. Em seu texto, de início, contém as seguintes informações, qualificando-a:

A mundana Francisca Maria da Silva, com 28 anos, conhecida por Maria Açu, residente na zona do Meretrício, bairro Bom Jardim, foi recolhida à Delegacia de Roubos, Furtos, e Defraudações, depois de flagrada vendendo vários cigarros de maconha. A prisão da Mulher foi registrada nas proximidades do escritório da CAERN, localizado no bairro Bom Jardim, pelos policiais Pimenta, Vieira e Elsom, no momento em que ela tentava vender a erva a um popular que não foi identificado. Na delegacia de Roubos, Furtos, e Defraudações, ela falou a nossa reportagem sobre o fato delituoso, dizendo que comprou há dois dias atrás, 100 cruzeiros do produto a uma pessoa conhecida por Dedo Duro (Jornal O Mossoroense, n. 5.629, 1980, p.8).

O periódico inicia sua redação qualificando-a como mundana, antes mesmo do seu nome Francisca, para além da sua alcunha “Maria Açu”¹⁶, como era popularmente conhecida, e com sua pouca idade, 28 anos, sendo um dos fatores que chama atenção, haja vista como sendo uma mulher relativamente jovem, e já atravessada por questões como prostituição, que não se configura como crime, e o próprio tráfico de drogas. Em sequência, afirma:

“Eu comprei a maconha a Dedo Duro, na noite de anteontem. Eu sempre compro a erva na casa dele, mas é só pra vender. O preço varia entre 20 a 25 cruzeiros, por cigarro”. A mundana foi autuada na manhã de ontem, pelo tenente Jorge Ferreira de Oliveira, responsável pela Secção de Roubos e Furtos, que dentro dos próximos dias vai relatar o inquérito, encaminhando-o ao juiz da 2ª. Vara, Manoel Onofre de Souza Junior, para as providências finais (Jornal O Mossoroense, n. 5.629, 1980, p.8).

¹⁶ Açu/Assú refere-se ao nome de um município que fica localizado a 62km de Mossoró/RN. Salientando que o nome de Maria provavelmente faz referência ao lugar de onde ela veio.

Como explícito em depoimento na delegacia, precedendo seu encaminhamento para o sistema prisional onde ficaria à disposição da justiça, Francisca não negou a sua associação ao comércio de entorpecentes, deu detalhes. Além disso, nota-se que não está sozinha, embora não fique claro a hierarquia, a droga é fornecida por uma figura masculina acima descrita pelo vulgo de “Dedo-duro”.

Cortina (2015), ao escrever sobre o envolvimento de Mulheres com o tráfico de entorpecentes, a partir da ótica da criminologia feminista, adianta que a pertinência deste crime dentre as razões para a prisão de mulheres, reflete uma das principais problemáticas em pleno século XXI quando o assunto pauta-se em torno do sistema prisional, mesmo diante de todas as críticas e dos anúncios de sua completa falência, a prisão pode ser caracterizada como um mecanismo aperfeiçoado e claro de controle contra pessoas pobres (em sua maioria negras).

Principalmente, em se tratando de um crime que vem a atentar contra os interesses de classes dominantes, a exemplo da comercialização de drogas, neste caso exercido por uma mulher jovem, e prostituta que fora autuada por agentes de segurança homens, conforme traz o texto da reportagem, e não por policiais mulheres, em um sistema marcado fortemente por homens, desde a sua abordagem, até os trâmites seguintes à disposição do tribunal de justiça, anunciados pelo periódico.

Uma próxima reportagem com teor semelhante, na edição de número 5.661, datada de 17 de maio do ano de 1980 (p. 10), e configurada sob acusação de roubo, apresenta-se como “Mundanas roubam o mecânico durante a transação”, a qual envolve duas mulheres trabalhadoras do sexo, e um cliente:

Esta aconteceu num dos (muitos) cabarés do Bom Jardim, noite de anteontem. O mecânico José Raimundo resolveu dar suas voltinhas naquela noite e terminou a farra, quase 23 horas, no cabaré onde trabalham (ou trabalhavam) Ivone Rocha da Silva, de 18 anos, e Severina Antônia de Oliveira, de 22. Até aí, tudo bem. Já no quarto, com Ivone, Zé Raimundo percebeu que alguma coisa se mexia debaixo da cama, mas não deu muita importância. A mulher alegou que era um “gabiru”, quando, na verdade, quem estava debaixo da cama do casal era Severina Antônia, a conhecida Nega da Peruca. Estava lá e lá ficou até que Zé Raimundo despediu-se de Ivone, chegou em casa e sentiu a falta de 1.000 cruzeiros. Foi até a delegacia de Furtos, Roubos e Defraudações e fez a denúncia: o dinheiro tinha sido roubado no cabaré, de alguma maneira. Presas, Ivone e Severina confessaram: enquanto o mecânico divertia-se a valer na transação com a primeira, a segunda, Nega da Peruca, tirava, das suas calças, a quantia de 1.000 cruzeiros. De originalidade ninguém pode (nem deve) acusar as duas mulheres (Jornal O Mossoroense, n. 5.661, 1980, p.10).

Percebemos, para além do que foi citado por uma das mulheres, primeiramente a insalubridade do local de trabalho, ao apontar a possível existência de um gabiru debaixo da cama, o que por hora foi aparentemente natural e corriqueiro para o cliente, que igualmente não narrou nenhuma objeção sobre e deu crédito a afirmação. O seu depoimento foi suficiente para a polícia autuar as duas mulheres, o que por sua vez também indica a naturalização dos delitos, de roubo, praticados pelas trabalhadoras do sexo, principalmente ao afirmar com veemência que o dinheiro do cliente havia sido roubado naquele prostíbulo de alguma maneira.

Um dos detalhes mais pertinentes aqui percebidos é o apelido atribuído a Severina Antônia, nomeada na reportagem como “Nega da Peruca”, a qual além do atravessamento com a prostituição, tem-se a discriminação racial em sua alcunha também estampada pelo periódico, o que possibilita ofendê-la com base em sua etnia/ raça.

Acerca da sobreposição do depoimento do cliente da prostituição, Silva (2012), em seu trabalho sobre clientes e circuitos da prostituição no século XIX, conclui que, este, embora seja um grande ausente dos trabalhos sobre esta temática, o cliente ironicamente exerce um papel fundamental na expansão e continuidade deste ofício, o qual desfruta de um gama gigante de locais onde a sexualidade venal era exercida, sem que o mesmo fosse acusado de trazer problemas à ordem e moralidade públicas:

O marinheiro, o caixeiro do comércio, o fazendeiro, o negociante, o político ou o pequeno funcionário público, eram considerados, antes de tudo, vítimas. As “messalinas”, “mulheres perdidas”, “harpas”, “cobras venenosas”, sempre à espreita, eram as únicas responsáveis pela frouxidão dos costumes e pela “devassidão” (Silva, 2012, p. 388).

Ainda sobre essa posição de vítima em que o cliente do trabalho sexual ocupa, meramente como figura passiva, pode ser compreendida em um amplo espectro de culpabilização das mulheres trabalhadoras do sexo enquanto criminosas por natureza, o que segundo a autora, gera a cultura de que devem ser continuamente vigiadas e controladas em face da incapacidade de agirem racionalmente, restaria para elas apenas a degradação de uma imagem criminalizada (Silva, 2012).

Por fim, destaca-se, na passagem de mesma reportagem: “De originalidade, ninguém pode (nem deve) acusar as duas mulheres”, a astúcia das trabalhadoras sexuais na corrida pela sobrevivência através do comércio do sexo. Isso remete ao diálogo com Duran (2007) que escreveu acerca de pensar o cotidiano a partir de Michel Certeau, o mesmo que usa o conceito de “táticas de resistência”, ou “astúcias sutis”, referindo-se à maneira como os

indivíduos são capazes de alterar o meio e as circunstâncias em que vivem, e assim apropriar-se do seu próprio modo, e liberdade de como escolhe viver. De modo que a reportagem destaca as perspicácias das mulheres que agem em conjunto, a partir das suas maneiras de fazer, e modos de ação.

O próximo exemplo passível de ser discutido, apresenta outra posição do cliente. Na reportagem de número 5.709, datada de 31 de julho de 1980, página 1, de título “Neto esfaqueia a amante Francisca”, tema principal narrativa trata da violência contra a mulher, estampada na manchete:

Francisca das Chagas de Araújo, com 2(?)¹⁷... anos de idade, residente no bairro do Bom Jardim, foi esfaqueada, ontem, pelo seu amante João Neto Pereira, mais conhecido pelo apelido de Neto Chupitilha, de 18 anos. O crime aconteceu no cabaré de Zé Ticó, depois de vários desentendimentos entre o casal, ocorridos no domingo último, quando a mulher cortou o braço de Neto Chupitilha com uma lâmina de barbear. Desta vez a coisa foi mais longe – e Neto não se conteve. Os dois brigaram novamente, e o rapaz, em gestos rápidos e precisos, puxou a sua faca-peixeira e desferiu dois golpes contra Francisca das Chagas, que continua hospitalizada na casa de saúde Dix-Sept Rosado, em estado de observação. Neto foi preso em flagrante e está detido na 1ª Delegacia de Polícia. Nas próximas horas será ouvido pelo coronel Ary Medeiros de Aguiar, em inquérito que já foi instaurado para apurar todos os fatos. Mas vai ser difícil, muito difícil, Neto se safar desta. É a opinião geral dos policiais de lá. Delegacia. (Jornal O Mossoroense; n. 5.709; 1980; p. 1).

Introdutoriamente, localiza-se a residência de Francisca, e a idade dos envolvidos. Embora as condições do periódico não nos permitam saber a idade de Francisca, sua faixa etária está dos 20 a 29 anos de idade, enquanto João Neto Pereira, vulgo “Neto Chupitilha” (em referência a chupeta dada a crianças bem pequenas), tinha 18 anos. Sem nenhuma imagem de ambos, a narrativa aponta desentendimentos em um dos estabelecimentos da zona de meretrício (cabaré de Zé Ticó), que desencadeou o crime de lesão corporal que a deixou hospitalizada, segundo o periódico. Além da possibilidade de haver certa diferença de idade, a reportagem demarca que Neto era casado, e mantinha uma relação com uma prostituta, sua amante.

Russo (2007) afirma que, muito embora a troca estabelecida diante do trabalho sexual seja meramente econômica, à medida em que há algum tipo de relação entre envolvidos/as, como sendo o cliente e trabalhadora do sexo, este panorama é capaz de ultrapassar a

¹⁷ Devido às condições materiais do periódico, em sua confecção, a imagem que compunha a reportagem encontrava-se comprometida, o que por sua vez dificultou a visualização da idade da trabalhadora sexual em questão, haja vista que a matéria foi diagramada próximo às margens da página, em uma coluna estreita, que devido a esta configuração, a idade da vítima foi “cortada”, portanto, não temos esta informação.

dimensão econômica. Criando-se um estreitamento de laços, e, muitas vezes, configurando-se algum tipo de sociabilidade, podendo tomar contornos mais duradouros, ou pautados em sentimentos específicos (até mesmo de posse), a exemplo do que fora relatado, sendo Francisca das Chagas nomeada por “amante” do seu agressor, embora não saibamos efetivamente que tipo de relação tinham.

Para Souza e Carvalho (2018), a relação comercial que se estabelece com a prostituição é marcada por violências e opressões, por vezes legitimadas socialmente sob a justificativa de que são consequência deste ofício, discurso este apropriado a partir do momento em que o comércio do sexo é diretamente relacionado à prática da violência entre trabalhadoras sexuais e clientes, onde seus corpos são amplamente postos como mercadoria.

Acentuando que, a marginalização em que estas trabalhadoras se encontram, também reforçada a partir da ausência de regulamentação profissional e jurídica, finda as expondo a riscos que as impedem a direitos básicos, como segurança de qualidade nas ruas, ou em estabelecimentos que venham a trabalhar, bem como, saúde, justiça, cobrança devida pela prestação dos serviços realizados, e aposentadoria.

As violências contra as mulheres trabalhadoras do sexo findam por serem múltiplas, que não se esgotam tão somente na violência física praticada por clientes, extrapolando para o aliciamento por cafetões e cafetinas, e outros tipos de contravenções, do tipo humilhações, estupro, ofensas verbais e morais praticadas diretamente por pessoas que compõem este universo (Souza; Carvalho, 2018), e/ou a ausência de segurança pelo Estado, resultando assim, em mecanismos de discriminação frente à prostituição (Diniz; Queiroz, 2008).

Ainda sob a característica de violência contra a Mulher, em um exemplo semelhante, identificamos a reportagem de número 6.754, publicada na data de 15 de julho de 1986, página 6, de título “Surra amásia com cabo de aço, apesar de amá-la e vai preso”. Na matéria, temos a seguinte narrativa:

Quando se encontrava no Alto do Louvor tentando surrar sua amásia com um cabo de aço, foi preso no dia de ontem, pelos PM's Franklin, Nazareno e Rodrigues, o desocupado Francilon Santiago da Rocha, 23 anos, natural de Macau, filho de Francisco Rocha de Melo e de Maria de Lourdes Santiago, residente na rua Delfim Moreira, 42, Bairro dos Paredões. O fato aconteceu quando Francilon Santiago da Rocha, discutiu com sua amásia, Maria Lúcia de Moraes, vulgo Lúcia do Funeral, 38 anos, mundana, sendo filha de Manoel Neco de Moraes e Maria Creuza Cavalcante, residente na Rua Nilo Peçanha, Bom Jardim, natural de Aracati, Ceará. Em determinado momento o acusado em posse de um cabo de aço, correu em busca de Lúcia para surrá-la, e a mesma se dirigiu ao Posto Policial do Bom Jardim. Ao chegar em frente ao Posto Policial, sempre perseguida pelo desocupado, ficaram trocando palavras de baixo calão, sendo necessária a ação dos comandados do cabo Vieira, que sem nenhuma alternativa os prenderam. O

casal será liberado na manhã de hoje, depois de aconselhado pela autoridade policial. (Jornal O Mossoroense, n. 6.754; 1986; p.6).

Caracteriza-se como mais um exemplo, também ocorrido na região do Alto do Louvor, o cliente Francilon Santiago da Rocha, que após discussão com Maria Lúcia de Moraes (“Lúcia do Funeral”), 15 anos mais velha que o acusado, é descrita como sua amante ao passo que também é nomeada como mundana’.

De certo, interessa ao patriarcado que o poder e controle sobre o corpo das mulheres estejam com os homens, sendo estes, estimulados a desenvolver condutas violentas que por sua vez são naturalizadas, implicando veementemente na desigualdade de gênero. Dessa maneira, muitas violências são justificadas por serem passionais, que para Saffioti (2015), resultam num saldo negativo das mulheres as quais são “amputadas” no quesito uso da razão e no exercício do poder. O título da matéria indica, sem questionamento, a “surra” recebida por Francisca de um agressor “apesar de amá-la”. Não é colocado em evidência a violência da conduta do homem, que é naturalizada.

Desta forma, o machismo estrutural gerador da violência e sobreposição às mulheres, não se esgota nisto, assumindo suas múltiplas manifestações (física, simbólica, patrimonial, moral, psicológica, sexual) de objetificação das mulheres, como o assédio, estupro, diferenças salariais, resultando na perpetuação dos estereótipos de gênero. Assim, Pereira (2022, p.17), afirma:

Quando falamos de violência de gênero lançamos a consideração do atingimento tanto de homens quanto mulheres, o que nos aproxima da necessidade de aprofundarmos a reflexão sobre o processo de construção do feminino e do masculino em nossa sociedade. Todavia, as definições se localizam numa sociedade essencialmente patriarcal, onde o homem recebe a chancela para determinar a conduta e domínio dos corpos. Entender esta dinâmica passa pela compreensão da naturalização dos processos socioculturais que legitimam a superioridade masculina. Uma vez instaurada a desigualdade, inscreve-se a violência (Pereira, 2022, p. 1)

Este entendimento vai ao encontro do que aponta Saffioti (2015), ao referir-se à violência advinda e praticada pelo macho como um problema estrutural, e como uma estratégia sólida de, frente a naturalização dos processos socioculturais, legitimar a superioridade do homem, uma vez que é nessas relações de superioridade do homem que resulta na violência como um produto final e instaurado pelo mesmo.

Também localizadas nos jornais, um outro conjunto de reportagens identificadas nesta mesma perspectiva de casos de polícia, pauta-se nos conflitos entre as próprias

trabalhadoras do sexo, em um total de quatro matérias. A primeira reportagem, de título “Lúcia corta Cristina no rosto, barriga e braço”, número 5.684, datada de 25 de junho de 1980, página 8, tem a seguinte redação:

Francisca Lúcia de Medeiros, de 26 anos, sempre foi uma mulher violenta. Arruaceira, hóspede constante da 2ª delegacia de polícia. Ontem de manhãzinha, confirmou todas as suas “aptidões”. Revoltada com Eliane Alves, também de 26 anos, atacou a colega com uma lâmina de barbear, e a feriu no rosto, na barriga e no braço esquerdo. Tudo aconteceu na Boate Marrom Glacê (não confundir com o restaurante Marrom Glacê, do nosso amigo Antônio Rodrigues de Paula), onde Cristina mora. As duas discutiram por causa de um tal Antônio, e Lúcia não contou conversa: pegou a lâmina e começou a golpear a companheira, que foi parar na comunidade de saúde. (Jornal O Mossoroense, ed. 5.684, 1980, p.8).

A reportagem em questão se inicia classificando negativamente Francisca Lúcia de Medeiros, 26 anos, como sendo antiga conhecida tanto da delegacia (com tom de ironia ao referi-la como “hóspede constante da 2ª delegacia de polícia”), quanto das manchetes dos jornais, expressando certa familiaridade (“sempre foi uma mulher violenta. Arruaceira...”). As mulheres citadas não foram ouvidas pelo periódico, e não há suas narrativas acerca do acontecido, o que aparentemente reforça o caráter estereotipado que o jornal atribui a ambas, o que possibilita destacar aspectos tão somente negativos sobre o que se passa, não levando em consideração suas histórias de vida, e o que enfrentam nos bastidores de suas vidas, sobretudo da profissão a qual se submetem. Ao noticiar um fato de maneira simplificada, títulos depreciativos são atribuídos, e estereótipos de violência são reforçados repetidamente.

No caso do trabalho sexual, este é naturalmente concebido como um campo marginalizado e sinônimo de violência, mas pode não ser também cenário para tal. A mulher, sendo trabalhadora do sexo, não foge ao contexto de violência historicamente construído. Para a sociedade, a atividade que ela exerce é ilícita e moralmente reprovável, expondo-a a violência ainda maior (Moreira; Monteiro, 2012).

O tipo de ambiente onde ela atua também a deixa mais vulnerável, inclusive ao sentimento de ciúmes de clientes com outras mulheres, muito embora pareça contraditório uma vez que esta relação deveria ser pautada na troca comercial entre prostituta e cliente, e não envolva necessariamente nenhum vínculo sólido, o que não exclui a possibilidade de que sentimentos como paixão e amor possam vir à tona.

Percebe-se o cuidado do autor da reportagem em diferenciar, prontamente, o prostíbulo Marrom Glacê, do restaurante Marrom Glacê, casa noturna de mesmo nome frequentado pela elite da cidade, igualmente citado na edição número 5.648 de mesmo periódico na data de 27 de abril de 1980, o qual o jornalista Toinho Rodrigues relata ter

iniciado sua noite no referido estabelecimento na companhia de amigos e amigas da cidade, citando seus referidos nomes (Jornal O Mossoroense, n. 5.648; 1980; p. 8). Desconhecemos o motivo de, curiosamente, ambos terem o mesmo nome, na mesma época, porém, são espaços para públicos diferentes, e demandas distintas, assim como seus/suas proprietários/proprietárias.

Também motivada por ciúmes, a publicação de número 5.733, publicada em 03 de setembro de 1980, página 08, intitulada “Nêga feriu colega com vidro”, carrega certa familiaridade com a mesma problemática envolvendo ciúmes em razão da clientela do trabalho sexual:

Francisca Pereira de Oliveira, 20 anos, solteira, residente na rua Nilo Peçanha, Bairro Bom Jardim, deu entrada na tarde de ontem, na Comunidade de Saúde, depois de ferida pela sua colega Maria Auxiliadora, conhecida por Nega da Peruca. Residente no Meretrício. O fato aconteceu às 12:55 horas, no meretrício, depois de uma discussão entre as duas mulheres por causa do amante. Nega da Peruca com um pedaço de vidro feriu a coxa esquerda de Francisca, que foi atendida pela médica Maria do Carmo e liberada. A criminosa até ontem não havia sido presa”. (Jornal O Mossoroense, n. 5.733; 1980; p. 8).

Vale salientar que esta é a segunda reportagem, de mesmo ano em que a trabalhadora sexual Maria Auxiliadora, vulgo “Nega da Peruca” aparece nas manchetes no mesmo ano, anteriormente, na matéria de número 5.661 datada de 17 de maio de 1980, de título “Mundanas roubam o mecânico durante a transação”, em que esta não é citada por lesão corporal, mas pelo delito de roubo, em parceria com uma colega de profissão.

Sem sair do cerco da violência, identificamos no mesmo recorte temporal, outra reportagem de teor bastante parecido, n. 5.695, publicada no dia 09 de julho de 1980, página 8, e de título “Maria feriu Verônica com peixeirada no abdômen”, nos despertando atenção, não por seu título, mas, por seu conteúdo semelhante ao da reportagem anterior aqui comentada, e sendo publicada com o seguinte teor:

Maria de Fátima da Costa, com 29 anos de idade, residente na zona do meretrício, bairro Bom Jardim, está presa, desde ontem, no 1º Distrito Policial. No fim da tarde de segunda-feira, no Alto do Louvor, também Bom Jardim, esfaqueou sua colega Maria Verônica da Costa, de 18 anos de idade, no abdome. Segundo constatou a polícia, tudo aconteceu porque Verônica difamou Maria de Fátima. Acusou a colega de uma série de coisas e então as duas começaram a discutir. Verônica, armada com uma lâmina, partiu para cima de Maria e chegou a cortá-la no braço. Maria, por sua vez, foi mais rápida, puxou sua faca-peixeira e atingiu a mulher no abdome. Verônica foi levada para a comunidade de saúde e atendida pelo médico Aldo Coutinho. Felizmente já passa bem, estando agora na casa de saúde Dix-Sept Rosado. Maria de Fátima foi presa em flagrante e está detida no 1º Distrito Policial. Deverá responder à inquérito policial que já foi aberto pelo tenente-coronel Ary Medeiros de Aguiar, titular daquele distrito (Jornal O Mossoroense, n. 5.695; 1980; p. 8).

A partir do jornal, a difamação teria sido proferida pela vítima a respeito das acusações que teria feito. As suas narrativas foram colhidas pelo jornal, constando apenas o que fora repassado pela polícia, e sem tantos detalhes. O que nos remete a Foucault (1999) quando denuncia a docilização dos corpos por instâncias de controles, haja vista que um indivíduo torna-se dócil quando pode ser controlado, submisso e perfeitamente governável, através de técnicas disciplinares do Estado, a exemplo da norma, vigilância, exame, e, podemos acrescentar: censura de determinados grupos sociais quando suas narrativas não são consideradas, nem tampouco respeitadas, e sequer ouvidas por veículos midiáticos.

Traçando um comparativo com a reportagem citada anteriormente pelo mesmo periódico (n. 5.684, n. 5.684 de 25 de junho de 1980, p. 8), em que apenas a acusada estava sob posse de uma faca peixeira, nesta, as duas estavam de posse de armas brancas (faca e lâmina), onde a vítima estaria se recuperando na casa de saúde Dix-Sept Rosado, e Maria de Fátima presa em flagrante, aguardando responder a inquérito policial.

Além disto, a maneira como a reportagem foi publicada, acompanhada de uma imagem da trabalhadora do sexo apontada como “A criminosa, Maria de Fátima”, dar a ver como as relações de poder estabelecem quem tem ou não direito de falar e de ter sua autoridade reconhecida. O periódico então se detém a acusa-la diretamente de cometer um crime antes de ser processado juridicamente. Porém, preocupa-se em exhibi-la através de uma fotografia em que está em pé, de mãos cruzadas e olhando fixamente para a câmera, a apresentando-a como criminosa antes mesmo de trazer a redação, noticiar o ocorrido, e transcorrer o processo judicial.

Por fim, encerrando as análises a despeito das relações conflituosas de poder regadas à violência e contidas nas matérias policiais, trouxemos a reportagem da edição 9.702 do dia 04 de março de 1997, página 13 e de título “Prostituta tenta matar companheira”. Na íntegra:

Uma rixa existente entre as mulheres de vida livre, Ceci Silva e Vanusia Pereira de Araújo, quase termina em tragédia no último domingo, tendo como palco o “Bar da Bilica”, localizado no Conjunto Liberdade II, na saída para Natal. Depois de se envolverem em uma acirrada discussão, no recinto acima mencionado, por volta das 19:00h do domingo. Ceci apoderou-se de um revólver pertencente a um cliente do bar da Bilica e disparou dois tiros que atingiu a rival, e um companheiro desta, identificado como Josué Paulino de Souza. Vanusia foi atingida com um tiro que pegou de raspão no peito esquerdo, enquanto Josué também foi atingido de raspão nas costas. O fato foi comunicado imediatamente ao delegado de plantão, bacharel Antônio Caetano, titular da Delegacia de Defraudações e Tóxico de Mossoró (DDTM), que efetuou diligências e prendeu a mulher mundana terminando por autuá-la em flagrante de delito no art. 129 do Código de Processo Penal (CPP) por tentativa de homicídio. Detida por algumas horas na 1ª Delegacia de Polícia (1ªDP), “Ceci Silva” foi liberada na tarde de ontem depois de pagar

fiança e teve seu delito transformado em crime de lesão corporal que deverá ser julgado pelo Juizado de Pequenas causas. (Jornal O Mossoroense, n. 9.702; 1997; p.13)

Uma dos fatos que nos chamaram atenção foi haver um cliente (o qual não tem o seu nome indicado na matéria) portando uma arma de fogo no interior do estabelecimento em questão, detalhe este que não se destaca nas demais reportagens aqui analisadas e, a arma está acessível, a ponto de Ceci Silva ter certa facilidade para usa-la. Outro fato é que, embora detida, foi liberada após pagamento da fiança, mas, não nos é esclarecido quem foi o/a responsável pelo devido pagamento, se foi a própria Ceci, ou Bilica (enquanto proprietária do bar), ou outra pessoa. Um terceiro fato é que, mesmo sendo presa em flagrante, chama atenção como Ceci conseguiu ter a acusação de tentativa de homicídio, transformada em crime de lesão corporal.

Desta vez, não mais na região do Alto do Louvor no bairro Bom Jardim, o crime em questão aconteceu no Bar da Bilica, um dos prostíbulos ainda em funcionamento da cidade de Mossoró/RN. A redação inicia-se qualificando as trabalhadoras do sexo de “mulheres de vida livre”, as quais entraram em conflito tendo como alvo um mesmo homem, companheiro de uma delas, o qual também foi baleado. Na íntegra, a própria Vanusia narrou para a periódico:

À esta reportagem, Vanusia disse que a rivalidade existente entre as duas é devido ao fato de ambas há algum tempo terem disputado um mesmo homem. Não satisfeita por ter perdido a competição, "Ceci " não teve outra alternativa senão tirar a vida de sua concorrente, o que por pouco não aconteceu. (Jornal O Mossoroense, n. 9.702; 1997; p.13)

Embora o ambiente de convívio seja o mesmo, não necessariamente existe harmonia neste universo onde o sexo é comercializado, sendo passível de desavenças, disparidades, falta de consenso, atitudes marcadas por ciúmes de clientes (ou amantes), que aparentemente são demarcados como sendo fixos de determinadas trabalhadoras sexuais, onde o que está em jogo talvez adentre esferas mais densas que o mero ganho em dinheiro, atravessando as relações sociais e afetivas estabelecidas entre os sujeitos, à exemplo do fato que vitimou a trabalhadora do sexo Vanússia Pereira de Araújo, uma vez que, segundo o recorte acima destacando que “Ceci não teve outra alternativa senão tirar a vida de sua concorrente”, essencializando e naturalizando a inveja, a concorrência, e os conflitos no dia a dia dessas mulheres em conjunto com outras pessoas envolvidas, como sendo, clientes, e proprietária/o de estabelecimento.

4.3 PROBLEMATIZANDO AS IDENTIDADES DE GÊNERO DAS TRABALHADORAS SEXUAIS NAS MANCHETES DO JORNAL O MOSSOROENSE.

A partir do pressuposto de que o conceito de identidade é múltiplo, e abrange uma gama de aspectos e características a serem discutidos, trata-se de uma construção envolvendo não somente características como gênero, orientação sexual, classes sociais, mas também experiências de vida e relações sociais, tanto do pertencimento a grupos específicos, a título das trabalhadoras do sexo, como suas relações com o entorno e demais atores/atrizes sociais. Torna-se pertinente adiantar que um dos principais pressupostos é o fato da identidade não possuir caráter fixo ou permanente, estando em constante (des)construção, vez que seria constituída e alterada de acordo com os modos pelos quais pessoas se identificam com os papéis sociais disponíveis nos seus sistemas culturais (Hall, 2005).

O feminismo foi uma das correntes teóricas que inseriu o questionamento ao conceito de identidade fixa, “começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero” (Hall, 2005, p. 45). As feministas trouxeram uma contribuição decisiva às discussões sobre identidade, ao desconstruir a ideia de identidades fixas das mulheres, questionando a distinção entre “público” e “privado” e na formação das identidades sexuais de gênero (Hall, 2005).

No que diz respeito às trabalhadoras do sexo, tema central de nossa pesquisa, é preciso considerar sua multiplicidade de maneiras de estar no mundo, ao passo que:

Os diversos valores que transcorrem as relações humanas não são naturais e nem possuem uma essência, mas se definem historicamente em diferentes contextos sociais. Dessa maneira, as noções sobre sexualidade são multifacetadas dentro de uma mesma cultura quando inserimos variáveis de análise como classe social, faixa etária, etc. Isso sem falarmos da gama de particularidades encontradas quando comparamos culturas diferentes (Pereira, 2014, p. 314).

E ao falar em culturas distintas, remetemo-nos especialmente à realidade profundamente desigual econômica e socialmente como a brasileira, que ainda engatinha para suplantir suas desigualdades de gênero (a exemplo do acesso aos postos de trabalho e das desigualdades salariais), a prostituição pode representar uma das poucas opções de se obter dinheiro de maneira imediata, utilizada para o auxílio em momentos difíceis, como sair de uma relação abusiva, ou no caso do adoecimento de familiares ou na falta de recursos para o pagamento de contas (Pereira, 2014).

Logo, para além do vetor sexualidade, o diálogo sobre as identidades de gênero das mulheres trabalhadoras do sexo pode também ser um dos caminhos para pensar suas experiências individuais e coletivas. O que se exige culturalmente e socialmente dessas mulheres? Elas correspondem ou não ao que é esperado delas por outras pessoas e por elas mesmas?

De modo a buscar respostas a estes questionamentos, os quais norteiam esta tentativa de problematização de duas categorias centrais deste trabalho, identidade de gênero e trabalho sexual, identificamos algumas reportagens em meio aos achados no jornal O Mossoroense, especialmente a que mais nos chamou atenção por sua riqueza de detalhes nas narrativas de mulheres trabalhadoras do sexo que expuseram um pouco das suas experiências. Nos referimos a reportagem de número 9.235, de 30 de julho de 1995, caderno 2, página 1, intitulada “Mulheres marcadas pelo destino”, com chamada estampada na capa de título “Mulheres marcadas que vendem o corpo por nada”. Segue a narrativa de Severina Antônia mediada através do jornal:

Severina Antônia, 35 anos, prostituta desde os 12, sempre sentiu-se discriminada, inclusive por conta da sua cor morena. Até hoje vive no Alto do Louvor, mas se tivesse oportunidade de mudar radicalmente sua vida, não pensaria duas vezes. Indagada sobre quanto consegue faturar por mês, preferiu não responder, apenas respondendo em resumo: uma vergonha. Ela reside numa casa antiga alugada, pela qual paga 20 reais por mês. No local, que divide ainda com mais duas amigas, duas cadeiras e um tamborete de madeira formam o mobiliário. Algumas garrafas de cachaça são vistas sob uma prateleira de um bar improvisado que tenta se erguer para garantir o complemento da sustentação. Ela tem dois filhos e quer que eles tenham uma vida diferente. “Eu sei que eu aprontei muito, mas muitas vezes fui presa injustamente”, reclama. Severina disse que já usou droga, aplicava lance (roubo) e por esse motivo já pegou várias cadeias. “Foi a pior coisa que já aconteceu comigo. Hoje eu só quero trabalhar honestamente, e não desejo cadeia pra ninguém. Fui muito humilhada e muitas vezes era preso mesmo sem estar devendo”, reafirmou. Segundo ela, às vezes outras mulheres eram presas e davam seu nome. “Hoje eu aconselho as meninas mais novas. Procurem outra vida. Isso aqui não é meio de vida pra ninguém” (Jornal O Mossoroense, ed. 9.235, caderno 2, 1995, p. 1)

Percebemos, o trabalho sexual relacionado a lugares sociais de decadência econômica e física, e os corpos prostituídos igualados a objetos. A narrativa de Severina que aparece em forma de conselho (“Sai dessa, isso não é vida”), aponta elementos ligados ao sentimento de arrependimento devido às memórias de mais de vinte anos na prostituição, quando sequer teve o direito de viver sua infância de forma plena.

Além do mais, Severina inicia sua narrativa consciente do racismo ao qual é submetida, uma vez que isso é plenamente possível em se tratando de uma sociedade patriarcal/ com bases no racismo estrutural. Por sua vez, temos aqui um exemplo onde a

interseccionalidade faz-se presente ao percebermos dois sistemas de opressão: o racismo, e o machismo, que associados aos estigmas da prostituição só reforçam a violência sofrida por Severina (Moreira, 2022). Severina também narra ser mãe de dois filhos, e deseja que ambos tenham destinos diferentes do seu, onde os motivos ficam claros quando ressalta que já se envolveu em crimes, drogas, e tem passagem pelo sistema prisional. Detalhes que não são obscurecidos por ela, acompanhados da consciência de que mudaria de profissão, além de não a recomendar para mulheres mais jovens.

A vulnerabilidade social em que a mulher trabalhadora do sexo vive gera desafios para além dos já esperados com o processo natural de envelhecimento de um ser humano, o que fica mais difícil quando não há uma rede de apoio fortalecida em suas realidades, ampliando a possibilidade de afetar negativamente as suas próprias percepções acerca da velhice a qual se põe como processo natural (inevitável) da vida, com qualidade, ou não (Lima; Bueno, 2009). Isso pode ser percebido na narrativa de uma das trabalhadoras do sexo da mesma reportagem da edição n. 9.235, a qual diz:

“Se eu pudesse voltar ao passado, faria tudo de forma diferente, ouvia meus pais, tinha estudado e, talvez, não tivesse sofrendo tanto. Quando era nova e bonita tive muitos homens que me davam dinheiro e presentes. Nem guardar eu soube. Hoje sou velha e maltratada e vivo comendo um bocado de barraco em barraco. Sou doente, não tenho família e estou somente esperando minha hora para desaparecer desse mundo que foi tão ingrato comigo”. (Jornal O Mossoroense, Caderno 2, 1995, p.1).

Aqui se destaca a solidão, e empobrecimento na velhice, o adoecimento, uma vez que ser mulher e envelhecer carrega desafios sociais específicos para uma sociedade que valoriza demasiadamente corpos jovens, ativos, produtivos, portanto, lucrativos, sobretudo em se tratando de estar inserida no contexto da prostituição (Lima; Bueno, 2009).

Woodward (2000) refere-se à identidade como sendo algo relacional, que para existir depende de algo fora dela: a saber, de outra identidade, de uma identidade que ela não é, que difere de si própria, mas que, porém, forneça condições para que ela exista. Então, para a autora, a identidade é assim, marcada pela diferença, a qual possui símbolos concretos que ajudam a identificar nas relações sociais quem é, por exemplo, mulher e quem não é. Assim a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. O conceito de identidade é importante para examinar a forma como a identidade se insere no “círculo da cultura” bem como a forma como a identidade e a diferença se relacionam com o discurso sobre a representação (Woodward, 2000, p.16). A mesma reportagem da edição 9.235, de 30 de julho de 1995, caderno 2, página 1, retrata o caso de Maria de Fátima e Rita:

Maria de F., 13 anos, drogada e prostituída. A referência com ar de lembrança do filme *Cristiane F.* é facilmente adaptada ao exemplo de Maria de Fátima de Oliveira, 37 anos, 6 filhos, que entrou para a prostituição aos 13 anos, e enveredou também pelo caminho da droga. “Enfrentei muitos aborrecimentos, me envolvi em brigas, fui espancada, mexi com drogas, peguei cadeia, e hoje começaria tudo diferente, se pudesse voltar atrás”, assegura. “Eu era nova e não faltavam clientes”. Mas foi devido se destacar mais do que as outras que já estavam na casa há mais tempo que Fátima começou a sofrer perseguições. Muitas vezes era obrigada a dormir em outros locais para não ser espancada ou ferida pelas outras mulheres. Ao mostrar marcas pelo corpo, cicatrizes que o tempo jamais vai remover, Fátima se orgulha de estar vivendo, apesar de tudo que passou, e de ter encontrado o Centro Social Mãe do Salvador, um abrigo. “Aqui nós recebemos apoio espiritual e assistência médica”. Atualmente trabalha como doméstica. (Jornal O Mossoroense, n. 9.235, Caderno 2, 1995, p.1).

A época da reportagem, Maria de Fátima já havia mudado de ramo, e, segundo sua narrativa para o jornal, trabalhando como doméstica à época da reportagem, onde viu em outro ramo uma oportunidade de trabalho, provavelmente menos problemática, levando em consideração o que já havia experienciado antes. E ainda cita sua satisfação ao encontrar o “Centro Social Mãe do Salvador”, o qual o jornal o caracterizou como:

O Centro Social Mãe do Salvador. Centro Catequético, Nº 4, mantido pela paróquia de Santa Luzia, foi instalado há vários anos no Alto do Louvor e, com a participação de voluntários, desenvolve trabalho de apoio às mulheres que procuram a entidade. Segundo Ivanize Melo Pinheiro, que comanda parte das ações do Centro, o trabalho de evangelização é o fator principal. Depois vêm os cursos de corte e costura, cabeleireiro, tricô, além de outros. Assistência médica e odontológica também são asseguradas pelo Centro, mediante a participação de profissionais comprometidos em ajudar ao próximo. As celebrações acontecem duas vezes por semana. Também são realizadas outras atividades que busquem a integração da comunidade, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis e a parte de aconselhamento (Jornal O Mossoroense, n. 9.235, Caderno 2, 1995, p.1).

Weber e Flach (2019, p.1), defendem que o assistencialismo, dada a percepção de que a benesse é iniciada a partir de quem doa e de quem recebe, tem em seu pano de fundo: “um sujeito, e outro sujeito que é assujeitado”. Portanto, já que aqui não se trata de políticas públicas voltadas ao atendimento da mulher trabalhadora do sexo, dado o seu caráter caritativo religioso, as atividades deste centro social podem ser consideradas de caráter assistencialista, não sendo possível tampouco visualizar e associar suas práticas à direitos sociais básicos, como educação, emprego e renda, habitação, saúde.

Na reportagem n. 5.695, datada de 09 de julho de 1980, página 8, e intitulada “Maria feriu Verônica com peixeirada no abdômen”, ao término da matéria, o periódico a menciona como “A criminosa, Maria de Fátima”, reduzindo-a a alguém que oferece perigo à sociedade e, desconsiderando que ela é uma mulher atravessada por questões que podem incluir

experiências de violências, o próprio ato de prostituir-se, acusações, conflitos interpessoais. Visivelmente, para além do pouco interesse em atribuir voz às trabalhadoras sexuais, percebe-se o interesse em qualificar sujeitos/as, com seus títulos de vítima e acusado/a. Haja vista que, ignorar essas problemáticas, e retratar uma pessoa como “criminosa” pode contribuir significativamente para a perpetuação de estigmas em volta das trabalhadoras sexuais.

Para Woodward (2000), o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, posicionando, a exemplo, quem é excluída e quem é incluída, sendo por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vividas” nas relações sociais. Por fim, é possível afirmar que problematizar as identidades sugere o aparecimento de novas posições e de novas identidades, produzidas, por exemplo, em circunstâncias econômicas e sociais as quais as pessoas, em diferentes quadros situacionais estão envolvidas.

Woodward (2000) destaca que tanto as diferenças quanto as identidades são construídas, e não dadas e finalizadas por si, tendo consigo o potencial característico de possibilitar a compreensão sobre o nosso eu, e a nossa subjetividade, enquanto sujeitos, e enquanto mulheres independentes do panorama que estejamos inseridas/os. Assim, essas trabalhadoras do sexo narradas pelo jornal recomeçaram, e aparentemente se viram na condição e oportunidade de refazer suas vidas, enquanto mães, mulheres, comerciantes, e independentes, há o orgulho de suas trajetórias e de tudo que conseguiram ultrapassar., reforçando suas capacidades de superação apesar de tudo que viveram, ou a que sobreviveram.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre uma temática permeada por desigualdades, marginalização, depreciação das práticas de boemias, superações, e múltiplas outras condições de atravessamento na realidade de mulheres prostituídas, nota-se que o Jornal O Mossoroense apresenta o trabalho sexual em Mossoró/RN, majoritariamente como um caso de polícia, e pertencente a um espectro de problemas sociais que se enquadram tão somente na possibilidade de julgamentos, comentários rasos a respeito de mulheres que precisaram resistir para sobreviver, embora combatidas e condenadas socialmente.

Certamente não podemos desvincular este fator das condições de possibilidade da existência do referido jornal, que por sua vez, na sua função de forte veículo midiático, nos possibilita questionar de que maneira suas publicações são capazes de influenciar o grande público a qual o periódico está voltado, assim como refletir como suas narrativas poderiam servir como um instrumento de controle, no sentido de moldar a percepção pública acerca de determinados assuntos permeados culturalmente por estigmas, e consequentemente os posicionamentos e atitudes do/a leitor/a com as mulheres representadas nas manchetes.

Afinal, o Jornal O Mossoroense tem suas raízes oriundas da elite, destinado igualmente a um público pertencente à mesma classe social, uma vez que o periódico fundado em 17 de outubro de 1872 por Jeremias da Rocha, e um vasto acervo de edições impressas ano o fim do ano de 2015 (posteriormente funcionando sob a configuração do webjornalismo), é historicamente marcado pelo coronelismo que marcou Mossoró, a partir de duas famílias largamente conhecidas na cidade, a saber “Escóssia”, e “Rosado”. Esta segunda, até este ano de 2024, tem sua participação efetiva nas publicações do referido periódico. Ambas, compostas por jornalistas, empresários/as e principalmente políticos, a ponto de a imprensa passar a ideia de que a oligarquia agia em prol do povo mossoroense. Inclusive, a família Rosado é também fundadora da Coleção Mossoroense, idealizada por Jerônimo Vingt-Um Rosado, em 1948, com o objetivo de fomentar a produção cultural de Mossoró através da publicação de livros que retratam sua história (Cirilo, 2015).

Antes de tudo, é importante que saibamos que na história não encontramos “a verdade”, e sim narrativas que podem ser compreendidas como provisórias, nunca como definitivas ou completamente esgotadas. O que tentamos, com a ajuda dos jornais impressos, foi nos aproximar do acontecido, porém sempre tendo em mente que, o que é contado, ou seja, o resultado a que se chega numa pesquisa histórica, caminha dentro de uma versão

possível, plausível, já que o documento proíbe e permite dizermos sobre o passado. Portanto, os jornais, aqui, funcionaram como um portal, que nos possibilitou uma experiência para dentro dos acontecimentos de uma determinada época, nos permitindo observar as relações sociais, cotidiano, representações e acontecimentos (Scherer Júnior, 2012).

Quando objetivamos analisar as relações de poder entre as mulheres trabalhadoras do sexo e as instâncias de controle dos corpos, que compreende o Estado, clientes, donas/os de estabelecimentos, cafetões e cafetinas, nos deparamos com as relações conflituosas com a polícia, tão citadas nas matérias, e por isto que compreende a maior parte das reportagens aqui trabalhadas. Neste primeiro objeto, portanto, através da pesquisa, foi permitido concluir o caráter estigmatizante das narrativas sobre quem está na prostituição, taxando-as nas páginas do periódico, associando-as à crimes como lesão corporal, tentativa de homicídio, e roubo. Além de serem facilmente associadas a casos criminais, a figura feminina e a prostituição são associadas reduzidas a papéis simplificados de agressoras ou de vítimas culpadas. Portanto, ao se tratar de uma instância de natureza pública, as forças de segurança, em nome da lei e da justiça são retratadas pelo periódico à um nível sobrenatural de imparcialidade, ao passo que sucumbe ao reforço de narrativas dotadas de preconceitos históricos relativos à desigualdade de gênero e classe social.

Em resposta ao que projetamos acerca de cartografar os espaços de trabalho sexual (nosso segundo objetivo), e suas devidas formações de territórios a partir das trabalhadoras do sexo, identificamos a predominância da região do Alto do Louvor, localizado no bairro Bom Jardim, em quase todas as reportagens selecionadas para análise. No entanto, cabe-nos ressaltar que, no nosso recorte temporal, compreendido em 20 anos, , esse território enfrentou a sua fase de declínio, levando em conta as condições em que se encontravam os estabelecimentos que foram citados e representados nas reportagens número 5.661, datada de 17 de maio de 1980, página 10, que indicava a insalubridade do prostíbulo em questão; e sobretudo a reportagem da edição 9.235, publicada em 30 de julho de 1995, caderno 2, página 1, a qual intencionou retratar a realidade em que se encontrava o Alto do Louvor, o qual teve os seus anos de ouro, mas naquele ano resumiu-se a um local de drogadição, violência, condições precárias de vida e de trabalho, apesar de contar com a resistência e força de algumas mulheres que puderam narrar brevemente suas histórias.

Além do mais, os dados da pesquisa e as contribuições teóricas que embasaram a dissertação, permitiram observar que, mesmo a prostituição sendo um ofício culturalmente associado a não formação de laços afetivos entre clientes e as trabalhadoras do sexo, esta

profissão também é atravessada pelas subjetividades e novas configurações de relações, que aparecem nas reportagens nas nuances de paixão, disputas, amor, ciúme, relacionamentos amorosos, com ou sem solidez.

No tocante ao que intencionamos problematizar a partir do terceiro objetivo, sobre as identidades de gênero das mulheres trabalhadoras do sexo no jornal O Mossoroense, notamos que este, majoritariamente reproduziu discursos e posicionamentos a partir da desigualdade de gênero, difundindo estereótipos e sub-representando as mulheres, sobretudo quando falta sensibilidade para destacar a diversidade de experiências que as trabalhadoras do sexo viveram e vivem, incluindo a cultura e o contexto em que estão inseridas, suas trajetórias, perspectivas de futuro, táticas de vivência e sobrevivência.

Todavia, as matérias que envolvem essas mulheres, não apenas levantaram questões voltadas à publicidade de abertura de casas de prostituição, ascensão e declínio de Zona de Meretrício, ingresso na prostituição, dependência química, criminalidade, violência, maternidade, conflitos familiares, racismo. Mas, ainda que de forma rápida, superficial ou enviesada, as reportagens deram a ver a multiplicidade das trajetórias dessas mulheres, das suas percepções acerca da vida na prostituição, seus projetos de futuro, seus desejos para o presente e os sentimentos que as atravessaram ao longo de sua trajetória.

Portanto, a prática da prostituição por essas mulheres vincula-se às circunstâncias sociais, econômicas e também pessoais, fruto das relações contraditórias presentes, haja vista a condição de vulnerabilidade a qual elas foram submetidas, sem acesso aos direitos sociais básicos. Inclusive, isso nos remete a qual tipo de prostituição identificamos aqui, conforme Maria Dulce Gaspar (1985) convencionou classificar a profissão em três categorias: baixa, média, e alta, estando em evidência neste trabalho a baixa prostituição, a qual pode se caracterizar a partir de significativas distinções das demais, principalmente pelo preço estabelecido por cada serviço, geralmente acessível e com base no poder aquisitivo da clientela, o local onde estes serviços são realizados, inclusive, destacados pela insalubridade, e sobretudo, as poucas exigências feitas por essas mulheres no convívio com clientes.

Dizemos isto porque as reportagens publicadas sobre essas mulheres denunciam a imensa fragilidade da máquina pública, a priori pela ausência de políticas públicas, de caráter assistencial, previdenciário, jurídico, e de saúde, direcionadas a um acompanhamento verdadeiramente efetivo.

Por fim, visualizamos elementos para pensarmos os processos de subalternização e de opressão presentes no cotidiano das mulheres trabalhadoras do sexo, o que nos instiga a

problematizar as formas de opressão existentes no cotidiano e nos espaços ocupados e construídos por elas, acompanhados do escopo das múltiplas camadas sociais e trajetórias de vida diferentes, principalmente quanto às motivações de ingresso, permanência e saída desse ofício.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, S. L. “Espaços (mal)ditos”: Representações dos bordéis Mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960. **Dissertação de mestrado**. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal, 2011. Disponível em: [Universidade Federal do Rio Grande do Norte: "Espaços \(mal\) ditos": representações dos bordéis Mossoroenses nas décadas de 1950 e 1960 \(ufrn.br\)](http://www.ufrn.br/posgrad/historia/monografias/2011/Barreto%20S.L.%20-%20Espa%C3%A7os%20(mal)%20ditos%20-%20Representa%C3%A7%C3%B5es%20dos%20bord%C3%A9is%20Mossoroenses%20nas%20d%C3%A9cadas%20de%201950%20e%201960.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.
- BARRETO, L.C. Pesquisa feminista e prostituição: tecendo redes de solidariedade e luta. **Revista Estudos Feministas**. 30(3), pp.1-13. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/k6kh6BVQSFpkpxdnNfRBfTq/>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- BAGAGLI, B. P. Abordando estereótipos de gênero e cisgeneridade: entre a subversão e resistência nos discursos transfeministas e feministas radicais trans-excludentes. **Revista Leitura**. n. 69, mai./ago. Dossiê Especial “Discurso, Gênero, Resistência”. pp. 55-68. ISSN 2317-9945. Maceió, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/9689/8659>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- BERTONI, L. M.; GALINKIN, A.L. Teoria e Métodos em representações sociais. **Scielo Books**. In: MORORÓ, L. P., COUTO, M. E. S., ASSIS, R. A. M., orgs. Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 101-122. ISBN: 978-85- 7455-493-8. Doi: 10.7476/9788574554938.005. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/yjxdq/pdf/mororo-9788574554938-05.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Profissional do Sexo. Disponível em: <https://empregabrasil.mte.gov.br/76/cbo/>. Acesso em: 17 jun. 2022.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 98 de 19 de fevereiro de 2003**. Deputado Fernando Gabeira (PT/RJ). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=104691>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 4.244 de 07 de outubro de 2004**. Deputado Eduardo Valverde (PT/RO). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=266197>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- _____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Nº 4.211 de 12 de julho de 2012**. Deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 1ed. 226p [recurso eletrônico]. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2018.

CARNEIRO, J. R. A. O uso do jornal como fonte de pesquisa histórica: Um estudo do jornal “O Tibagi”. **Artigos: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Volume 1. Versão on-line. ISBN 978-85-8015-080-3. Cadernos PDE, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_hist_artigo_jose_reinaldo_antunes_carneiro.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

CAVALCANTI, I. H. F. A. D. O Webjornalismo e suas potencialidades: um estudo de caso do portal NE10 / Ivo Henrique França de Andrade Dantas Cavalcanti. **Dissertação de mestrado**. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). 146p.: il.: fig. e gráf.; 30 cm. Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/10786/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20IVODANTAS.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CASCUDO, L. C. **Notas e documentos para a história de Mossoró**. Fundação Vingt-Un Rosado. Coleção Mossoroense. Recurso eletrônico. 321p. Mossoró, 2010. Disponível em: <https://colecaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/Notas-e-Documentos-Para-a-Hist%C3%B3ria-de-Mossor%C3%B3.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CHARTIER, R. O mundo como representação. Tradução de Andrea Daher e Zenir Campos Reis. **SciELO – Revista das Revistas**. Estud. Av. 5 (11), 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/SZqySMJDBVJTXqNg96xx6dM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CIRILO, B. E. P. B. A divisão política da família Rosado em Mossoró contadas nas páginas dos jornais o Mossoroense e Gazeta do Oeste:1980-88. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH-UERN). Mossoró, 2016. Disponível em: https://ppgcish-uern.com.br/wp-content/uploads/2023/10/bruno_emanuel_cirilo_barreto.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. Mirla Cisne. 276p. São Paulo: Cortez, 2015.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução: Rane Souza. 1ed. 91p. São Paulo: Boitempo, 2020. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

CORTINA, M. O. C. Mulheres e tráfico de drogas: Aprisionamento e criminologia feminista. **Revista Estudos Feministas**. 23(3): 406, setembro-dezembro, pp. 761-778. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Florianópolis, 2015. <https://www.scielo.br/j/ref/a/PQPcQNg4NR9TCkk3tNmvp5c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Volume 05. São Paulo: Editora 34, 1997.

DINIZ, M.I.; QUEIROZ, F.M. A relação entre gênero, sexualidade e prostituição. **Divers@! Rev. Elet. Interdisc.** Matinhos, n 0, v.1, pp. 2-16. Jan/jun, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/34006/21174>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DURAN, M. C. G. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel Certeau. **Diálogo Educ.** v. 7, n. 22, pp. 115-128, set./dez. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v07n22/v07n22a08.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ELIAN, I. T. A heteronormatividade no ambiente escolar. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10.: Desafios atuais dos feminismos. **Anais eletrônicos.** Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338752_ARQUIVO_IsabellaTymburibaElian.pdf. Acesso em: 06 jul. 2022.

FARIA, N; COELHO, S; MORENO, T. Prostituição: Uma abordagem feminista. **SOF: Sempre Viva Organização Feminista.** Fundação Heinrich Böll. São Paulo, 2013. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/prostituicao_uma_abordagem_feminista.pdf. Acesso em: 19 jan. 2024.

FAPERN. Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte. **Editais nº 012/2012 – FAPERN/CAPES.** Disponível em: http://ppgusrn.cnat.ifrn.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/EDITAL_12_2021.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022.

FERNANDES, F.S; MALUF-SOUZA, O. O corpo na relação trabalho x prazer. RUA [online]. Número 19, pp. 74-94. Volume 1. ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade.** Campinas, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638235/5880>. Acesso em: 02 mai. 2022.

FERREIRA, M. S.; TRAVERSINI, C.S. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, pp. 207-226, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/DwpK4HtPqRSk3Rg3pDQCdwH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

FONSECA, C. A dupla carreira da mulher prostituta. **Revista Estudos Feministas.** v.4, n.1. pp.7-33. DOI: 10.1590. UFSC/UFRJ. Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16650/15210>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 18ª ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Tradução: Raquel Ramalhete. Vozes. 20ª ed. Petrópolis, 1999.

GALÍNDO, M. Cara de Puta (Whore Face). Tradução de Maria Bárbara Florez Váldez. **Revista Eco-Pos** (Dossiê Feminismos Vitais). ISSN 2175-8689 – v. 24, n. 1, UFRJ, 2021. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27776/15200. Acesso em: 15 jun. 2022.

GASPAR, M. D. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social**. Ed. Jorge Zahar. São Paulo, 1985.

GUILLAUMIN, C. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu / organizadoras: Verônica Ferreira... [et al.] – Recife: SOS Corpo, 2014. Disponível em: <https://julesfalquet.com/livres-et-revues/2014-o-patriarcado-desvendado-teorias-de-tres-feministas-materialistas/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com-identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JORNAL O MOSSOROENSE. **140 anos de História**. Especial 140 anos. Edição: Quarta-Feira, 17 de outubro de 2012. Mossoró, 2012. Disponível em: <http://p.download.uol.com.br/omossoroense/mudanca/pics/pdf/Capa-Especial.pdf>. Acesso em: abr. 2022.

_____. O jornal dos Escóssias. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró. Disponível em: <https://www.omossoroense.com.br/o-jornal-dos-escossias-2/#>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. Francisca presa vendendo maconha. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.629, 27 jul. 1980, p. 8.

_____. Mundanas roubam o mecânico durante a transação. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.661, 17 jul. 1980, p. 10.

_____. Neto esfaqueia a amante Francisca. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.709, 31 jul. 1980, p. 1.

_____. Surra amásia com cabo de aço, apesar de amá-la, e vai preso. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 6.754, 15 jul. 1986, p. 6.

_____. Lúcia corta Cristina no rosto, barriga e braço. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.684, 25 jun. 1980, p.8.

_____. Nêga feriu colega com vidro. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.733, 03 set. 1980, p. 8.

_____. Prostituta tenta matar companheira. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 9.702, 04 mar. 1997, p. 13.

_____. Maria feriu Verônica com peixeirada no abdômen. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.695, 09 jul. 1980, p. 8.

LEITE, C. H. F. Teoria, Metodologia e Possibilidades: os jornais como fonte e objeto de pesquisa histórica. **Revista Escritas**. Vol. 7 n.1 (2015) ISSN 2238-7188 p. 3-17.

LIMA, F. V.; PEREIRA, E. D. (Orgs.). **Leviatã ameaçado: crimes, drogas e violência**. Mossoró/RN. EDUERN, 2017.

LIMA, L. C. V.; BUENO, C. M. L. B. Envelhecimento e gênero: a vulnerabilidade de idosas no Brasil. **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 2, n. 2, pp. 273-280. Maringá, 2009.
Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/1173/792>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. v. 32. pp. 85-93. Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2009.

MAYAORGA, C. *et al.* As críticas ao gênero e à pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. **Revista Estudos Feministas**. 212(2); pp. 463-484, maio-agosto. Florianópolis, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORAES, P. R.; et.al. **A teoria das representações sociais**. Repositório institucional da UNISEPE. São Paulo, 2018. Disponível em:
https://portal.unisepe.com.br/unifia/wpcontent/uploads/sites/10001/2018/06/teoria_reprentacoes.pdf. Acesso em: 23 mai. 2023.

MOREIRA, I. C. C. C.; MONTEIRO, C. F. S. A violência no cotidiano da prostituição: Invisibilidades e ambiguidades. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. São Paulo, 2012. Disponível em: scielo.br/j/rlae/a/SQXkcFZktfcPbsJThTkzs6h/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 22 jan. 2024.

MONTEIRO, M.M. **Fins do Sexo: Como fazer política sem identidade**. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social** / Serge Moscovici; editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi - Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

PASINI, E. “Corpos em evidência”, pontos em ruas, mundos em pontos: A prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo. **Dissertação de mestrado** (UNICAMP). Programa

de pós-graduação em Antropologia Social. UNICAMP: Campinas, 2000. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/189598>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PEREIRA, A. G. Estudos sobre prostituição: Uma revisão da bibliografia sobre o tema e sua inserção no campo dos estudos de gênero. Dossiê Câmara Municipal. **Revista História**. Ano 5, Volume 1, Número 1. UFMA, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/123456789/707?mode=full>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PEREIRA, L. P. Gênero, violência e (des)construção da masculinidade: uma análise do trabalho grupal com os homens autores de violência contra a mulher no contexto brasileiro. **Dissertação de mestrado**. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Mestrado Profissional em Políticas Públicas de Saúde. Brasília, 2022. Disponível em: lorena_pereira_fiodf_mest_2022.pdf.pdf (fiocruz.br). Acesso em: 22 jan. 2024.

PERLONGHER, N. O. **O negócio do Michê**: A Prostituição viril em São Paulo. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987.

PISCITELLI, A. Gênero no mercado do sexo. **Revista cadernos Pagu** (25), julho-dezembro de 2005, pp. 7-23. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sHb5c9PyN7hPXZY66kCPj8c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. Feminismos e prostituição no Brasil: Uma leitura a partir da antropologia feminista. **Cuadernos de Antropología Social**, núm. 36, diciembre, 2012, pp. 11-31 Universidad de Buenos Aires. Argentina, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1809/180926074002.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PEDRO, J.M. Traduzindo o debate: O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. v.24 (1), pp.77-98. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/fhHv5BQ6tvXs9X4P3fR4rtr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PRADA, M. **Putafeminista**. Monique Prada. Prefácio de Amara Moira. Apresentação de Adriana Piscitelli. São Paulo: Veneta, 2018. (Coleção Baderna). 108 p.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMALHO, N. A estigmatização do trabalho sexual: contributos de Michel Foucault na análise do poder e controlo sobre a sexualidade. **Intervenção Social**, n. 39, p. 165-185, 2012. Disponível em: <https://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1191/1302>. Acesso em: 12 mai. 2022.

RIBEIRO, M. O.; DIAS, A. F. Prostituição Infanto-Juvenil. Revisão sistemática de literatura. Artigo de revisão. **Revista da escola de Enfermagem (USP)**. N. 43 (2): 465-71. São Paulo, 2009. Disponível em: [SciELO - Brasil - Prostituição infanto-juvenil: revisão sistemática da literatura](https://www.scielo.br/j/revista-da-escola-de-enfermagem/a/Prostituição-infanto-juvenil-revisão-sistemática-da-literatura). Acesso em: 22 jan. 2024.

ROBERTS, N. **As prostitutas na história**. Nickie Roberts. Tradução de Magda Lopes – Rio de Janeiro; Record: Rosa dos Tempos, 1998.

ROCHA, A. P. B. Expansão urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004): Geografia dinâmica e reestruturação do território. **Dissertação de Mestrado** (UFRN). Coleção Mossoroense. Série C (Nº 1469). Natal, RN: EDUFRN Editora da UFRN, 2007. f. 292. ISBN: 85-7273-243-8. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/18882/1/AristotelinaPBR.pdf>. Acesso em: 23 Jan. 2024.

RODRIGUES, M.T. A Prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer. **Revista Katál**. V. 12, n.1, p. 68-76. Jan./jun. Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mai. 2022.

RODRIGUES, F. A Prostituição legal. **Jornal O Mossoroense**. Mossoró, n. 9.827, 31 jul. 1997. p.2.

RODRIGUES, T. Mulheres marcadas pelo destino. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 9.235, 30 jul. 1995, Caderno 2, p.1.

_____. Marrom Glacê. **Jornal O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.648, 27 abr. 1980, p. 8.

RUSSO, G. No labirinto da prostituição: o dinheiro e seus aspectos simbólicos. **CADERNO CRH**, v. 20, n. 51, pp. 497-514. Salvador, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VKvB6jzkyzqZ3MbGcDQYxfc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 fev. 2024.

SARDENBERG, C. M. B. Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista. **Anais do I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO**’, promovido pelo NEIM/UFBA. Salvador, 2006. Disponível em: [Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista \(ufba.br\)](https://www.ufba.br/revistas/Anais/ConceituandoEmpoderamento). Acesso em: 22 Jan. 2024.

SARAIVA, M. R. O. Territórios dos sentidos: da emergência dos processos de subjetivação na metrópole contemporânea. **Revista Espaço Acadêmico** – nº 132. Maio de 2012, ANO XI. Dossiê – Rastros urbanos: encontros, experiências e narrativas. (Org.: Cristina Maria da Silva). ISSN 1519-6186. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/16881>. Acesso em: 21 mai. 23.

SANTOS, G. Regulamentação da Prostituição no Brasil: Analisando o problema da prostituição como forma de dominação masculina e a necessidade de garantir direitos às prostitutas. Departamento de Direito. **Anais – XXIV Seminário de Iniciação científica e tecnológica da PUC-RIO**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Gabriel_Santos.pdf. Acesso em: 27 jan. 2024.

SIMONEAU, A.S; OLIVEIRA, D.C. de. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. **Revista Psicologia e Saber Social**. 3(2), 281-300. UERJ: Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14478/10957>. Acesso em: 08 mar. 2024.

SOUZA, T.M. C.; CARVALHO, N. M. Violência contra Mulheres na prostituição. 1a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7.:2018: Rio Grande, RS). **Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade** [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/337.pdf> . Acesso em: 20 jan. 2024.

SPINK, M. J. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Caderno de Saúde Pública**, 9 (3). p. 300-308, jul/set. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/v9n3/17.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.

_____. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. **SciELO Books**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Biblioteca virtual de ciências humanas. ISBN: 978-85-7982-046-5. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SCHERER JÚNIOR, C. R. A. Prostituição, ofensas e bofetadas nos periódicos de Florianópolis entre 1900 – 1930. **Revista Santa Catarina em História** (UFSC). ISSN 1984- 3968, v.6, n.1. Florianópolis, 2012. Disponível em: [bing.com/ck/a?!&&p=9249507cb7b45266JmltdHM9MTcwNTk2ODAwMCZpZ3VpZD0wZDVhbnJlA2Mi03MDVjLTZkNGQtMzhhMi03MmJjNzE5MjZjZDMmaW5zaWQ9NTE4Ng&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0d5b6062-705c-6d4d-38a2-72bc71926cd3&psq=PROSTITUIÇÃO+OFENSAS+DE+BOFETADASSCHERER&u=a1aHR0cHM6Ly9vanMuc2l0ZXMuZmVzYy5ici9pbmRleC5waHAvc2NlaC9hcnRlY2xIL2Rvd25sb2FkLzU4NC8yMjc&ntb=1](https://www.bing.com/ck/a?!&&p=9249507cb7b45266JmltdHM9MTcwNTk2ODAwMCZpZ3VpZD0wZDVhbnJlA2Mi03MDVjLTZkNGQtMzhhMi03MmJjNzE5MjZjZDMmaW5zaWQ9NTE4Ng&ptn=3&ver=2&hsh=3&fclid=0d5b6062-705c-6d4d-38a2-72bc71926cd3&psq=PROSTITUIÇÃO+OFENSAS+DE+BOFETADASSCHERER&u=a1aHR0cHM6Ly9vanMuc2l0ZXMuZmVzYy5ici9pbmRleC5waHAvc2NlaC9hcnRlY2xIL2Rvd25sb2FkLzU4NC8yMjc&ntb=1). Acesso em: 23 Jan. 2024.

SULZ, J.A.; CARDOSO, F.A. Putafeminismo: Um caminho pelo direito de todas as mulheres. **Cadernos de pesquisa**. v.49. n.172: abr./jun. pp. 344-348. Fundação Carlos Chagas (FCC). São Paulo, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6283>. Acesso em: 04 mar. 2024.

UFERSA. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições – PPGCTI. **Linhas de pesquisa**. Mossoró: 2016. Disponível em: <https://ppgcti.ufersa.edu.br/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

VALDEZ, M. B. F. O lugar da puta e o que a tradução feminista tem a ver com isso. **Revista Eco-Pos** (Dossiê Feminismos Vitais). ISSN 2175-8689 – v. 24, n. 1. UFRJ, 2021. Disponível em: https://ecopos.emnuvens.com.br/eco_pos/article/view/27779/15213. Acesso em: 15 jun. 2022.

VIEIRA, L. M. M. O uso do jornal como fonte de pesquisa. Artigo. **Anais da XVII Semana de História da UECE**. História, teoria e metodologia: Entre práticas e saberes. Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/xviisemanadehistoriauece/anais/trabalhos_completos/75-9838-27092013-100137.pdf. Acesso em: 06 mar. 2022.

ZUCHERATO, B.; FREITAS, M. I. C. A hemerografia como meio de levantamento de dados sobre desastres: Estudo do município de Campos do Jordão – Brasil no período 2001-2013. Imprensa da Universidade de Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra, 2014. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/34804/1/12.pdf>. Acesso em: abril de 2022.

WEBER, C. E.; FLACH, F. Assistencialismo: Um percurso histórico de assujeitamento do sujeito. **Anais: XX Jornada de Extensão**. Salão do Conhecimento – UNIJUÍ, 2019. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/12253>. Acesso em: 30 jan. 2024.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Stuart Hall; Kathryn Woodward. 15 ed. Petrópolis, RJ. Vozes: 2014. Disponível em: https://tonaniblog.files.wordpress.com/2019/03/tomaz-tadeu_identidade-e-diferenc3a7a.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO I: OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO DE PERMISSÃO DE PESQUISA À SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SECRETARIA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO
Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900
- Tel.: (84)331 7-8313 – E-mail: secpos@ufersa.edu.br/ CNPJ 24.529.265/0001-40

Mossoró/RN, 24 de Junho de 2022.

Ofício nº 01/2022 PPGCTI/UFERSA

Ao senhor Etevaldo Almeida (Secretário Municipal de Cultura de Mossoró)

Assunto: Permissão para pesquisa

Prezado Senhor

Venho por meio deste solicitar permissão para que a discente de mestrado Luiza Raphaela Xavier (CPF: [REDACTED] / RG: [REDACTED]), possa ter acesso ao Museu Municipal Lauro da Escóssia (Mossoró/RN) e realizar sua pesquisa que intitula-se REPRESENTAÇÕES DAS TRABALHADORAS SEXUAIS EM JORNAIS IMPRESSOS (MOSSORÓ - 1980/2000). O período da pesquisa compreenderá os meses de julho, agosto e setembro de 2022 e encontra-se sob orientação da docente Prof^a Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira.

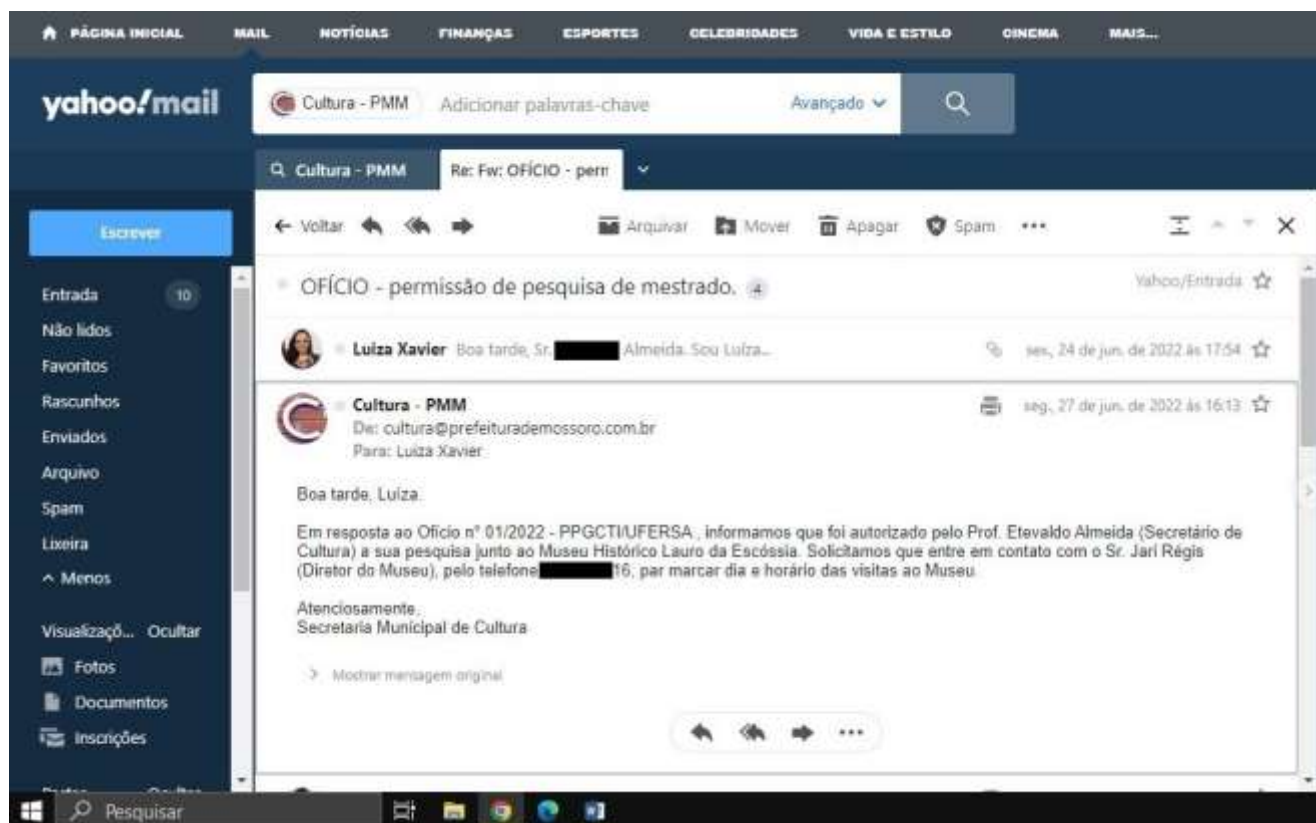
Aguardamos vosso deferimento.

Atenciosamente,

[REDACTED]

Prof^a. Dra. Karla Rosane do Amaral Demoly
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Cognição, Tecnologias e Instituições/UFERSA.

ANEXO II: RESPOSTA DA SECRETARIA DE CULTURA AO OFÍCIO Nº 001/2022
PPGCTI/UFERSA.



APÊNDICE

APÊNDICE: FICHA CATALOGRÁFICA UTILIZADA NA PESQUISA
HEMEROGRÁFICA.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COGNIÇÃO, TECNOLOGIAS E
INSTITUIÇÕES

PROJETO DE PESQUISA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS TRABALHADORAS DO SEXO NO JORNAL O MOSSOROENSE (1980-2000)

ACERVO PESQUISADO: MUSEU HISTÓRICO LAURO DA ESCÓSSIA.

Ficha Catalográfica

Autor: _____

Classificação no arquivo: _____

Local/Editor: _____

Data de Publicação: _____ Nº: _____

Descrição Física: _____

Assunto: _____

Título da matéria: _____

Páginas da matéria: _____

Resumo da matéria:

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.